

TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS: CINCO TEMAS

Roberto Lobato Azevedo Corrêa

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Tese de Doutorado
Orientador: Maurício de Almeida Abreu**

**Rio de Janeiro
Outubro de 1999**

TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS: CINCO TEMAS

Roberto Lobato Azevedo Corrêa

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

Prof. Doutor _____ Orientador
Maurício de Almeida Abreu

Prof. Doutor _____
Maria do Carmo Corrêa Galvão

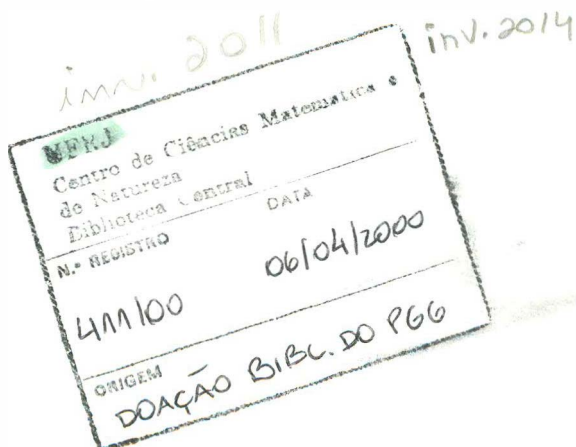
Prof. Doutor _____
Bertha K. Becker

Prof. Doutor _____
Milton Almeida dos Santos

Prof. Doutor _____
Maria Adélia A. de Souza

**Rio de Janeiro
Outubro de 1999**

T 1106
C 8241



FICHA CATALOGRÁFICA

CORRÊA, ROBERTO LOBATO AZEVEDO

Trajetórias Geográficas / Roberto Lobato Azevedo Corrêa. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO-PPGG – 1999

vii, 273 p.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, IGEO - PPGG, 1999

1 - Trajetórias Geográficas - Tese - 2. Cinco Temas - Tese.

I. Título

II. Tese (Doutorado) UFRJ/IGEO-PPGG

DEDICATÓRIA

A todos que, no futuro, apreciarão
a geografia.

AGRADECIMENTOS

Na longa trajetória trilhada beneficiei-me dos contatos com vários geógrafos que, de uma forma ou de outra, em diversos momentos da trajetória, compartilharam comigo do meu percurso, seja por meio de ensinamentos, seja pelas discussões enriquecedoras. São inúmeros esses geógrafos e corro o risco de esquecer de alguns. Menciono Nilo e Lysia Bernardes e Aluizio Capdeville Duarte no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Maria Therezinha Segadas Soares e Maria do Carmo Corrêa Galvão na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Etienne Juillard na Universidade de Strasbourg e Brian Berry na Universidade de Chicago tiveram papéis fundamentais como guias por alguns dos trajetos percorridos. Milton Santos tem sido um mestre e amigo que tem se constituído em fonte de inspiração por mais de 35 anos. A todos eles sou muito grato.

Aos meus colegas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela generosidade e estímulo para prosseguir, sou também grato. Destaco aqui o amigo Maurício de Almeida Abreu, com quem compartilho muito do percurso pela geografia urbana e que aceitou ser o meu orientador nesta tese de doutoramento. Deixou-me à vontade para preparar este texto. Menciono ainda Marcelo José Lopes de Souza e Gisela Aquino Pires do Rio com quem compartilho, há alguns números, a edição da revista Território.

Aos meus alunos o agradecimento diz respeito pelo estímulo que dão pelas suas simples presenças. Se não fossem eles muito do que foi feito não teria sido possível.

Sou grato a Zeny Rosendahl que me indicou um trajeto novo a ser percorrido, o da geografia cultural. Com ela participo das atividades do NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura) da UERJ.

À Zezé, com quem compartilho outra trajetória, e às minhas filhas Alice, Patricia e Isabel, frutos nascidos durante o trajeto, pelo que representam de vida, dedico a trajetória que elas ajudaram a percorrer.

RESUMO

O presente estudo reúne 15 textos agrupados em cinco temas que se constituíram, em grande parte, na trajetória do autor pela geografia. Os temas são os seguintes: as redes geográficas, o espaço urbano, a região, espaço e empresa e espaço, tempo e cultura.

Trajетórias geográfica reúne não apenas temas distintos, mas também abordagens diferenciadas, indicando assim a pluralidade de caminhos que o geógrafo dispõe para tornar inteligível a ação humana sobre a superfície terrestre.

ABSTRACT

Geographical Paths: Five Themes is a set of 15 works which come to light between 1970 and 1995, they define the paths followed by the author through the field of Geography. The five themes are: geographical networks, urban space, the region, space and corporations and space, time and culture.

Geographical Paths is not only concerned with different themes but also consider different approaches, indicating the plurality of paths geographers pursue in order to provide intelligibility to human action on the earth surface.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

I - TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS: DETERMINAÇÕES, CONTINGÊNCIAS E MOTIVAÇÕES

- 1 - AS REDES GEOGRÁFICAS 3
- 2 - O ESPAÇO URBANO 9
- 3 - A REGIÃO 13
- 4 - ESPAÇO E EMPRESA 17
- 5 - ESPAÇO, TEMPO E CULTURA 20

II - AS TRAJETÓRIAS

AS REDES GEOGRÁFICAS

- 1 - REPENSANDO A TEORIA DAS LOCALIDADES CENTRAIS 32
- 2 - AS REDES DE LOCALIDADES CENTRAIS NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS 51
- 3 - ORIGEME TENDÊNCIAS DA REDE URBANA BRASILEIRA: ALGUMAS NOTAS 94
- 4 - DIMENSÕES DE ANÁLISE DAS REDES GEOGRÁFICAS 106

O ESPAÇO URBANO

- 5 - PROCESSOS ESPACIAIS E A CIDADE 117
- 6 - O ESPAÇO URBANO: NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS 136
- 7 - MEIO AMBIENTE E A METRÓPOLE 142
- 8 - O ESPAÇO METROPOLITANO E SUA DINÂMICA 156

A REGIÃO

- 9 - REGIÃO: A TRADIÇÃO GEOGRÁFICA 165
- 10 - A ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO ESPAÇO BRASILEIRO 177

ESPAÇO E EMPRESA

- 11 - CORPORACÃO E ESPAÇO: UMA NOTA 188
- 12 - CORPORACÃO, PRÁTICAS ESPACIAIS E GESTÃO DO TERRITÓRIO 206

ESPAÇO, TEMPO E CULTURA

- 13 - O SUDOESTE PARANAENSE ANTES DA COLONIZAÇÃO 220
- 14 - CARL SAUER E A GEOGRAFIA CULTURAL 238
- 15 - A DIMENSÃO CULTURAL DO ESPAÇO: ALGUNS TEMAS 258

CONSIDERAÇÕES FINAIS 272

INTRODUÇÃO

Trajatórias Geográficas constitui um conjunto de textos que se reportam aos múltiplos trajetos percorridos desde 1959 até 1995, tanto no Departamento de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1959-1993), como no Departamento homônimo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde leciono desde 1971.

Nos dois lugares segui vários trajetos, isto é, percursos ao longo de diversos temas geográficos. Alguns desses temas foram objeto de dedicação exclusiva por um certo período de tempo, enquanto alguns repartiram com outros o meu interesse durante um certo tempo.

Os trajetos, expressos nos textos selecionados, não seguem uma cronologia, mas representam tão somente uma ordenação *a posteriori*, visando obter uma seqüência clara de uma prática que foi marcada pela pluralidade de temas e abordagens, tratados numa relativa simultaneidade.

O presente volume inicia-se com uma explicitação das determinações, contingências e motivações que me conduziram pelos diversos trajetos. Seguem-se os cinco trajetos selecionados como representativos de uma já longa trajetória pela Geografia.

I - TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS: DETERMINAÇÕES, CONTINGÊNCIAS E MOTIVAÇÕES

No processo da produção científica, especialmente no âmbito das ciências sociais, o pesquisador pode se ver envolvido com várias abordagens e temas. A sua trajetória pode ser, assim, extremamente rica, completa, por vezes contraditória. O que levará esse pesquisador a realizar essa trajetória? Ela é realizada conscientemente ou não? É imposta por força das circunstâncias do mercado de trabalho, de uma instituição a qual ele está vinculado, ou de suas preferências, cujas raízes nem sempre se sabe muito bem?

As possibilidades de respostas, nas quais os elementos acima se combinam desigualmente, são, naturalmente, muitas. Determinações, contingências e motivações são elementos que, de modo desigual, se combinam, permitindo, em muitos casos, que um pesquisador possa ter a sua própria trajetória, complexa, rica, por vezes contraditória.

A minha trajetória tem sido, de maneira inequívoca, marcada por diversas determinações, contingências e motivações. No presente texto oferece-se um pouco da produção que foi realizada no trajeto que vai de 1959 a 1995. As determinações, contingências e motivações foram múltiplas e espero tê-las apresentado com clareza.

São cinco os trajetos, isto é, percursos ao longo de cinco temas: redes geográficas, o espaço urbano, a região, espaço e empresa e, finalmente, espaço, tempo e cultura. São 15 textos publicados entre 1970 e 1995. Ressalte-se que estes trajetos não são marcados por uma diacronia, mas sim por uma sincronia desigual, ou seja, a cada momento do tempo alguns temas ocupavam a minha atenção. Assim, por exemplo, em 1988 aparece um texto sobre a rede de localidades centrais em países subdesenvolvidos e, no ano seguinte, um texto sobre Carl Sauer. A sincronia desigual se verifica, ainda que menos nitidamente, nas abordagens adotadas. Na década de 1980, por exemplo,

aparece um texto eminentemente calcado no materialismo histórico e dialético e textos onde as ligações com essa corrente são mínimas ou inexistentes.

A pluralidade temática e de abordagens nos remete a Paul Feyerabend. Este autor argumenta, com base no pensamento de Lênin, que o pesquisador

“deve ser capaz de entender e aplicar não só uma metodologia em particular, mas qualquer metodologia e suas variações que possa imaginar, sem exceção” (FEYERABEND, 1974, p. 8).

O referido filósofo enfatiza o papel de acidentes e conjunturas, assim como da justaposição de eventos, conduzindo a ação humana em geral. O pesquisador é também envolvido por uma complexidade de determinações, contingências e motivações, resultando, em muitos casos, numa complexa trajetória que foi marcada, ainda que não conscientemente, por uma crença de que “idéias simples e ingênuas regras” não sejam capazes de fornecer inteligibilidade à complexa e mutável ação humana sobre a superfície terrestre (FEYERABEND, 1974, p. 7).

1 - AS REDES GEOGRÁFICAS

A rede geográfica pode ser entendida como um conjunto articulado de localizações sobre a superfície terrestre. Os exemplos são inúmeros, entre outros uma rede ferroviária, uma rede bancária, a rede de uma dada corporação multifuncional e multilocalizada e a rede urbana, ao mesmo tempo a mais complexa das redes geográficas e a síntese delas.

Constituindo-se em uma longa tradição da Geografia, os estudos sobre redes geográficas foram retomados, de um lado, com a revolução teórico-quantitativa da década de 1950 e, de outro, com a consciência da organização espacial estar, cada vez mais, estruturada em redes de escala global.

A tradição geográfica colocava em evidência estudos sobre a rede urbana, vista muito especialmente a partir da teoria dos lugares centrais de Walter Christaller, publicada originalmente em alemão em 1933 (CHRISTALLER, 1966). Em alguns casos, o conjunto de centros era analisado em suas complexas relações, como se exemplifica com o rico e fundamental estudo sobre a rede urbana do Baixo Languedoc, na França (DUGRAND, 1963). Uma excelente síntese dos estudos sobre redes de lugares centrais é a de Brian Berry publicada nos anos 60 (BERRY, 1967); aliás as contribuições deste autor à temática em tela são dignas de nota.

A revolução teórico-quantitativa introduziu a teoria dos grafos como meio para análise de alguns atributos da rede urbana. A obra de Kansky é, neste sentido, seminal (KANSKY, 1963), assim como a contribuição de Garrison, um dos pais da referida revolução (GARRISON, 1960). Mas é com os geógrafos ingleses Peter Haggett e Richard Chorley que a geografia entra plenamente na análise das redes geográficas com base em uma perspectiva quantitativa (HAGGETT e CHORLEY, 1969). Passa-se agora a dispor de medidas a respeito do grau de conectividade do conjunto da rede geográfica e do grau de acessibilidade de cada um de seus nós. Com as proposições operacionais de Nystuen e Dacey é possível verificar a hierarquia dos nós e a área de influência dos mesmos, articulando assim a teoria dos grafos à teoria dos lugares centrais (NYSTUEN e DACEY, 1961).

A retomada da expansão capitalista, no bojo da qual emergem as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, e o desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas à circulação de informações, deram um novo vigor ao estudo

das redes geográficas. Esta questão, contudo, será abordada no sub-capítulo 4 do presente capítulo, quando abordarei o tema das relações entre espaço e empresa.

Em 1961 fui trabalhar com Lysia Bernardes. Era então um jovem que tinha deixado de ser estagiário do IBGE para me tornar, por intermédio de concurso público, “auxiliar-técnico de geografia” na mesma instituição. Lysia Bernardes dedicava-se, neste momento, a uma pesquisa sobre a área de influência da metrópole carioca, estudo este que abordaria também a hierarquia urbana das cidades fluminenses, capixabas e mineiras, então sob a influência do Rio de Janeiro (BERNARDES, 1964). Ressalte-se que a pesquisa em tela tinha como orientador o geógrafo francês Michel Rochefort que, poucos anos antes concluíra a sua tese de Doctorat d’Etat sobre a rede urbana da Alsácia (ROCHEFORT, 1960). Fiquei fascinado com a temática. A partir de então, ela tem se constituído na mais importante trajetória, originando inúmeros trabalhos empíricos e reflexões teóricas, assim como várias dissertações de mestrado e uma tese de doutorado por mim orientadas. O interesse pelo tema ampliar-se-ia em Strasbourg onde, sob orientação do professor Etienne Juillard, pude ler diversos estudos relacionados à temática em tela. Reforçar-se-ia ainda mais em Chicago, com o grande especialista do tema, o professor Brian Berry: a minha dissertação de mestrado, apresentada em 1974, discutia algumas variações na rede de lugares centrais da região de influência de São Paulo (CORRÊA, 1974).

Dos numerosos estudos realizados destaco apenas cinco. O primeiro refere-se à região de influência de Aracajú e representa uma das primeiras experiências com o tema em pauta (CORRÊA, 1965). O estudo está baseado na análise de questionário sobre a temática da rede urbana aplicado a toda a região nordestina, mas também resulta de trabalho de campo. Identifica-se não apenas a área de influência da capital sergipana, mas a hierarquia e área de atuação dos centros subordinados a Aracajú, Propriá, Itabaiana, Lagarto e Estância.

O segundo, coordenado por mim, refere-se às relações entre cidade e região no Sudoeste paranaense. Fruto de longa pesquisa de campo procura-se realizar a pesquisa que Dugrand desenvolveu na região do Baixo Languedoc no sul da França. Identifica-se os papéis que os centros da rede urbana daquela região desempenham, especialmente a comercialização da produção agrícola e a distribuição de bens e serviços. Pato Branco é a modesta capital regional, principal centro de distribuição de bens e serviços, enquanto Francisco Beltrão sobressai como centro de comercialização da produção regional, milho e feijão sobretudo (CORRÊA, 1970).

Entre 1978 e 1980 coordenei, ainda no âmbito do IBGE, a pesquisa sobre “Regiões de Influência das Cidades” (CORRÊA, 1987). Trata-se de longa pesquisa envolvendo a aplicação de um amplo questionário em cerca de 1.200 municípios brasileiros. Visava a referida pesquisa identificar a hierarquia e área de influência das cidades brasileiras e estava fortemente calcada na teoria christalleriana. Foram identificadas 2 metrópoles nacionais, 9 metrópoles regionais (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba e Porto Alegre) e cerca de uma centena de centros sub-metropolitanos e capitais regionais. Considero esta pesquisa de fundamental importância para o meu aprofundamento sobre a temática das redes geográficas e sobre o território brasileiro.

O quarto e penúltimo trabalho, que ampliaria ainda mais o meu conhecimento sobre a rede urbana brasileira foi a análise bibliográfica relativa à produção brasileira sobre “hinterlândias, hierarquias e redes”, na qual pouco mais de 100 textos, produzidos desde a primeira metade da década de 1940 até o final dos anos 80, são avaliados (CORRÊA, 1989d).

Finalmente o quinto texto, A Rede Urbana (CORRÊA, 1989b), representa um esforço de síntese de cerca de 25 anos de estudos sobre redes geográficas, particularmente redes urbanas. Nesse pequeno livro tento resgatar os modos como os

geógrafos abordaram a temática em questão, seguindo-se as minhas proposições sobre a natureza da rede urbana (CORRÊA, 1989b).

Os quatro textos incluídos no presente volume falam um pouco dessa longa trajetória pela rede urbana. Inclui um texto de 1982, outro de 1988 e dois outros datados da primeira metade da década de 1990. Estes últimos dão continuidade à trajetória iniciada em 1965.

“Repensando a Teoria das Localidades Centrais” (CORRÊA, 1982) é um esforço de criticamente rever a importante teoria formulada por Walter Christaller na primeira metade da década de 1930. O trabalho em questão está calcado fundamentalmente numa visão neo-positivista no que diz respeito ao modo de abordar a realidade; no que se refere à teoria substantiva trata-se de uma teoria calcada na economia neo-clássica que emerge na Alemanha da segunda metade do século XIX. Assim, a realidade é pensada a partir de um raciocínio hipotético-dedutivo e é a teoria do valor-utilidade e a lei dos rendimentos decrescentes em sua versão espacial que comandam a formulação christalleriana. Autores como von Bawerk, von Wieser, Menger e Alfred Weber, são centrais na obra de Christaller (CHRISTALLER, 1966).

Influenciado, de um lado, pela dimensão epistemológica de marxismo e, de outro, pela obra marxiana e de seus seguidores, sobretudo Engels e Lênin, mas também incorporando autores neo-positivistas, sobretudo Berry (BERRY, 1967), realizo um esforço de, criticamente, repensar a teoria das localidades centrais. Cinco são os pontos levantados e revistos. O primeiro enfatiza a natureza capitalista da rede de localidades centrais, enquanto o segundo ressalta o papel da rede de localidades centrais como um dos meios pelos quais se dão a acumulação capitalista e a reprodução social. O terceiro ponto reporta-se aos arranjos estruturais e espaciais que a rede em tela pode assumir, enquanto o quarto refere-se à importância da rede de localidades centrais como sendo capaz de, nos países não-industrializados, descrever o conjunto da rede urbana. O

último ponto, por sua vez, reporta-se às conexões entre a rede de localidades centrais e o capitalismo monopolista.

A partir da contribuição de Berry sobre as variações sistemáticas das redes de localidades centrais (BERRY, 1967), de Skinner e Stine sobre os mercados periódicos (SKINNER, 1964; STINE, 1962), de Johnson e Kelley sobre as redes dendríticas (JOHNSON, 1970; KELLEY, 1976) e de Milton Santos sobre os dois circuitos da economia nos países subdesenvolvidos (SANTOS, 1979), procurei sistematizar o conhecimento até então já produzido sobre a rede de localidades centrais em áreas subdesenvolvidas. Nesse segundo texto considero que as referidas redes apresentam-se constituídas como redes dendríticas, de mercados periódicos, e com dois circuitos, o superior e o inferior. Ressalte-se que as três possibilidades não são mutuamente excludentes.

O terceiro texto é uma tentativa de pensar sobre a origem e tendências da rede urbana brasileira a partir de sua complexidade genética, de seus diversos padrões espaciais e da crescente complexidade funcional de seus centros e dos diferentes graus de integração interna e externa. O último texto, por sua vez, reporta-se às dimensões de análise das redes geográficas, dimensão organizacional, temporal e espacial. Trata-se de um esforço de se desenvolver uma perspectiva de análise das redes geográficas.

O trajeto percorrido ao longo das vias que estruturam as redes geográficas não está esgotado. A realidade está sempre demandando uma atenção crítica permanente a respeito das redes geográficas, esses conjuntos de fixos e fluxos, de objetos e ações (SANTOS, 1996) que definem a “paisagem” geográfica de modo vigoroso.

2 - O ESPAÇO URBANO

O percurso ao longo do tema do espaço urbano ou organização interna da cidade difere daquele vinculado à rede urbana, pelo menos em três aspectos. O primeiro é de natureza temporal, o segundo locacional e o terceiro relativo à natureza de meu envolvimento com cada um dos temas.

A trajetória pelo espaço urbano inicia-se 15 anos após ter me interessado pelos estudos sobre redes urbanas. Estes foram objeto de investigação sobretudo no Departamento de Geografia do IBGE, enquanto o espaço urbano foi objeto de interesse na qualidade de professor do Departamento de Geografia da UFRJ. Foram os meus orientandos, por outro lado, com suas dissertações de Mestrado, que contribuíram muito para os avanços que pude realizar em relação ao tema do espaço urbano, enquanto que os avanços no tema da rede urbana foram sobretudo devidos às minhas próprias pesquisas. Em resumo; as trajetórias ao longo dos dois temas foram distintas.

A distintividade das trajetórias merece algumas palavras. Resulta ela, de um lado, das determinações e contingências da trajetória geral do pesquisador individual e, de outro, da variedade temática e de abordagens com que o pesquisador se depara. A motivação age como um motor que transforma possibilidades em realizações concretas, necessariamente distintas. E por isso mesmo complementares e necessárias.

Em 1975, recém-chegado de Chicago, fui convidado para ministrar um curso sobre a organização interna da cidade no Mestrado do Departamento de Geografia da UFRJ, onde dividia o meu tempo com o trabalho no IBGE. Tanto neste órgão como na Universidade de Chicago não tinha realizado estudos sobre o espaço urbano, de forma que tive que, rapidamente, preparar um curso sobre esta temática. Curso que, desde 1975 tem sido oferecido anualmente, tendo já resultado em 22 dissertações de Mestrado, em que o tema em pauta está inequivocamente contemplado como objeto de estudo. O

pequeno livro *O Espaço Urbano*, por outro lado, sintetiza o esforço em lidar com este tema (CORRÊA, 1989c).

O espaço urbano tem sido por mim considerado a partir de duas grandes matrizes. De um lado, pelos achados e conceitos da Escola de Ecologia Humana que, de certa forma, extravasam para o campo da geografia urbana. De outro, pela matriz que tem em Henri Lefébvre o grande teórico do urbano no pensamento marxista.

Da escola de ecologia humana considero como relevante não a interpretação organicista, sub-social, que a caracterizou, mas os resultados a que chegou a partir de longos e sistemáticos trabalhos de campo. Entre esses resultados está a identificação de processos espaciais e dos padrões espaciais que deles resultam. Neste sentido, mais importante que as contribuições do “chef-d’écôle” Robert Ezra Park, são aquelas de Burgess e McKenzie. O primeiro (BURGESS, 1974), com um antológico modelo de segregação residencial que, se criticável em vários aspectos e pouco passível de aplicabilidade às cidades brasileiras, no entanto, situa-se no centro de um debate que se prolonga dos anos 20, quando foi elaborado, aos anos 90 (HARRIS, 1998). McKenzie é o responsável pela identificação de processos espaciais (McKENZIE, 1974).

Ainda da escola de ecologia humana menciono Walter Firey com sua seminal contribuição sobre o papel dos sentimentos e do simbolismo na organização do espaço urbano (FIREY, 1974). E entre os geógrafos destaco as contribuições de Colby, que discute o processo de centralização-descentralização das atividades econômicas no espaço urbano (COLBY, 1958), e de Capel sobre os agentes modeladores do espaço (CAPEL, 1972).

A influência de Lefébvre é enorme. De mais importante está a sua interpretação do espaço urbano como locus da reprodução das relações sociais de produção. Esta visão pode ser considerada como um divisor de águas na análise do espaço urbano;

influenciando inúmeros pesquisadores, entre eles vários geógrafos. Da obra do referido filósofo francês ressalto o seu *Espacio y Política* (LEFÉBVRE, 1976), cuja importância para a minha trajetória ultrapassa a de ser apenas uma referência para o estudo do espaço urbano. Dos discípulos de Lefébvre aponto David Harvey com as suas contribuições, especialmente o já clássico *Social Justice and the City* (HARVEY, 1973) e com o seu artigo sobre as relações entre a diferenciação residencial e a formação das classes e frações de classe na sociedade capitalista da segunda metade do século XX (HARVEY, 1975). A contribuição de Milton Santos com as categorias de estrutura, processo, função e forma (SANTOS, 1985) estende-se além da análise do espaço urbano, referindo-se à visão geográfica da realidade.

A breve análise das influências a que fui submetido coloca uma questão. É possível combinar perspectivas e autores tão distintos quando se analisa um dado aspecto da realidade? Creio que sim, na condição dos diferentes aportes não estabelecerem uma contradição. Como os diferentes autores, McKenzie e Harvey, por exemplo, abordam ângulos distintos e complementares relativos ao espaço urbano, é possível analisar os achados e a tipologia de processos formulados por McKenzie à luz das interpretações oriundas de Harvey. Pois o primeiro acentua um tipo particular de processo, enquanto o segundo destaca a estrutura e a função. Quanto às formas, estas foram evidenciadas pela tradição geográfica de estudos urbanos: a contribuição de Proudfoot é, neste sentido, seminal (PROUDFOOT, 1958), assim como a de Berry (BERRY, 1971), ambas relativas às formas vinculadas ao setor terciário.

O primeiro texto relativo ao espaço urbano refere-se aos processos espaciais na cidade. Publicado originalmente em 1979, pode ser considerado como um típico estudo em que autores e abordagens distintos estão presentes, gerando um conhecimento que tem muito de uma síntese nos termos da dialética. Neste texto discuto, a partir das proposições de diversos autores, os processos que organizam e reorganizam o espaço urbano, a saber: centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia. Trata-se de um esforço de, sistematicamente, discutir o “conjunto de forças que

atuam ao longo do tempo e que permitem localizações, realocações e permanência das atividades e da população sobre o espaço urbano ... (posto) em ação pelos agentes que modelam a organização do espaço”.

O segundo texto, publicado em 1991, resulta de reflexões acumuladas com as leituras e orientação de 11 das 22 dissertações de mestrado até então orientadas e concluídas. O espaço urbano é considerado simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e campo de lutas. Estas características, que não se excluem, possibilitam o geógrafo de dispor de seis “portas de entrada” para efetuar suas análises sobre o espaço urbano. As características em tela, por outro lado, correspondem a uma seqüência ideal-típica com que o geógrafo tem, ao longo da tradição de estudos urbanos, abordado essa organização espacial: desde uma perspectiva empirista àquelas das filosofias do significado e do marxismo.

O terceiro e o quarto texto, como o segundo, derivam de minha prática na academia. São ambos da primeira metade da década de 1990. Em Meio Ambiente e a Metrópole discuto, primeiramente, as relações entre meio ambiente e sociedade, seguindo-se algumas reflexões sobre geografia humana e meio ambiente, meio ambiente e a cidade e, finalmente, uma série de considerações a respeito do meio ambiente da metrópole carioca.

O último texto intitula-se O Espaço Metropolitano e sua Dinâmica. Foi elaborado na crença de ser possível identificar padrões de mudanças no espaço metropolitano brasileiro. Estas mudanças dizem respeito à descentralização do núcleo central, à ratificação de setores residenciais seletivos, à “explosão” da periferia popular e à criação de novos territórios controlados por novas organizações sociais.

Quais as perspectivas para o futuro imediato que o tema em questão apresenta? Creio serem amplas, pois o processo de crescimento demográfico, das atividades formais

e informais e do próprio espaço construído, tem gerado, entre outros efeitos, a crescente complexidade do espaço urbano brasileiro que, assim, está a merecer esforços continuados de investigação. De nossa parte, se isto não é uma promessa é, entretanto, uma vontade. Uma motivação que poderá levar-me, com base em reflexões apoiadas nas pesquisas de meus alunos, a rever e ampliar o pequeno livro O Espaço Urbano (CORRÊA, 1989c).

3 - A REGIÃO

Na longa história acadêmica do pensamento geográfico o conceito de região tem se constituído em um conceito-chave, isto é, uma construção teórica considerada capaz de contribuir, a partir da identificação de um objeto central de investigação, para a unidade da geografia. Ao mesmo tempo o conceito de região forneceria a identidade do geógrafo que, ao evidenciar e analisar recortes territoriais caracterizados por uma dada uniformidade, contribuiria expressivamente para a inteligibilidade da ação humana sobre a superfície terrestre, singularizando a sua participação no seio da ciência.

A importância do conceito de região é enorme, ainda que a sua utilização, via análise regional e a prática da regionalização, apresentasse intensidade variável ao longo do tempo e denotasse acepções distintas atribuídas ao termo, conforme, entre outros, apontam JAMES (1972), CLAVAL (1974), DUARTE (1980), CAPEL (1981), CORRÊA (1986) e GOMES (1996). O conceito chegou mesmo a ser considerado como irrelevante. Contudo, a variedade de acepções - região natural, região-paisagem, região como classe de área, etc. - é, por si só, indicativo da importância do conceito, capaz de atrair o interesse de geógrafos e não geógrafos vinculados às mais diversas correntes do pensamento.

O meu interesse pela região está inequivocamente associado à prática da regionalização e não à análise regional. Nasce na segunda metade da década de 1960 e é

ampliado na década seguinte, em ambos os períodos no bojo de minhas atividades no IBGE, especialmente no âmbito da Divisão de Estudos Regionais. Nas duas décadas foram realizados estudos visando a redefinição regional do Brasil, atualizando e enriquecendo a contribuição de GUIMARÃES (1941) que, na década de 1940, tinha definido um sistema de regiões para o país.

Os conceitos de região homogênea e região funcional (JUILLARD, 1965) constituíram-se em conceitos fundamentais para a regionalização, vinculando-se às duas possibilidades de divisão do espaço. A minha participação nas pesquisas do IBGE fizeram-se, tanto na década de 1960 como na de 1970, sobremaneira voltadas para a definição de regiões funcionais, originando o volume *Regiões de Influência das Cidades*, com base em pesquisa realizada em 1978, mas publicado apenas em 1987 (CORRÊA, 1987). Mas foi necessário familiarizar-me com a vasta literatura sobre as diferentes acepções de região e os diversos métodos de regionalização. Estas leituras levar-me-iam, mais tarde, a publicar o pequeno livro *Região e Organização Espacial* (CORRÊA, 1986), no qual diferentes acepções de região são apresentadas e discutidas.

A leitura de HERBERTSON (1905) foi esclarecedora, não somente porque o conceito de região natural ficou plenamente claro, como também porque evidencia a importância da adoção de métodos sistemáticos no processo de regionalização. Tais métodos foram, em realidade, apresentados através da leitura de autores orientados, predominantemente, por uma visão neo-positivista da ciência.

Três foram os geógrafos que mais contribuíram para o meu desenvolvimento teórico e operacional: William Bunge, David Grigg e David Harvey.

Com o primeiro (BUNGE, 1966), tomei contacto com a possível analogia entre os termos da classificação oriunda da biologia e os termos regionais, como, entre outros, classe de área e região, sistema classificatório e sistema regional, características

diferenciadas e elementos da geografia, indivíduo e lugar. Com o segundo (GRIGG, 1973) a analogia ampliou-se, sendo possível estabelecer a distinção, fundamental em termos operacionais, entre agrupamento e divisão lógica, a primeira associada a uma regionalização que agrega, pouco a pouco, unidades de área que, a cada passo tornam-se semelhantes, enquanto na segunda divide-se um dado espaço em unidades cada vez menores e mais diferentes entre si. Na geografia humana, por falta de sólidas teorias, utiliza-se especialmente o procedimento do agrupamento. Finalmente, com o último, toda a racionalidade da classificação espacial ficou esclarecida (HARVEY, 1969). Completava-se assim o meu aprendizado a respeito da regionalização.

O interesse pela região, contudo, prosseguiu nos anos 80 e 90. É interessante verificar que, ao mudar a perspectiva metodológica, passando do neo-positivismo para o materialismo histórico e dialético, o interesse pelo tema permaneceu, a região agora sendo vista segundo uma nova perspectiva, que me levou a fazer um esforço de vê-la como um produto da lei do desenvolvimento desigual e combinado (CORRÊA, 1986).

A leitura do texto de Anne Gilbert, que discute as correntes recentes, pós-1970, que abordaram a região, foram de importância crucial para mim. Segundo ela, a região tem sido recentemente abordada como expressão dos processos capitalistas, como espaço de identidade de grupos sociais e como espaço de interações sociais (GILBERT, 1988). Ao lado dessa geógrafa considero importante a discussão que Lukacs realiza sobre a categoria da particularidade. Mediação entre o universal e o singular, o particular pode ser visto como sendo o gênero, a classe e o tipo (LUKACS, 1978). A região pode ser entendida como situando-se entre o lugar (singular) e a superfície terrestre (universal). Com isto desfez-se definitivamente a forte influência da perspectiva idiográfica contida na noção de unicidade (uniqueness) da obra hartshorniana (HARTSHORNE, 1939) e que tanto marcou a geografia. Neste sentido, e paradoxalmente, considero as leituras de Schaefer (SCHAEFER, 1953) e Lukacs de fundamental importância para a minha prática teórica e empírica.

O presente texto incorpora dois artigos sobre a região. O primeiro, eminentemente teórico, é posterior ao segundo, que é empírico e reporta-se ao conjunto do território brasileiro. Esta dissonância reflete a ausência de uma nítida diacronia no processo individual de reflexão e produção de textos teóricos e empíricos. Dissonância que, praticada sistematicamente leva a uma perspectiva intercausal entre teoria e empiria.

O primeiro texto espelha a longa reflexão iniciada nos anos 60 e que somente nos anos 90 é, provisoriamente concluída. “Região: A Tradição Geográfica” é uma tentativa de tornar inteligível o permanente interesse, por parte dos geógrafos, pela temática da região. Interesse permanente que, contudo, é acompanhado por um crescente pluralismo conceitual e metodológico. O texto encerra-se com a tentativa de conceber a região geográfica como expressão mais contundente da particularidade, tal como definido por LUKACS (1978).

A organização regional do espaço brasileiro a partir da década de 1970 pode ser vista, ao menos em termos de macro-escala, como caracterizada por três grandes regiões, o Centro Sul, a “core area” do país, o Nordeste, a “região das perdas”, e a Amazônia, a “fronteira do capital”.

O segundo texto contém esta proposição, publicada originalmente em 1989, e que resulta, em parte, de minha experiência como consultor inicialmente e, depois, como co-organizador do Atlas Nacional do Brasil elaborado pelo IBGE e publicado em 1992. Ao participar da concepção e acompanhar a elaboração de grande parte dos mapas, pude visualizar os três grandes complexos regionais em que o Brasil está articuladamente dividido. Trata-se de uma reflexão oferecida à comunidade geográfica, daí a ausência, neste texto, de qualquer referência bibliográfica. Em certas situações é possível permitir-se esta aparente transgressão às normas acadêmicas.

Aparentemente a trajetória envolvendo a temática da região está encerrada. Será verdadeiro isto? Penso que necessariamente nenhum dos trajetos percorridos chega ao fim. Apenas tem uma pausa de duração maior ou menor. Isto porque a temática da região constitui-se em tema permanente, ainda que não exclusivo da geografia. A realidade pode demandar novas análises e reflexões, pois ela é dinâmica, gerando novas particularidades espaciais que suscitarão a devida atenção dos geógrafos. A este respeito o Brasil é um rico laboratório geográfico e a Amazônia, para não mencionar outras regiões, é um exemplo notável da dinâmica sócio-espacial que desfaz, refaz e cria regiões.

Os textos que constituem esta parte do presente trabalho, por outro lado, são indicativos de que a trajetória individual pode ser marcada por uma forte diacronia não sistemática ou, em outros termos, por uma sincronia desigual.

4 - ESPAÇO E EMPRESA

Em 1965, em Strasbourg, França, por sugestão de Etienne Juillard, li com grande interesse a tese de Jean Labasse "Les Capitaux et la Région" (LABASSE, 1958). Neste estudo o autor aborda a dimensão espacial do banco Crédit Lyonnais, tratando-se de um estudo pioneiro na geografia. Foi a partir deste profundo e rico estudo que a temática das relações entre espaço e empresa passou a me interessar.

Compreendi então que a organização espacial e sua dinâmica não eram frutos de agentes sociais abstratos, nem decorrentes de forças econômicas invisíveis como a lei da oferta e procura ou da ação de um capital abstrato e despersonalizado. Também não resultava da ação de um Estado pairando sobre a sociedade. A organização espacial e sua dinâmica resultavam da ação de agentes sociais concretos que, no modo capitalista de produção, manifestavam-se sobremaneira por intermédio das corporações multifacetadas e multilocalizadas.

O interesse pelas relações entre espaço e empresa ganharia concretude ao analisar o papel dirigente das metrópoles brasileiras com base nos assalariados externos de suas empresas (CORRÊA, 1968). Mas somente depois de 20 anos é que os estudos sobre a temática em questão puderam ser realizados. No final da década de 1980 analisei a dinâmica espacial bancária brasileira com base em informações relativas aos anos de 1961 e 1985, dinâmica que levava à formação de verdadeiras redes bancárias nacionais, cujas sedes localizavam-se em um número decrescente de centros urbanos: São Paulo sobressai crescentemente como centro de gestão do território à escala nacional (CORRÊA, 1989a).

Ressalte-se agora o fato de que a trajetória percorrida em relação ao tema das relações entre espaço e empresa ter sido nitidamente marcada por uma descontinuidade. De certa maneira presente em outros temas, no tema em questão é notável. Isto revela que as trajetórias que percorremos não são, segundo os diversos temas, semelhantes entre si, isto é, não possuem a mesma duração, a mesma densidade teórica e nem o mesmo número de estudos empíricos. As contribuições, com certeza, são menores, mas os questionamentos certamente mais numerosos.

A descontinuidade reflete também o fato de que a temática das relações entre espaço e empresa somente foi adotada com certa magnitude pelos geógrafos a partir da segunda metade da década de 1970. Como se tivesse sido necessário um tempo para se perceber complexas mudanças na organização das empresas, sobretudo industriais, com inúmeros impactos espaciais. Complexas mudanças que se verificaram após a Segunda Guerra Mundial, quando no bojo da retomada da expansão capitalista emergem paulatinamente as grandes corporações.

Além de Jean Labasse destaco a importância para mim das profundas reflexões elaboradas por Christian Palloix e Stephen Hymer. O primeiro autor esclareceu-me

sobre a gênese das corporações, a qual se dá no âmbito de um processo interno ao capitalismo, com base nas contradições entre capital e trabalho e na competição intercapitalista (PALLOIX, 1978). O segundo levou-me à organização interna da corporação e à sua dinâmica a partir da fábrica “marshalliana” à grande corporação com a sua rede de “cidades chaves” (HYMER, 1978).

Significativas também foram as contribuições de Lars Häkanson que discute o processo de dispersão espacial de uma corporação em expansão (HÄKANSON, 1978). As interações espaciais internas à corporação foram discutidas teoricamente por Grigoris Kafkalas, possibilitando-me compreender o funcionamento típico de uma rede particular, aquela da grande corporação multifacetada e multilocalizada (KAFKALAS, 1985).

Com Robert McNee pude introduzir-me ao processo, passo a passo, da expansão de uma empresa abstrata, por intermédio de uma construção teórica que é um verdadeiro tipo-ideal sequencial (McNEE, 1979). Finalmente, com Allan Pred pude verificar a complexidade das redes empresariais (PRED, 1974).

Todos esses autores influenciaram-me profundamente e o meu estudo sobre o grupo Souza Cruz (CORRÊA, 1991) representa uma explícita ressonância do muito que com eles aprendi.

A influência desses autores está fortemente marcada nos dois textos selecionados para o presente volume. O primeiro constitui-se em um esforço de sistematizar as relações entre espaço e empresa. Nele o leitor encontrará a presença das idéias de Palloix, Hymer, Häkanson e Kafkalas, McNee e Pred. O segundo é um sub-produto da pesquisa realizada sobre a geografia do grupo Souza Cruz. A partir dos resultados obtidos foram identificadas as práticas espaciais desempenhadas por uma grande corporação: seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora. Acreditamos que

com o conceito em tela, enriquecido pelo seu conteúdo, abrem-se novas perspectivas para o estudo das relações entre espaço e empresa.

O tema em questão está, em realidade, impregnado de ricas possibilidades, pois a efervescência que atinge as corporações, ainda na segunda metade da década de 1990 - e certamente no próximo século - suscitará novas investigações empíricas e reflexões teóricas sobre o mais importante agente social da dinâmica sócio-espacial. Esta é, sem dúvida, uma temática promissora para a geografia. Questões como a da “desverticalização”, dos “consórcios”, das formas indiretas de controle e da constituição de mega-corporações estão postas, convocando a presença dos geógrafos para tornar inteligível uma realidade em mutação.

5 - ESPAÇO, TEMPO E CULTURA

O último trajeto é aquele da geografia cultural. Último no presente volume mas, provavelmente, aquele que será um dos temas privilegiados no século XXI que se avizinha.

A despeito de uma tardia incorporação explícita ao conjunto de temas de meu interesse, a geografia cultural constituiu uma tradição, herdeira da geografia europeia do final do século XIX, que ganhou força no âmbito da geografia norte-americana graças, sobretudo, à força das idéias e ao carisma de Carl Ortwin Sauer (CLAVAL, 1995).

A história da geografia cultural é marcada por duas tendências, uma que se estende de aproximadamente 1890 a 1940, e outra que se inicia por volta de 1970. Entre ambas há um lapso de tempo no qual a geografia cultural tem uma expressão relativamente pequena, tendo o conjunto de suas referências teóricas merecido um certo desprestígio, conforme aponta CLAVAL (1995).

A primeira tendência é reconhecida como geradora do que se poderia, hoje, denominar de geografia cultural tradicional, enquanto a segunda de nova geografia cultural.

Originária de uma perspectiva predominantemente anti-positivista, a geografia cultural apóia-se no historicismo como, entre outros, apontam CAPEL (1981) e SPETH (1987). A contingência, a intencionalidade da ação humana sobre a superfície terrestre e a explícita preocupação com a diversidade dessa ação, constituem alguns dos ingredientes historicistas que caracterizam a geografia cultural tradicional. Nela, a dimensão material da cultura é privilegiada e os temas mais significativos são aqueles das técnicas e instrumentos de trabalho enquanto modeladores do espaço geográfico, da paisagem, analisada numa perspectiva morfológica, das áreas culturais, da história da cultura no espaço e da ecologia cultural (MIKESELL, 1978; CLAVAL, 1995). A análise dos gêneros de vida, realizada pelos geógrafos franceses, contém uma preocupação com a dimensão não-material da cultura.

A segunda tendência emerge como uma contra-corrente nos anos 70, ratificando e ampliando a perspectiva anti-positivista de 80 anos atrás. As filosofias do significado, balizadoras da geografia humanista, têm um peso considerável na nova geografia cultural. Mas também uma perspectiva crítica, oriunda do marxismo, está presente na nova geografia cultural. Elementos da geografia cultural tradicional não estão de todo ausentes da nova versão.

A dimensão não-material da cultura está no centro do interesse dos novos geógrafos culturais. Assim, a paisagem passa a ser analisada em termos de seu significado e o simbolismo contido nas formas materiais, naturais ou sociais, passa a ser temática relevante. A religião, a música popular, a literatura e a identidade espacial são alguns dos outros temas de um temário que não cessa de ser ampliado (CLAVAL,

1995). O próprio conceito de cultura é redefinido, liberando-o de suas raízes naturalísticas (DUNCAN, 1980).

O meu interesse pela geografia cultural é, em termos de consciência, relativamente recente. É possível que tenha estado latente na minha formação e prática profissional no período que se estende de 1958, quando ingressei no curso de geografia da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, até 1968-1970, quando interessei-me pela denominada geografia teórico-quantitativa recém introduzida no Departamento de Geografia do IBGE, onde trabalhava.

A diferenciação de áreas, em relação à qual a cultura é um ingrediente fundamental, era a razão pela qual ingressara no curso de geografia. Mas não reconhecia esse meu interesse como um interesse pela geografia cultural, ausente, naquele momento, na formação e na prática consciente da quase totalidade dos geógrafos brasileiros. Do mesmo modo o que aprendera sobre a paisagem, sobretudo em trabalhos de campo no âmbito do IBGE, não era entendido por mim como constituindo um conhecimento de geografia cultural, ainda que se tratasse de um conhecimento relativo à mais contundente dimensão material da cultura, a paisagem geográfica.

O primeiro texto, relativo ao Sudoeste paranaense antes da colonização, pode ser considerado como sendo de cunho nitidamente saueriano, passível de enquadramento entre aqueles da primeira fase da geografia cultural, isto é, que se estende de 1890 a 1940 e, por inércia, até 1970. Privilegia o passado, especialmente o lapso de tempo que se estende de 1900 a 1945, sendo uma contribuição à geografia histórica de uma região que antes de sua ocupação por gaúchos e catarinenses de origem alemã e italiana, era escassamente povoada por caboclos. O modo como se dava a apropriação da terra e se processava a produção, baseada na coleta de erva-mate e na criação primitiva de porcos, é enfatizado nesse estudo que resulta de um longo trabalho de campo e intenso labor na região.

O estudo em consideração, publicado em 1970, anuncia uma trajetória que será marcada pela descontinuidade. De fato, o segundo texto considerado como de geografia cultural, foi redigido em 1983 e publicado originalmente em 1989. Naquele ano fui convidado para organizar para a Editora Ática uma coletânea com os principais trabalhos de Carl Ortwin Sauer. Tratava-se de um volume que faria parte da coleção. Os Grandes Cientistas Sociais. De Sauer tinha algumas referências advindas do professor Hilgard O'Reilly Sternberg, quando aluno de graduação em geografia. Meus conhecimentos sobre Sauer se ampliaram um pouco mais quando, estudando na Universidade de Chicago, fiz com Marvin Mikesell e William Pattison um curso sobre a história do pensamento geográfico. Corria o ano de 1974 e as lições ficaram como que armazenadas à espera de oportunidades, desde que naquele momento estava interessado na geografia teórico-quantitativa que me levara à Chicago e ao meu orientador Brian Berry.

Ao organizar o volume sobre Sauer - que nunca foi publicado porque a editora desistiu de prosseguir com uma coleção pouco lucrativa - pude debruçar-me sobre a obra, da qual destaco o clássico "The Morphology of Landscape" (SAUER, 1963a) publicado originalmente em 1925, "Recent Developments in Cultural Geography", de 1927 (SAUER, 1927), o discurso presidencial no congresso da Association of American Geographers, publicado em 1941 (SAUER, 1963b), que se constitui em uma crítica à visão hartshorniana da geografia, e o estudo sobre a formação do geógrafo, publicado originalmente em 1956, que é um alerta face ao desenvolvimento da perspectiva neopositivista em geografia (SAUER, 1963c).

O texto aqui apresentado é uma versão pouco alterada do que deveria ser a introdução de um livro que nunca veio à luz. Contém a intenção de ser uma homenagem a este grande geógrafo, fundador da Escola de Berkeley e líder de inúmeras gerações de geógrafos.

Ressalte-se que ao final dos anos 80 estava com uma visão básica da perspectiva saueriana da geografia cultural. Passar a me interessar pela denominada nova geografia cultural era uma questão de tempo, uma questão de atualizar-me nesse sub-campo que, aos poucos me mobilizara, abrindo amplas possibilidades para tornar mais inteligível a ação humana sobre a superfície terrestre. O terceiro texto representa este ingresso na nova geografia cultural.

“A Dimensão Cultural do Espaço: Alguns Temas”, nasce na metade da década de 1990, no âmbito de minha participação no NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura) coordenado por Zeny Rosendahl, e que contribuiu para a sua criação em 1993. Neste texto a dimensão cultural do espaço é apresentada por intermédio da construção e significado atribuído à paisagem cultural, da percepção ambiental e do simbolismo atribuído a certas áreas do espaço urbano e aos lugares centrais. Trata-se de uma contribuição aos geógrafos brasileiros, por meio de temas que ilustram muito bem as raízes sauerianas e os aportes recentes que marcam a geografia cultural.

BIBLIOGRAFIA

- BERNARDES, L.M.C. (1964). **O Rio de Janeiro e sua região**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- BERRY, B.J.L. (1967). **Geography of market systems and retail distribution**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc.
- BERRY, B.J.L. (1971). General features of urban commercial structure. In: BOURNE, Larry. **Internal structure of the city**. Toronto: Oxford University Press, p. 361-367.
- BUNGE, W. (1966). Gerrymandering, geography and grouping. **Geographical Review**, New York, v. 56, n. 2, p. 253-266.
- BURGESS, E.W. (1974). El crecimiento de la ciudad. In: THEODORSON, G.A. **Estudios de ecología humana**. Barcelona: Editorial Labor S.A., p. 69-81.

CAPEL, N. (1972). Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano. **Revista de Geografía**, Barcelona, v. 8, p. 19-56.

CAPEL, N. (1981). **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova.

CHRISTALLER, W. (1966). **Central places in southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc.

CLAVAL, P. (1974). **Evolución de la geografía humana**. Barcelona: Oikos-tau.

CLAVAL, P. (1995). **La géographie culturelle**. Paris: Nathan.

COLBY, C.C. (1958). Centrifugal and centripetal forces in urban geography. In: KOHN, C. e MAYER, H. **Readings in urban geography**. Chicago: The University of Chicago Press, p. 287-298.

CORRÊA, R.L. (1965). Contribuição ao estudo da área de influência de Aracajú. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 47-72.

_____. (1968). Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 56-88.

_____. (coord.) (1970). Cidade e região no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 3-155.

_____. (1974). **Variations in central place systems. An analysis on the effects of population densities and income**. Orientador: Brian Joey Lobley Berry. Chicago: The University of Chicago/Department of Geography, 88 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

_____. (1986). **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, v. 53.

_____. (coord.) (1987). **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério do Desenvolvimento Urbano.

_____. (1989a). Concentração bancária e os centros de gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 17-32.

- _____. (1989b). **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, v. 168.
- _____. (1989c). **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, v. 174.
- _____. (1989d). Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 113-137.
- _____. (1991). Corporação e organização espacial: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 33-66.
- DUARTE, A.C. (1980). Regionalização. Considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 5-32.
- DUGRAND, R. (1963). **Villes et campagnes en Bas Languedoc**. Paris: Presses Universitaires de France.
- DUNCAN, J. (1980). The superorganic in American cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 70, n. 2, p. 181-198.
- FEYERABEND, P. (1974). **Contra el método**. Barcelona: Ariel.
- FIREY, W. (1974). Sentimiento y simbolismo como variables ecologicas. In: THEODORSON, G.A. **Estudios de ecologia humana**. Barcelona: Editorial Labor S.A., p. 419-432.
- GARRISON, W. (1960). Connectivity of the interstate highway system. **Papers and Proceedings of the Regional Science Association**, Philadelphia, v. 6, p. 121-137.
- GILBERT, A. (1988). The new regional geography in English and French-speaking countries. **Progress in Human Geography**, London, v. 12, n. 2, p. 208-228.
- GOMES, P.C.C. (1996). **Modernidade e geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- GRIGG, D. (1973). Regiões, modelos e classes. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 234, p. 3-46.

GUIMARÃES, F.M.S. (1941). Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 318-355.

HAGGETT, P.; CHORLEY, R. (1969). **Network analysis in geography**. New York. Saint Martin Press.

HAKANSON, L. (1979). Towards a theory of location and corporation growth. In: HAMILTON, F.E.I. e LINGE, G.J.R. **Spatial analysis, industry and industrial environment**, vol. 1 Industrial System. Chichester, John Wiley and Sons, p. 115-138.

HARRIS, R. (1998). Constructing a fault(y) zone: mis-representation of American cities and suburbs. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 88, n. 4, p. 622-639.

HARTSHORNE, R. (1939). The nature of geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 29, n. 2-4, p. 173-658.

HARVEY, D. (1969). **Explanation in geography**. London: Edward Arnold.

_____. (1973). **Social justice and the city**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

_____. (1975). Class structure in a capitalist society and the theory of residential differentiation. In: PEEL, R.; CHISHOLM, M.; NAGGETT, P. **Processes in physical and human geography**. London: Heinemann Educational Books, p. 354-369.

HERBERTSON, A.J. (1905). The major natural regions: an essay in systematic geography. **Geographical Journal**. London. March, p. 300-312.

HYMER, S. (1978). **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. Rio de Janeiro: Graal.

JAMES, P.E. (1972). **All possible worlds: a history of geographical ideas**. Indianapolis: The Odyssey Press.

JOHNSON, E.A.J. (1970). **The organization of space in developing countries**. Cambridge: Harvard University Press.

- JUILLARD, E. (1965). A região: ensaio de definição. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, n. 85, p. 224-236.
- KAFKALAS, G. (1985). Location of production and forms of integration: theoretical considerations and some examples from the non-mineral sector. **International Journal of Urban and Regional Research**. London, v. 9, n. 2, p. 223-253.
- KANSKY, K.J. (1963). **Structure of transportation network**. The University of Chicago, Department of Geography, Research Paper 84.
- KELLEI, K. (1976). Dendritic central place systems and the regional organization of Navajo posts. In: SMITH, C. **Regional analysis**, vol. 1, Economic Systems. New York: Academic Press, p. 219-254.
- LABASSE, J. (1958). **Les capitaux et la région**. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- LEFÉBVRE, J. (1976). **Espacio y Política**. Barcelona: Península.
- LUKACS, G. (1978). **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- McKENZIE, R. (1974). El ambito de ecologia humana. In: THEODORSON, G.A. **Estudios de ecologia humana**. Barcelona: Editorial Labor S.A., p. 57-68.
- McNEE, R. (1979). A system approach of understanding the geographical behavior of organizations, especially large corporations. In: HAMILTON, F.E.I. **Spatial perspectives in industrial organizations and decision-making**. London: John Wiley and Sons, p. 47-75.
- MIKESELL, M. (1978). Tradition and innovation in cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 68, n. 1, p. 1-16.
- NYSTUEN, J.; DACEY, M. (1961). A graph theory interpretation of nodal regions. **Papers and Proceedings of the Regional Science Association**, v. 7, p. 29-42.
- PALLOIX, C. (1978). **La internacionalización del capital**. Madrid: Blume Ediciones.

- PRED, A.R. (1974). **Major job-providing organizations and systems of cities.** Commission on College Geography, Resource Paper, Association of American Geographers, 27.
- PROUDFOOT, M.J. (1958). City retail structure. In: KOHN, C.; MAYER, H. **Readings in Urban Geography.** Chicago: The University of Chicago Press, p. 395-396.
- ROCHEFORT, M. (1960). **L'organisation urbaine de l'Alsace.** Strasbourg: Publications de la Faculté des Lettres de l'Université de Strasbourg.
- SANTOS, M. (1979). **O espaço dividido: os dois circuitos da economia dos países sub-desenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- _____. (1985). **Espaço e método.** São Paulo: Nobel.
- _____. (1996). **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC.
- SAUER, C.O. (1927). Recent developments in cultural geography. In: HAYES, E.C. **Recent developments in social sciences.** New York: Lippincott, p. 154-212.
- _____. (1963a). The morphology of landscape. In: LEIGHLY, J. **Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer.** Berkeley: The University of California Press, p. 315-350.
- _____. (1963b). Foreword to historical geography. In: LEIGHLY, J. **Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer.** Berkeley: The University of California Press, p. 351-379.
- _____. (1963c). The education of a geographer. In: LEIGHLY, J. **Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer.** Berkeley: The University of California Press, p. 389-409.
- SCHAEFER, F.K. (1953). Exceptionalism in geography: a methodological examination. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 43, n. 3, p. 226-249.
- SKINNER, W. (1964). Marketing and social structure in rural China. Parte 1. **Journal of Asian Studies.** Princeton, v. 24, n. 1, p. 3-43.

- SPETH, W. (1987). Historicism: the disciplinary world view of Carl Ortwin Sauer. In:
KENZER, M.S. **Carl Ortwin Sauer - A tribute**. Corvallis: Oregon State
University Press, p. 11-39.
- STINE, J.N. (1962). Temporal aspects of tertiary production elements in Korea. In:
PITTS, F.R. **Urban system and economic development**. Eugene: University of
Oregon, p. 68-88.

AS REDES GEOGRÁFICAS

1 REPENSANDO A TEORIA DAS LOCALIDADES CENTRAIS *

A teoria das localidades centrais formulada por Christaller em 1933¹ foi, nas décadas de 1960 e 1970, incorporada à “nova geografia”. Apesar da extensa bibliografia produzida sobre o assunto, muito pouco foi adicionado ao conhecimento da organização espacial dos lugares de distribuição varejista e de serviços. Alguns estudos realizados procuraram verificar empiricamente as proposições mais gerais da teoria, outros foram dedicados às técnicas alternativas de definição de redes de localidades centrais, outros mais visavam o planejamento locacional de atividades terciárias, enquanto outros se perdiam em “geometrias estéreis”. Em muitos casos “redescobriram-se”, em verdade, variações na organização espacial da rede de localidades centrais que o próprio Christaller já tinha descoberto e indicado.

Nas décadas de 1960 e 1970, contudo, destacam-se as contribuições de Santos², com a sistematização do conceito de “dois circuitos” da economia e suas projeções espaciais, e de Stine³, ponto de partida para estudos sobre a organização espacial dos mercados periódicos. Críticas e sugestões a respeito da teoria em pauta também apareceram no período considerado, entre elas aquelas contidas nos trabalhos de Barton⁴ e de Barnes⁵, o primeiro inquirindo sobre a gênese da centralidade, uma questão que, dentro da “nova geografia”, é deixada de lado, e o segundo tentando articular a obra de Christaller ao pensamento do economista Sraffa.

* Publicado originalmente em *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. Organizado por Milton Santos. São Paulo, HUCITEC, 1982: 50-65.

¹ Christaller, W. *Central Places in Southern Germany*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1966, 230p.

² Santos, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1979, 345p.

³ Stine, J.H. “Temporal Aspects of the Tertiary Production Elements in Korea”. in *Urban Systems and Economic Development*, ed. Forrest R. Pitts, University of Oregon, Eugene, 1962, p.68-88.

⁴ Barton, B. The Creation of Centrality, *Annals of the Association of American Geographers*, 68(1), 1978, p. 34-44.

⁵ Barnes, T. Central Place Theory after Sraffa, *Newsletter (USG)*, 5(1), 1979, 40-43.

Este trabalho preocupa-se em repensar a teoria das localidades centrais através de cinco proposições, tendo o intuito de tentar superar dialeticamente a teoria em questão, ou seja, a partir de sua negação, tentar recuperá-la, porém em um nível mais elevado.

Em primeiro lugar uma observação deve ser feita face ao estado em que se encontram os estudos sobre localidades centrais. Refere-se ao fato de que, dentro do quadro positivista que referencia a “nova geografia”, a teoria em questão encontra-se em uma fase de retornos decrescentes, isto é, muito pouco se tem a acrescentar ao “conhecimento” sobre a questão. Em segundo lugar, não se produziu, entre os estudos sobre centros de mercado, um conhecimento crítico sobre sociedade e espaço, constituindo-se os estudos produzidos, em muitos casos, em uma ideologia, escamoteando a realidade, onde se pesquisa corretamente coisas que, no melhor dos casos representam um pensamento não-crítico, e no pior, estão fora da realidade. Assim, considera-se que as trocas se fazem entre seres socialmente semelhantes, sem distinção de classes sociais, derivando um padrão de equilíbrio na sociedade. Considera-se que a cidade central “serve” à sua área de mercado, sendo vista mesmo como fator de desenvolvimento, e idealizam-se novos arranjos estruturais e espaciais com “coisas” desprovidas de relações sociais, desligadas da História. Considera-se a cultura, percepção e o comportamento espacial reais como casos desviantes de modelos idealísticos que nunca foram referendados pelo mundo real. É esta a “teoria” dos centros de mercado que os geógrafos precisam? Em realidade nós a aceitamos e nos enganamos a nós mesmos e aos outros.

A recuperação da teoria das localidades centrais é importante porque ela trata de um tema relevante que é o da organização espacial da distribuição de bens e serviços, portanto, de um aspecto da produção e de sua projeção espacial, sendo assim, uma faceta da totalidade social. Recuperá-la porque se torna necessário enriquecer a visão geográfica da sociedade, isto é, enriquecer nossa compreensão sobre as diferentes formas de espacialização da sociedade. A contribuição que se segue, ainda que necessitando de maior aprofundamento, parece considerar a realidade, e é nesta direção que se deve caminhar.

O processo de discussão das cinco proposições será inevitavelmente tautológico, e isto constitui-se em uma vantagem que reafirma, a cada passo, o modo de se pensar a realidade como uma totalidade.

I

A emergência de uma rede hierarquizada e integrada nacionalmente de centros de distribuição varejista e de serviços, isto é, localidades centrais, se verifica com o capitalismo, com o domínio de um modo de produção onde o capital penetra na esfera da produção. Historicamente, o capitalismo teve como pré-requisito aquilo que Marx⁶ denominou de “acumulação primitiva”, quando se verificou a concentração da propriedade e dos meios de produção nas mãos de uma pouca numerosa classe social, a expropriação de uma imensa massa de camponeses, bem como a concentração de recursos a partir do comércio internacional. A emergência do capitalismo, segundo Dobb⁷, se verifica entre a segunda metade do século XVI e início do século XVII, tendo seu foco inicial na Inglaterra. A Revolução Industrial no final do século XVIII confere ao capitalismo um estágio mais avançado, quando este se instaura plenamente.

Com o capitalismo verifica-se a ampliação em escala até então nunca vista da divisão social e territorial do trabalho, a perda dos meios de produção de parcela considerável dos que ainda detinham estes meios, e o aumento do trabalho assalariado, levando àquilo que Lenin⁸ se refere como a criação de um mercado interior para a crescente produção capitalista, onde tanto os meios de produção como os de subsistência, bem como a própria força-de-trabalho, se constituem em mercadorias a serem vendidas e compradas. Com o capitalismo a atividade comercial ganha novo significado social. Nas palavras de Mandel⁹: “*No fundo, toda a história do comércio*

⁶ Marx, K. O Capital - crítica da economia política. Livro 1, Vol. 2, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 4a ed., 1980, 583-933.

⁷ Dobb, M. A evolução do capitalismo. Zahar, Rio de Janeiro, 7a ed., 1980, 396p.

⁸ Lenin, VI. El desarrollo del capitalismo en Rusia. El proceso de la formación de un mercado interior para la gran industria. Ariel, Barcelona, 1974, 581p.

⁹ Mandel, E. Iniciação à teoria econômica marxista. Antídoto, Lisboa, 4a ed., 1978, 104p.

entre os séculos XVI e XX é a história da transformação progressiva do comércio de luxo em comércio de massa, em comércio de bens para uma parte cada vez mais larga da população” (p. 53).

Entre produção e consumo capitalista se estabelece a distribuição que passa, sob a égide do capitalismo, a desempenhar papel crucial na sociedade e em sua organização espacial. A organização espacial da distribuição que emerge, fundamentada na divisão social e territorial do trabalho, na existência de uma massa predominantemente assalariada, e na articulação entre diferentes áreas produtoras, tem como locais as cidades que se interligam através do comércio atacadista, varejista e dos serviços. Neste processo de articulação e integração, sob o domínio da produção capitalista, crescente e diversificada, os mecanismos econômicos de alcance espacial máximo e mínimo e de economias de aglomeração adquirem um significado novo que é o da própria acumulação capitalista, e geram uma diferenciação hierárquica entre todos os centros de uma rede de distribuição.

Não resta dúvida que numa fase pré-capitalista havia produção de excedentes e trocas, envolvendo uma separação no tempo e no espaço de consumidores, varejistas e atacadistas, havendo inclusive empréstimos em dinheiro para a compra de mercadorias para serem revendidas com lucro. Isto, de um lado, não pode ser definido como capitalismo, que se define a partir do investimento de capital sujeitando o trabalho à criação de mais-valia no processo de produção¹⁰. A maioria dos centros de mercado, por outro lado, caracteriza-se sobretudo por uma atuação espacialmente reduzida, ao nível local, envolvendo um pequeno volume de trocas, as quais tinham como fundamento uma pequena divisão social e territorial do trabalho. Não se achavam integrados nacionalmente em uma hierarquia complexa de centros, envolvendo a maioria da população. Este argumento é sustentado por Smith¹¹ que se refere a uma tipologia de organizações sócio-espaciais de trocas, onde aparecem centros com áreas de mercado

¹⁰ Dobb, M. Op. cit.

¹¹ Smith, C.A. "Exchange Systems and the Spatial Distribution of Elites: the Organization of Stratification in Agrarian Societies, in Regional Analysis, Vol. II, Social Systems, ed. Carol A. Smith, Academic Press, nova york, 1976, p. 309-374.

espacialmente limitadas. Autores como Buch-Hanson e Nielsen e Lampard¹², entre outros, também sustentam o argumento da existência de centros de mercado pouco articulados entre si em uma fase pré-capitalista. A existência, ainda que diferenciada de tais centros, fundamentada em uma sociedade pré-capitalista, não nos autoriza a falar senão de uma matriz pré-capitalista que contém elementos, os centros de mercado, que se constituem em embriões de elementos do futuro, do modo de produção capitalista, a rede de localidades centrais¹³.

Deste modo afirma-se que a rede hierarquizada de localidades centrais constitui-se em uma forma de organização do espaço vinculada ao capitalismo, sendo, portanto, de natureza histórica.

II

É através da rede hierarquizada de localidades centrais, isto é, das numerosas cristalizações materiais diferenciadas do processo de distribuição varejista e de serviços, que se realiza, em um amplo território sob o domínio do capitalismo, a articulação entre produção propriamente dita e consumo final. Como a realização da mais-valia, base para o processo de acumulação capitalista, se concretiza no mercado distribuidor, isto é, onde se verifica o ato de aquisição de produtos para o consumo final, e que no capitalismo este mercado distribuidor organiza-se em um territorialmente amplo, complexo e diferenciado sistema de distribuição, isto é, a rede de localidades centrais, pode-se afirmar que esta rede constitui-se em uma estrutura territorial¹⁴ necessária ao processo de acumulação capitalista. Através desse sistema de distribuição os assalariados,

¹² Buch-Hanson and Nielsen, B.M. *Marxist Geography and the Concept of Territorial Structure*, *Antipode*, 9(2), 1977, p. 1-11; Lampard, E.E. *The History of the Cities in the Economically Advanced Areas*, *Economic Development and Cultural Change*, 3(92), 1955, p.21-136.

¹³ Dobb, M. Op. cit.

¹⁴ O conceito de estrutura territorial é o de Buch-Hanson, M. e Nielsen, B. Op. cit., e é similar ao conceito de configuração espacial de Coraggio, J.L. *Social Forms of Space Organization and their Trends in Latin America*, *Antipode*, 9(1), 1977, p.14-28. Estrutura territorial ou configuração espacial é o conjunto de cristalizações materiais no espaço ligado à produção, circulação, distribuição e consumo (campos, fábricas, vias de circulação, residências etc.), e é simultaneamente um reflexo do funcionamento de um dado modo de produção, reflexo este que inclui heranças de modos de produção préteritos ou dominados, e uma condição para a reprodução do

desprovidos da posse dos meios de produção e sem produzir seus meios de subsistência, têm seus salários drenados, via comércio varejista e rede bancária, para os grandes centros de decisão econômica, possibilitando a acumulação capitalista. Do mesmo modo, parte dos lucros dos capitalistas é drenada para os centros de acumulação.

A distribuição varejista e a prestação de serviços para centros urbanos menores e áreas rurais, que envolve em aparência um fluxo de uma localidade central para fora, para a sua área de mercado, é, em sua essência, um fluxo de drenagem. Em realidade esse fluxo para fora é, antes de mais nada, uma condição para que a drenagem de salários, lucros e rendas possa realizar-se. Assim, em termos muito gerais, o ato de um assalariado dirigir-se a uma localidade central implica o pagamento de um preço ao varejista pelos produtos que adquire. Este preço contém uma margem de lucro que é capturada pelo varejista. Por sua vez, o varejista da pequena localidade central ao adquirir esse produto do industrial estará possibilitando a realização da mais-valia. Isto significa que o processo de acumulação capitalista, fundamentado na produção industrial e no trabalho assalariado, tem uma dimensão espacial e esta tem como um de seus lugares a rede de localidades centrais tanto a nível regional como intra-urbano¹⁵.

A rede de localidades centrais aparece também como uma estrutura territorial através da qual o processo de reprodução das classes sociais se verifica. Estas, no capitalismo da segunda metade do século XX, definem-se não apenas em função de forças “primárias” de estruturação de classes sociais, que dicotomizam proprietários dos meios de produção e aqueles que vendem sua força-de-trabalho, mas também resultam da ação de forças “residuais” e “derivativas” que podem ocasionar um espectro social variado, mais fragmentado, onde podem co-existir na sociedade como um todo,

modo de produção dominante. Sobre o assunto, ver, entre outros, Moreira, R.A. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. *Encontros com a civilização brasileira*, 16, 1979, p. 143-170.

¹⁵ Em realidade o processo de acumulação capitalista tem necessariamente uma dimensão espacial que se traduz em diferentes estruturas territoriais ligadas à produção industrial, agrícola, à circulação e à distribuição de bens e serviços. Tais estruturas territoriais não são mutuamente excludentes, ao contrário, se superpõem entre si, como também se superpõem às estruturas territoriais ligadas às instâncias político-jurídica e ideológica. A dimensão espacial ligada à instância econômica (indústria, agricultura etc.) deriva daquilo que Marx denomina “aniquilação do espaço pelo tempo”, implicando localizações, meios e vias de transportes que garantam um menor prazo de rotação do capital. Ver Moreira, R. Op. cit. e Harvey, D. *The Geography of Capitalist Accumulation: a Reconstruction of the Marxian Theory*, *Antipode*, 7(2), 1975, p.9-21.

camponeses, ricos proprietários rurais, um exército de reserva, e uma mais ou menos vasta camada de membros da classe média, empregada, tanto do setor privado como público, em escritórios, bancos, escolas, empresas de transporte, etc.¹⁶. A continuidade do processo de acumulação capitalista implica necessariamente a reprodução deste amplo espectro social, e esta reprodução se faz, em grande parte, através do consumo diferenciado de bens e serviços oferecidos pelas localidades centrais, diferenciação esta que não se refere apenas aos tipos (educação, saúde, automóveis, aparelhos eletrodomésticos, confecções etc.), como também à quantidade e qualidade dos bens e serviços consumidos.

Neste processo de reprodução das classes sociais, que é parte do processo de reprodução das relações de produção, desempenham papel crucial os Aparelhos Ideológicos do Estado, que se apresentam espacializados, em alguns casos, de acordo com uma hierarquia intrínseca, própria a cada Aparelho, e que tem como localização a rede hierarquizada de localidades centrais. A diferenciação espacial do aparelho ideológico escolar, o mais importante na sociedade capitalista¹⁷, diferenciação que é marcante em países como o Brasil, constitui-se em exemplo notável das relações entre localidades centrais, reprodução social e Aparelhos Ideológicos do Estado.

A diferenciação do consumo entre classes sociais se traduz em uma complexa hierarquia de localidades centrais que assume diferentes arranjos. Assim, Santos¹⁸ refere-se aos “circuitos superior e inferior” da economia e às suas projeções espaciais, que devem ser interpretados como meios sócio-espaciais servindo a classes sociais distintas. O desdobramento da rede de localidades centrais em dois planos, um servindo a grupos sociais de alto e médio *status* e o outro a grupos sociais de baixo *status*, como Corrêa¹⁹ indica, constitui-se em uma similar interpretação do comportamento espacial de classes sociais distintas que coexistem no mesmo espaço, face à própria reprodução social.

¹⁶ Harvey, D. “Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation”, in *Processes in Physical and Human Geography*, ed R. Peel, M. Chisholm, P. Haggett. Heinemann Educational Books, Londres, 1975, p.354-369.

¹⁷ Althusser, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Presença-Martins Fontes, Lisboa, 1980, 120p.

¹⁸ Santos, M. Op. cit.

A complexidade na hierarquia das localidades centrais aparece como resultante também da localização diferenciada das classes sociais no mesmo espaço, ou seja, aparece como fruto da segregação sócio-espacial. Assim, Davis²⁰ em seu estudo sobre Leeds, Inglaterra, indica a existência de dois centros intra-urbanos aparentemente similares mas que, por servirem a áreas sociais distintas, apresentam diferenças no que se refere ao número de bens e serviços oferecidos, ao número de estabelecimentos varejistas e de serviços, e ao grau de especialização das lojas varejistas. Estudos sobre as cidades do Terceiro Mundo reafirmam claramente essa diferenciação, como é indicado, entre outros, no trabalho de Mc Intyre²¹ sobre Manila, Filipinas, onde aparece uma moderna hierarquia de centros intra-urbanos, servindo à elite estrangeira e à população “ocidentalizada”, e uma outra, de natureza popular, que tem como focos os mercados tradicionais.

A concentração da classe dominante, constituída fundamentalmente, por exemplo, por uma oligarquia fundiária e comerciante, na cidade capital de um Estado, como no Nordeste do Brasil, a que se associa um determinado contingente de classe média e um vasto contingente populacional pobre, leva a uma extrema concentração da oferta de bens e serviços de luxo a sofisticados nessa cidade. Ainda que tais bens possam teoricamente ser caracterizados por apresentarem amplo alcance espacial, são consumidos quase que exclusivamente na cidade capital e apenas por uma parcela da população. As localidades centrais da hinterlândia por atenderem apenas a uma população de camponeses, assalariados rurais temporários e a uma pequena população dos estratos inferiores da classe média, caracterizam-se por serem centros oferecendo bens e serviços que atendem apenas condições mínimas e elementares de reprodução da população de suas áreas demercado. Existe assim, uma enorme diferença entre os centros de mercado da região²². À luz do modelo formal de Christaller poder-se-ia dizer

¹⁹ Corrêa, R.L. Status sócio-econômico e centralidade: uma interpretação. *Geografia*, 2(3), 1977, p.51-59.

²⁰ Davis, R.L. Effects of Consumer income Differences on the Business Provisions of Small Shopping Centers. *Urban Studies*, 5(2), 1968, p.144-154.

²¹ McIntyre, W.E. The Retail Pattern of Manila. *Geographical Review*, 45(1), 1955, p.66-80.

²² Consulte-se Lentnek, B., Mitchell, R.A., Koenig, B.B. Renda e o Padrão Espacial de Desenvolvimento Econômico. *Boletim geográfico*, 240, 1977, p.17-30, que denominam esta cidade maior “cidade comercial primaz”. Sobre a concentração de recursos em uma única grande cidade veja-se ainda Johnson, E.A.J. *The organization of Space in Developing Countries*. Harvard university Press.

que se trata de um desvio, de uma rede urbana truncada onde faltam centros intermediários entre, por exemplo, uma capital regional e centros locais. Em realidade a rede de localidades centrais não é truncada senão face a um modelo idealizado que não supõe a existência de classes sociais e diferenças nos níveis de consumo. A rede de localidades centrais é o que ela é pelo fato de se constituir em uma estrutura territorial da sociedade, através da qual se pode verificar a reprodução de classes sociais distintas tanto entre si como em suas localizações, reprodução esta que interessa à classe dominante localizada na cidade capital.

Deste modo a rede de localidades centrais cumpre simultaneamente dois papéis que são complementares: de um lado constitui-se em um meio para o processo de acumulação capitalista, e de outro, constitui-se em um meio para a reprodução das classes sociais. Isto significa que a rede de localidades centrais constitui-se em um meio através do qual a reprodução do modo de produção capitalista se verifica.

III

As redes de localidades centrais apresentam-se caracterizadas por arranjos estruturais e espaciais diversos. Assim, em termos de arranjo estrutural, há redes que se caracterizam pela existência de uma cidade comercial primaz e ausência de centros intermediários²³, pela existência de dois “circuitos”²⁴, pela temporalidade da função de distribuição, quer sazonal²⁵, quer semanal²⁶, bem como há redes que se caracterizam por uma forte aproximação ao modelo teórico de Christaller. Os tipos estruturais podem ser numerosos e certamente não foram ainda colocados em evidência. Em termos de arranjo espacial as redes de localidades centrais podem apresentar um padrão marcado

Cambridge, 1970, 452p. e Kelley K.B. “Dendritic Central Place System and the Regional Organization of Navajo Posts”. in *Regional Analysis*, Vol. I, Economic Systems, ed. C.A. Smith, Academic Press, Nova York, 1976, p. 219-254.

²³ Lentz B., Mitchell, R.A., Koenig, B.B. Op. cit.

²⁴ Santos, M. Op. cit.

²⁵ Furnell, D.C. Rural Business Centres in a Low-Income Economy: Some Theoretical Problems. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 64(2), 1973, p.86-92.

²⁶ Ver, entre outros, Stine, J.H. Op. cit. e Skinner, G.W. Marketing and Social Structure in Rural China, Part I. *Journal of Asian Studies*, 24(1), 1964, p.3-43.

pela centralidade geométrica do principal centro ou por sua posição excêntrica, à semelhança de um cometa. Estes parecem ser os casos extremos e certamente outros arranjos espaciais ocorrem. A literatura sobre os arranjos estruturais e espaciais já é rica, falando-se de redes dendríticas²⁷, *primate system*, *feeder system*, *top-heavy system*²⁸, sistema hierárquico imperfeito²⁹, arranjo organizado segundo os princípios de mercado, transporte e administrativo³⁰ etc.

Queremos crer que as diferenças nos arranjos estruturais e espaciais das redes de localidades centrais sejam, em primeiro lugar, reveladoras das diferenças relativas ao avanço do capitalismo e das formas que assume. Em outras palavras admite-se a existência de uma conexão entre a inserção de uma determinada área na divisão territorial do trabalho e o arranjo estrutural e espacial de sua rede de localidades centrais. Esta questão tem merecido considerações por parte de diversos estudiosos, como se exemplifica com o trabalho de Smith³¹, mas é necessário aprofundar a questão.

O avanço do capitalismo se verifica de modo desigual e sob diferentes formas aparentes, conduzindo ao desenvolvimento das forças produtivas, às relações de produção e à estruturação de classes sociais. Estas, por sua vez, repercutem naquilo que tem sido considerado implicitamente como variáveis “independentes” nos estudos sobre localidades centrais, isto é, as densidades de população, renda e padrões culturais.

As mudanças e o aumento da produção no curso do desenvolvimento das forças produtivas são de fundamental importância. Os resultados em termos espaciais não são os mesmos: produção industrial com maior ou menor grau de especialização produtiva, concentração territorial da produção industrial e urbanização, produção baseada em plantations, em fazendas de gado ou em pequenas e médias propriedades com agricultura predominantemente “industrializada” para mercados internos, externos ou ambos,

²⁷ Johnson, E.A.J. *Op. cit.*

²⁸ Smith, C.A. “Causes and Consequences of Central Place Types in Western Guatemala”, in *Regional Analysis*, Vol. I. Economic Systems, ed. Carol A. Smith, Academic Press, Nova York, 1976, p.255-300.

²⁹ Marshall, J.U. *The Location of Service Towns: an Approach to the Analysis of Central Place Systems*. University of Toronto, Department of Geography, Research Publications, n.3, Toronto, 1969, 184p.

³⁰ Cristaller, W. *Op. cit.*

permanência em maior ou menor grau de uma economia agrária camponesa produzindo excedentes alimentares e servindo como reserva de terras e força-de-trabalho, expansão das atividades de mineração etc.

O desenvolvimento diferenciado da produção sobre o espaço, maximizando vantagens locacionais específicas a cada produção, gera uma divisão territorial do trabalho, a qual suscita a expansão da circulação de mercadorias e o aparecimento de um sistema viário que se sobrepõe ao antigo ou é criado do nada, bem como outros elementos da infra-estrutura. Tal desenvolvimento suscita também o aparecimento, em maior ou menor grau, de atividades de controle e apoio ao funcionamento da economia, isto é, visando assegurar a reprodução das condições de produção e das relações de produção.

Estas mudanças, advindas com a penetração desigual do capitalismo, tendem a reestruturar em graus diferentes as classes sociais, ampliando e diversificando ao nível de ocupações e salários uma classe média urbana, mantendo em parte o campesinato e ampliando o proletariado e o exército de reserva, tanto urbano como rural, bem como tais mudanças podem levar a uma realocação da força-de-trabalho, afetando a distribuição da população sobre o território. Tende ainda, em maior ou menor grau, a uniformizar o comportamento dos diferentes grupos sociais dentro de um esquema “universal”, onde as tradições culturais “pré-capitalistas” tendem progressivamente a ser relegadas ao folclore, constituindo-se em novas “mercadorias” exploradas capitalistamente pelo turismo.

O avanço do capitalismo na medida em que tende a transformar todos ou quase todos em pessoas que não produzem os seus meios de consumo, que são transformados em mercadorias a serem vendidas e compradas, tende a estimular as atividades comerciais, as quais são afetadas pelo próprio capitalismo, ainda que de modo diferenciado:

³¹ Smith, C.A. *Op. cit.* (nota 11)

- a) no que diz respeito à origem dos produtos a serem distribuídos, isto é, bens produzidos local, regionalmente ou importados das áreas industriais do país ou do exterior;
- b) no que diz respeito aos tipos, quantidade ou qualidade dos bens distribuídos, isto é, automóveis, implementos agrícolas, confecções, calçados, utensílios domésticos etc.;
- c) no que diz respeito ao processo de distribuição de bens, isto é, através de ligações entre atacadistas e varejistas, produtores industriais e varejistas, através de operações de transferência no âmbito de uma cadeia de lojas, através de varejistas fixos ou móveis no espaço.

Assim, a penetração capitalista desigual e as formas que o capitalismo assume, gera regiões com específicos padrões de densidade de população, nível de renda e sua distribuição, de manutenção de padrões culturais tradicionais, bem como o aparecimento de um sistema viário específico e a manutenção ou aparecimento de estruturas comerciais apropriadas.

O avanço desigual do capitalismo verificou-se, por outro lado, sobre um espaço diferentemente urbanizado, que incluía desde regiões onde havia uma rede urbana constituída por numerosos centros que dispunham de certo grau de articulação, até regiões onde viviam sociedades que desconheciam o fenômeno urbano. Assim, Johnson³² fala da rede urbana inglesa por volta de 1500, onde havia 760 *market towns*, bem como outros autores falam da criação de *gateway cities*, pontos de conquista e penetração colonial na América³³, enquanto outros ainda falam das cidades comerciais e religiosas da Ásia pré-capitalista³⁴.

³² Johnson, E.A.J. *Op. cit.*

³³ Burgherdt, T.E. A Hypothesis about Gateway Cities. *Annals of the Association of American Geographers*, 61(2), 1971, p. 269-285.

³⁴ McGee, T.G. *The Southeast Asian City - a Social Geography of the Primate Cities of Southeast Asia*, G.Bell and Sons Ltd., Londres, 1967, 204 p.

Sem dúvida o arranjo estrutural e espacial da rede de localidades centrais é influenciado não apenas pelo modo como o capitalismo penetrou nas diferentes áreas do mundo, mas também é marcado pela herança do passado no sentido de:

- a) Existência prévia de uma rede urbana que, ainda que tivesse sofrido modificações em termos de funções novas em seus centros e visto a emergência de novos centros, representava uma base já implantada que seria, ao menos parcialmente, recuperada;
- b) Necessidade de se implantar progressivamente, à medida que a ocupação do espaço progredisse, uma rede urbana a partir de pontos estrategicamente localizados face às necessidades de defesa, penetração e conquista do território.

Deste modo, descobrir e descrever “redes dentriticas”, “sistemas primazes”, “*top-heavy system*”, “*feeder system*” ou outros arranjos, ganha um significado que transcende o da descoberta e descrição de arranjos alternativos a partir do confronto com um arranjo estrutural e espacial idealizado, colocando questão das redes de localidades centrais dentro de um quadro de referência que se preocupa fundamentalmente com a compreensão das relações entre sociedade, sua história e o espaço, que hoje estão marcadas pelo capitalismo.

IV

Argumenta-se que em países ou regiões não-industrializadas, ou onde a produção industrial apresenta uma localização concentrada espacialmente, a análise da rede de localidades centrais constitui-se, em verdade, na análise de todo o sistema urbano, quer dizer, das funções urbanas e dos diferentes fluxos que se realizam entre a zona rural e as cidades, entre estas, bem como os fluxos que têm suas origens e destinos nos grandes

centros mundiais de acumulação e redistribuição de capital³⁵. Isto se deve em razão da tendência correlativa entre:

- a) localização da limitada produção industrial e os centros de maiores níveis hierárquicos, produção esta que se caracteriza pelo processamento de matérias-primas e a produção de bens de consumo, os quais tendem a ter como mercado as respectivas áreas de influência comercial das cidades onde essa produção se realiza;
- b) os centros de consumo da renda fundiária e sua importância e a hierarquia das localidades centrais, seja, de um lado, pelo mecanismo de absenteísmo dos proprietários rurais, tal como Dugrand³⁶ indica, seja, de outro lado, pelo mecanismo de captura de uma parcela dos custos de produção agrícola pelos centros urbanos através do preço de insumos e juros bancários;
- c) centros de comercialização de produtos rurais e a rede hierarquizada de localidades centrais, onde em muitos casos as firmas compradoras da produção rural são as mesmas que realizam a distribuição varejista e atacadista de produtos industriais;
- d) centros de gestão, controle e distribuição de investimentos nacionais e/ou centros de retransmissão de investimentos externos e a hierarquia de localidades centrais, que se constituem na medida de realimentação do processo produtivo global, quer dizer, de acumulação, achando-se correlato ainda ao papel das localidades centrais como centros industriais, centros de consumo da renda fundiária, e centros de comercialização dos produtos rurais; estes aspectos, por sua vez, estão correlacionados com os que se seguem abaixo;
- e) centros de recepção de correntes migratórias com destino urbano e o nível hierárquico dos centros distribuidores, correlação esta que se processa entre a importância da localidade central e número de imigrantes, e ainda, através do processo de imigração

³⁵ Santos, M. "Espaço e Dominação: uma Abordagem Marxista", in *Economia espacial: críticas e alternativas*, ed. Milton Santos, HUCITEC, São Paulo, 1979, p. 111-133.

step-wise, onde o itinerário do imigrante é marcado por etapas em centros hierárquicos sucessivamente maiores;

f) centros de controle e poder político e a rede hierarquizada de localidades centrais, visto que as diversas frações da classe dominante, comerciantes, proprietários fundiários e industriais, as diversas instituições dos Aparelhos Repressivo e Ideológico do Estado, bem como os executivos do capital estrangeiro, exercem um poder que é diferenciado, gerando uma divisão territorial do poder, de acordo com a localização no espaço, de onde adquirem e exercem esse poder, isto é, de acordo com a importância das localidades centrais³⁷.

Esta correlação locacional hierárquica deriva da coesão de interesses, ainda que possa haver certos conflitos internos à classe dominante ou às suas diferentes frações - classe esta que em muitos casos mantém vínculos de parentesco entre seus membros - bem como de interesses do capital estrangeiro, que encontram na centralidade diferencial das localidades centrais, uma diferenciação proporcional para melhor realizar sua continuidade, quer dizer, realizar-se e reproduzir-se, bem como, através da acumulação de recursos, poder e controle sobre a sociedade, poder reproduzi-la. Neste sentido, o conceito de “economias de aglomeração” não deve ser referido apenas às vantagens para uma série de atividades reunidas no mesmo centro urbano, mas também às vantagens que a classe dominante desfruta para exercer seu poder, sua reprodução, controle e reprodução de toda a sociedade. Trata-se, afinal de contas, de “economias locacionais para a reprodução”.

Se isto é verdade, então a rede de localidades centrais constitui-se em uma cristalização material necessária, não apenas para a realização da acumulação e reprodução das diversas classes sociais, via distribuição conectando produção e consumo, mas também em uma cristalização onde se verifica a limitada produção industrial, para onde convergem fluxos vinculados a excedentes diversos que alimentam

³⁶ Duhamel, R. *Villes et campagnes en Bas Languedoc*. PUF, Paris, 1963, 638p.

³⁷ Kelley, K.B. *Op. cit.*

o processo produtivo global, onde se concretiza parcela ponderável do consumo final, e de onde se exerce o controle da sociedade. Em resumo, a rede de localidades centrais constitui-se em uma estrutura territorial cuja análise possibilita a compreensão do sistema urbano de países não industrializados ou onde a industrialização se verifica espacialmente concentrada.

V

A última proposição envolve a questão da conexão entre rede de localidades centrais e capitalismo monopolístico. Como se sabe, as teorias locacionais dominantes, de fundamentação marginalista, têm como um de seus pressupostos fundamentais a existência e a perenidade do capitalismo concorrencial, dominado por uma competição perfeita, e onde a unidade de decisão, inclusive a decisão locacional, seria a firma individual com um único estabelecimento. Em que pese a vasta bibliografia e a variedade de aspectos abordados sobre localização das atividades varejistas e de serviços e comportamento espacial de comerciantes e consumidores, os estudos sobre localidades centrais pouco ou nada têm procurado estabelecer conexões entre capitalismo monopolístico e distribuição varejista e de serviços, assumindo implicitamente a existência e perenidade de uma fase ultrapassada do capitalismo. Ao contrário, no que se refere à localização industrial, estudos recentes têm procurado estabelecer possíveis conexões entre localização e realocação industrial e as estratégias de grandes corporações com múltiplos setores de produção e multilocalizações.

Pode-se argumentar, contudo, que com a progressiva centralização de unidade de capital vinculado ao comércio, centralização que se verifica pelo crescimento de firmas, pela criação de grandes empresas com cadeias de lojas multilocalizadas, pela fusão de interesses do grande capital comercial com o capital imobiliário e financeiro, traduzindo-se na criação de *shopping-centers* planejados, deva haver uma progressiva diminuição da importância relativa e mesmo numérica de localidades centrais de mais baixo nível hierárquico.

A este processo interno ao capital associa-se a continuidade do processo de urbanização, ele próprio causa e efeito do processo de centralização do capital, o qual privilegia progressivamente as grandes cidades, esvaziando a área de mercado das pequenas localidades centrais. Este processo de centralização do capital e urbanização implica, por sua vez, na ampliação e melhoria das vias de circulação e na difusão do uso de automóveis, que minimizam os efeitos da distância-tempo-custo, eclipsando os pequenos centros de mercado cujas firmas não apresentam economias de escalas para a competição, oferecendo preços mais elevados que as dos centros maiores, nem vantagens locacionais que atraíam lojas pertencentes às grandes cadeias.

Quando Berry³⁸ fala de *daily urban system*, ou seja, de um novo modelo de urbanização que se caracteriza pela concentração da maior parte da população americana dentro de um raio que permite fácil acesso a um centro de nível metropolitano dotado de todos os bens e serviços, estamos, em realidade, diante de um novo esquema espacial de distribuição de bens e serviços que não supõe mais uma complexa hierarquia de localidades centrais tal como Christaller se referia. Argumenta-se, então, que o *daily urban system* se constitua no modelo sócio-espacial básico através do qual, entre outros papéis, e em relação aos Estados Unidos, se verifica a distribuição de bens e serviços. Nesta linha de argumentação pode-se dizer que a rede hierarquizada de localidades centrais seria uma estrutura territorial associada a uma fase concorrencial do capitalismo, e que o *daily urban system* seria a estrutura territorial básica associada ao capitalismo monopolístico. Argumenta-se ainda que o processo de mudança da estrutura territorial da distribuição de bens e serviços (e da urbanização) esteja em fase mais avançada no principal país do denominado “capitalismo avançado”, e menos avançada em outros países.

Ao que tudo indica a emergência de outro arranjo estrutural e espacial da distribuição de bens e serviços caracterizado pela especialização dos centros de mercado, tanto ao nível intra-urbano como regional, onde tais centros oferecem uma gama de bens

³⁸ Ver Berry, B.J.L. *The Geography of the United States in the Year 2000*. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 51, 1970, p.21-53 e Berry, B.J.L. *The Human Consequences of Urbanization*. St. Martin, Nova York, 1973, 205p.

e serviços altamente associados entre si em termos de complementaridade, conforme o que Lösch³⁹ teria prenunciado, e não mais organizados segundo o modelo hierárquico de Christaller, constituir-se-ia em outra expressão ao nível espacial do capitalismo monopolístico.

A questão da conexão entre fase do capitalismo e arranjo estrutural e espacial dos centros de distribuição é, no entanto, mais complexa. Queremos crer que arranjos estruturais e espaciais que emergiram numa fase concorrencial podem emergir sob condições de capitalismo monopolístico. Assim, em áreas brasileiras povoadas após 1960, numa fase caracterizada pelo capitalismo monopolístico, reproduz-se a forma básica da rede de localidades centrais. Em relação ao seu funcionamento, contudo, algo deve ter mudado. Hipotetiza-se que essa rede atenda certas demandas das áreas de povoamento que estejam vinculadas ao “circuito inferior” da economia, enquanto outras demandas, vinculadas ao grande capital, proprietário da terra e de investimentos de porte, o “circuito superior”, sejam atendidas através de fluxos de longa distância que utilizam, senão parcialmente, os centros da rede. Parcela ponderável das ligações se fazem diretamente entre os núcleos de produção e os grandes centros de acumulação e retransmissão localizados no Sudeste do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou, ao longo de cinco temas interdependentes, repensar a teoria das localidades centrais, colocando-a em outro nível que, sem negar as contribuições feitas, tenta incorporá-las dentro de outro significado. Remete-se a questão das localidades centrais à história, definindo-a como um fenômeno historicamente determinado e submetido às transformações por que passa a sociedade capitalista. Queremos crer que apenas iniciamos o processo de, criticamente, repensar a questão e,

³⁹ Lösch, A. *The Economics of Location*, Yale University, New Haven e Londres, 1954, 520p., especialmente os capítulos 10, 11 e 24. Sobre a especialização dos centros de mercado ao nível intra-urbano, ver Berry, B.J.L. *Geography of Market Centers and Retail Distribution*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1967, 146p. e Low, N. *Centrism and the Provision of Services in Residential Areas*, *Urban Studies*, 12(2), 1975, p. 177-191. Sobre a especialização dos centros urbanos no que se refere à distribuição de bens e serviços,

certamente, muito ainda há que se prosseguir. Uma questão que emerge refere-se à dialética dos centros de mercado, de como tais centros constituem-se em uma unidade contraditória dentro do capitalismo que em si é contraditório, que se nega e se transforma, desta maneira permanecendo através de formas novas dentro da sociedade capitalista, ou se transformando a tal ponto que falar de uma teoria das localidades centrais constitua algo anacrônico, relacionado a uma realidade ultrapassada. Outras devem, certamente, emergir.

A questão da teoria das localidades centrais e de seu repensar nos remete, em verdade, à questão de se pensar em uma outra teoria geográfica que esteja fundada nas relações entre sociedades historicamente determinadas e o espaço.

AGRADECIMENTOS

Os seguintes colegas leram uma primeira versão deste trabalho e contribuíram com críticas e sugestões - Aluisio Capdeville Duarte, Fany Raquel Davidovich, Marília Carneiro Natal, Olga Maria Buarque de Lima Fredrich e Onorina Fátima Ferrari. Muitas das críticas e sugestões foram incorporadas nesta versão, embora as incorreções que persistam sejam de inteira responsabilidade do autor.

2 – AS REDES DE LOCALIDADES CENTRAIS NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS*

A teoria das localidades centrais foi formulada em 1933 por Walter Christaller¹. Trata-se de um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos de povoamento, no que se refere à importância que apresentam enquanto lugares de distribuição de produtos industrializados e serviços, ou seja, enquanto localidades centrais.

Segundo a proposição geral de Christaller, a diferenciação entre as localidades centrais traduz-se, em uma região homogênea e desenvolvida economicamente, em uma nítida hierarquia definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços, oferecidos pelos estabelecimentos do setor terciário e pela atuação espacial dos mesmos. Essa hierarquia caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume de população. Os mecanismos fundamentais que atuam gerando essa hierarquia de centros são, de um lado, o alcance espacial máximo e, de outro, o alcance espacial mínimo que serão considerados mais adiante.

Christaller, no entanto, discute não apenas os elementos e mecanismos que definem e estruturam uma rede de localidades centrais, mas também suas condições e natureza variáveis, incluindo mudanças na organização social e econômica. O autor em questão considera, em sua análise sobre a variabilidade da rede de localidades centrais, alguns aspectos que são efetivamente pertinentes às áreas subdesenvolvidas, ainda que este não fosse o seu propósito.

* Publicado originalmente na Revista Brasileira de Geografia, 50(1): 61–83, 1988.

¹ Walter Christaller, ver Bibliografia.

A partir de Christaller, numerosos estudos sobre localidades centrais nos países subdesenvolvidos foram realizados. Alguns deles preocuparam-se claramente com as relações entre o subdesenvolvimento e a rede de centros, incluindo questões de natureza metodológica. Estes estudos produziram contribuições à teoria das localidades centrais e à compreensão do subdesenvolvimento em sua dimensão espacial.

O propósito do presente trabalho é o de resgatar as principais contribuições teóricas produzidas nesses estudos. Não se trata, entretanto, de uma revisão bibliográfica, mas de um esforço de sintetizar os resultados obtidos. A partir da bibliografia pertinente ao tema em questão, entendemos que nos países subdesenvolvidos a rede de localidades centrais apresenta-se, ao lado de possíveis setores regionais onde ela se caracteriza por forte semelhança com o esquema christalleriano, caracterizada por três modos de organização. Tais modos, no entanto, não são mutuamente excludentes, podendo coexistir em uma mesma rede regional. Trata-se, primeiramente, da rede dendrítica de localidades centrais; em segundo lugar, dos mercados periódicos e, por fim, do desdobramento da rede em dois circuitos. Por outro lado, os modos acima mencionados não esgotam a rica variedade de aspectos que caracterizam as redes de centros dos países do Terceiro Mundo, constituindo, no entanto, os mais importantes tipos de organização das mencionadas redes.

AS REDES DENDRÍTICAS

Segundo Johnson², é através de um arranjo estrutural e espacial denominado rede dendrítica que se verifica um dos modos de organização da rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos: segundo o mencionado autor, a descrição inicial desse tipo de rede deve-se a Sidney Mintz, em seu estudo sobre mercados haitianos.

² E.A.Johnson, ver Bibliografia

Quais são as características básicas da rede dendrítica de centros? A esse respeito as contribuições de Johnson³ e Kelley⁴, que muito se assemelham, são fundamentais: o que se segue está em grande parte apoiado em ambos os autores.

Primeiramente, uma rede dendrítica de localidades centrais caracteriza-se pela origem colonial, ou seja, é no âmbito da valorização dos territórios conquistados pelo capital europeu que nasce e se estrutura uma rede dendrítica. Seu ponto de partida é a fundação de uma cidade estratégica e excentricamente localizada em face de uma futura hinterlândia. Essa cidade, de localização junto ao mar, é o ponto inicial de penetração do território e sua porta de entrada e de saída.

Desde o início concentra as principais funções econômicas e políticas da hinterlândia, transformando-se em um núcleo desmesuradamente grande em relação aos demais centros da hinterlândia. A primazia urbana, tal como analisada, entre outros, por Linsky⁵, inclui macrocefalias urbanas com esse tipo de origem. Por outro lado, dada a natureza funcional desse núcleo urbano, Lentnek, Mitchell e Koenig⁶ denominaram-no cidade primaz comercial, enquanto Smith⁷ refere-se a todo o conjunto de centros como sendo um sistema primaz.

A cidade primaz concentra a maior parte do comércio atacadista exportador e importador, através do qual toda a região vê viabilizada a sua participação na divisão internacional do trabalho. Concentra, assim, a maior parte da renda, bem como a elite regional de raízes predominantemente fundiária e mercantil. Principal mercado de trabalho urbano, transforma-se no mais importante foco das correntes migratórias de destino urbano.

Em segundo lugar, a rede dendrítica caracteriza-se pelo excessivo número de pequenos centros, pequenos pontos de venda indiferenciados entre si, no que se refere ao

³ E.A.Johnson, ver Bibliografia

⁴ K.B.Kelley, ver Bibliografia

⁵ A.S.Linsky, ver Bibliografia

⁶ B.Lentnek et alii, ver Bibliografia

comércio varejista. Resulta essa característica do baixo nível de demanda da população e de sua limitada mobilidade espacial, bem como da precariedade das vias e dos meios de transporte.

A ausência de centros intermediários intersticialmente localizados constitui a terceira característica da rede dendrítica. De modo imediato, as causas dessa característica derivam do padrão de interações comerciais atacadistas, marcado por múltiplas transações, assim descritas: cada centro da rede recebe de e envia para um núcleo maior e mais próximo da cidade primaz. As interações assim direcionadas impedem o aparecimento de centros intermediários intersticialmente localizados. Tal padrão espacial de interações constitui-se, por outro lado, em um esquema de drenagem de recursos em geral; drenagem esta que privilegia parcialmente a cidade primaz em detrimento de sua hinterlândia, conforme assinala Johnson⁸. Em realidade, na rede dendrítica verifica-se, em consequência do padrão espacial de interações, que à medida que se afasta da cidade primaz, os centros urbanos diminuem gradativamente de tamanho populacional, no valor de vendas do comércio atacadista e em termos de expressão política. A Figura 1 descreve diagramaticamente as características antes mencionadas.

As Figuras 2a e 2b, por outro lado, fornecem dois exemplos de redes urbanas regionais. A Figura 2a refere-se à rede de Floriano, no Piauí e no Maranhão, que é do tipo dendrítico. Nota-se a extensão da rede e a grande distância entre os centros da mesma. A Figura 2b diz respeito à rede de Bauru, no oeste paulista. Estruturalmente, diferencia-se muito de sua congênere nordestina. A capital regional não está excentricamente localizada, como ocorre com Floriano, e há numerosos centros intermediários intersticialmente localizados como Garça, Pirajui, Ibitinga e Lençóis Paulista, centros de zona, ou Botucatu, Jaú e Lins, centros sub-regionais, que estão ausentes na rede de Floriano. Por outro lado, como as duas redes estão representadas na mesma escala, constata-se a natureza mais compacta da rede de Bauru, que se aproxima,

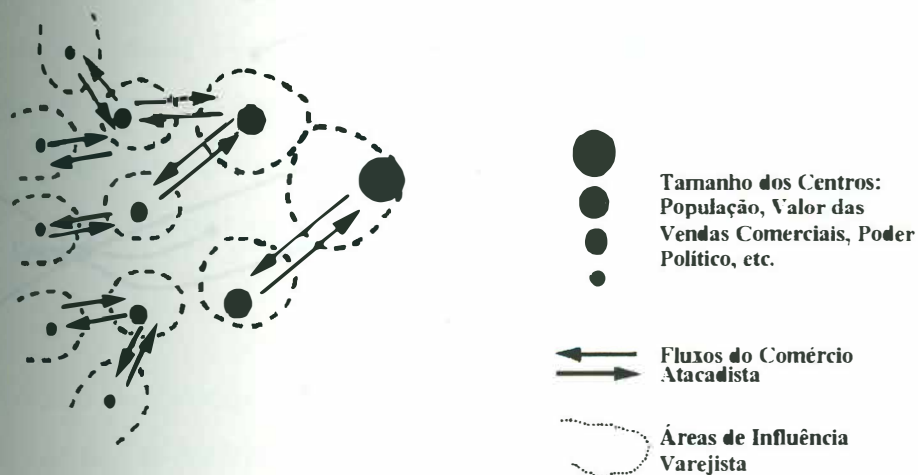
⁷ C. Smith, ver Bibliografia

⁸ E.A.J. Johnson, ver Bibliografia

assim, da descrita no modelo de Christaller. A propósito dos tipos de redes de localidades centrais no Brasil, consulte-se o trabalho de Cardoso e Azevedo⁹.

A REDE DENDRÍTICA DE CENTROS

FIGURA 1



Segundo Johnson¹⁰, no extremo da rede dendrítica de centros, no interior remoto da hinterlândia da cidade primaz, localizam-se mercados periódicos que, dada a importância que possuem nos países subdesenvolvidos, serão considerados em outra parte do presente trabalho. Mais além, ainda, o território transforma-se no campo de ação preferencial de mascates, vendedores itinerantes sem localização definida, cuja função básica é a de promover a integração de áreas da fronteira econômica no mercado mundial, conforme mostra Platner¹¹. Segundo ele, à medida que a área remota integra-se à economia mundial de modo mais sólido, os mascates passam a ter uma localização definida, quer em mercados periódicos, quer em mercados permanentes, ou se deslocam para novas áreas de fronteira, onde continuam a exercer o papel de mascates.

⁹ M.F.T.C. Cardoso e L.M.P. Azevedo, ver Bibliografia.

¹⁰ E.A.J. Johnson, ver Bibliografia.

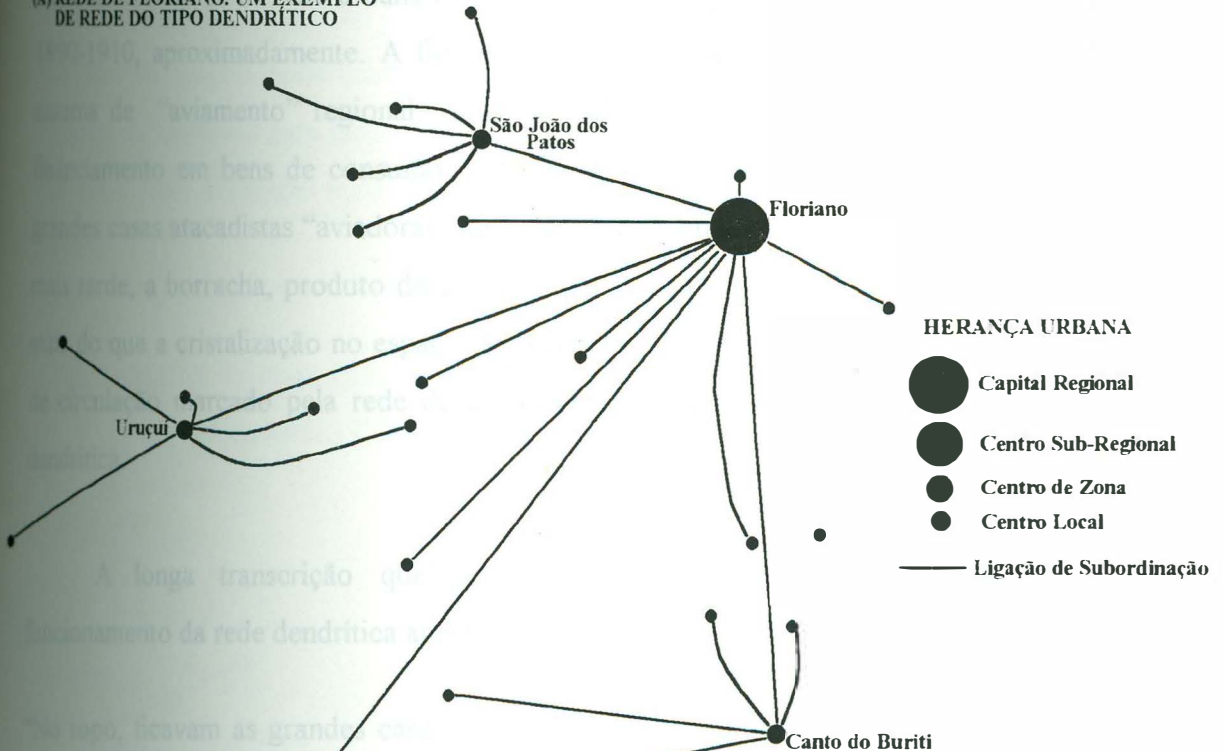
¹¹ S.M. Platner, ver Bibliografia.

COMPARAÇÃO DE REDES URBANAS REGIONAIS

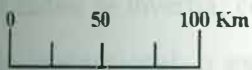
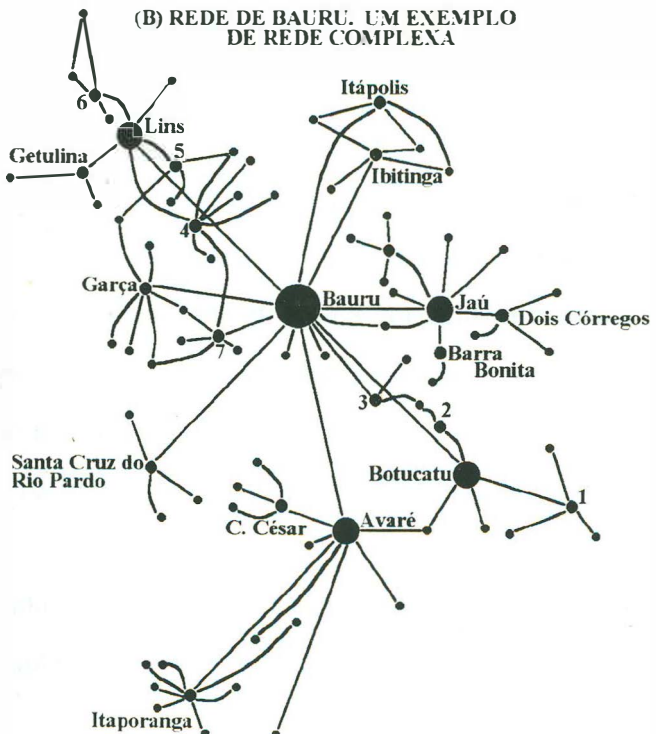
1978

FIGURA 2

(A) REDE DE FLORIANO. UM EXEMPLO DE REDE DO TIPO DENDRÍTICO



(B) REDE DE BAURU. UM EXEMPLO DE REDE COMPLEXA



- 1 - Conchas
- 2 - S. Manuel
- 3 - Lençóis Paulista
- 4 - Pirajui
- 5 - Cafelândia
- 6 - Promissão
- 7 - Duartina

A Figura 3 nos fornece um exemplo de uma rede regional de localidades centrais que, até cerca de 1960, constituiu um dos mais significativos exemplos de rede dendrítica. Trata-se da rede urbana da Amazônia, durante o período áureo da borracha, 1890-1910, aproximadamente. A figura em pauta descreve a organização espacial do sistema de “aviamento” regional. Como se sabe, o “aviamento” é, em essência, o financiamento em bens de consumo, instrumentos de trabalho e dinheiro, feitos pelas grandes casas atacadistas “aviadoras” de Belém ou de Manaus, com o objetivo de obter, mais tarde, a borracha, produto do extrativismo vegetal. A rede urbana regional não é mais do que a cristalização no espaço do sistema de “aviamento”, que tem um padrão de circulação marcado pela rede de drenagem regional, assumindo assim uma forma dendrítica.

A longa transcrição que se segue, retirada de Oliveira¹², descreve o funcionamento da rede dendrítica amazônica:

“No topo, ficavam as grandes casas aviadoras e exportadoras, que funcionavam como financiadoras, abastecedoras e intermediárias, fornecendo os bens de consumo e instrumentos de trabalhos necessários à exploração dos seringais e cauchais a um aviador menor, que podia ser o dono de um estabelecimento comercial em povoados próximos dos seringais. Este, cobrando juros, aviava o seringalista que, por sua vez, através do regime de barracão (local onde os produtos eram armazenados e onde era marcada a dívida do extrator que ali, compulsoriamente, se abastecia), aviava o coletor e, depois disso, a cadeia se invertia, começando o processo de entrega da borracha, até chegar ao mercado internacional; o extrator entregava o produto coletado ao seringalista, que o entregava ao comerciante e este à casa exportadora em Belém e Manaus. A partir daí a goma elástica chegava ao seu destino na Inglaterra, Estados Unidos e outros países”.

A rede dendrítica de localidades centrais pode evoluir, segundo Kelley¹³, passando de uma rede imatura, com apenas dois níveis hierárquicos, a cidade primaz, de

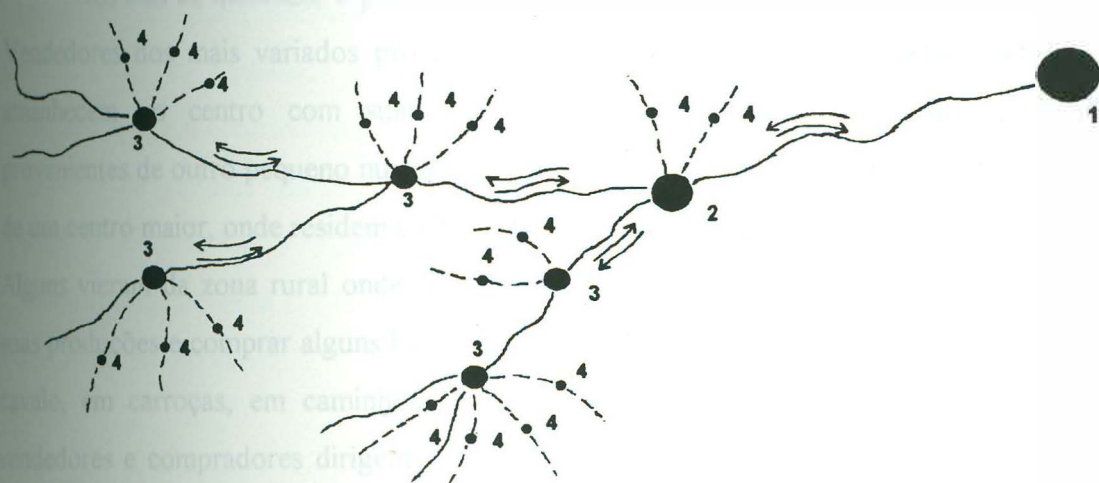
¹² A.E. Oliveira, ver Bibliografia, p.236-237

¹³ K.B. Kelley, ver Bibliografia

um lado, e os demais centros que não se apresentam funcionalmente estratificados, de outro, para uma rede madura, onde aparece uma estratificação funcional entre os centros da rede. A passagem de um padrão para outro implica em uma maior complexidade na esfera da produção, circulação e consumo, com a coleta e redistribuição intraregional de produtos da própria hinterlândia da cidade primaz, visando ao mercado consumidor regional. A passagem para outro padrão de rede, diferente do tipo dendrítico, pressupõe, por outro lado, mudanças mais profundas na esfera da produção, circulação e consumo regional.

EXEMPLO DE SISTEMA DENDRÍTICO: A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO SISTEMA DE
"AVIAMENTO" NA AMAZÔNIA NO APOGEU DA BORRACHA

FIGURA 3



- 1 - Belém ou Manaus - grande comerciante "aviador" e exportador
- 2 - Médio ou pequeno núcleo urbano - comerciante "aviador"
- 3 - "Barracão" - seringalista - "aviador"
- 4 - "Barracão" - seringueiro - "aviador"

Rede Hidrográfica

Caminhos na Floresta

Fluxo ascendente - Bens de Consumo + Instrumentos de Trabalho + Dinheiro ("inverno")

Fluxo descendente - Borracha + Lucros ("verão")

Os MERCADOS PERIÓDICOS

Os mercados periódicos constituem um dos modos como está estruturada a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. Sua existência foi verificada em diversos contextos sócio-econômicos e culturais, na América Latina, África e Ásia.

Os mercados periódicos são definidos como aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais: uma ou duas vezes por semana, de cinco em cinco dias, durante o período de safra, ou de acordo com outra periodicidade. Fora dos períodos de intenso movimento comercial esses núcleos voltam a ser pacatos núcleos rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias.

Nos dias de mercado, o pequeno núcleo transforma-se em um centro de mercado. Vendedores dos mais variados produtos, artesãos e prestadores de diversos serviços amanhecem no centro com suas mercadorias e instrumentos de trabalho. São provenientes de outro pequeno núcleo, onde no dia anterior atuaram em seus ofícios, ou de um centro maior, onde residem e exercem quase permanentemente a mesma atividade. Alguns vieram da zona rural onde se dedicam às atividades primárias: vieram vender suas produções e comprar alguns bens que não produzem. Utilizando tropas de burro, a cavalo, em carroças, em caminhões e utilitários, em embarcações e, mesmo, a pé, vendedores e compradores dirigem-se ao núcleo em seus dias de mercado. Esses são, ainda, os dias em que as pessoas se encontram, sabem das novidades e realizam eventos sociais, culturais e políticos.

Os mercados periódicos representam uma forma de sincronização espaço-temporal das atividades humanas. Assim, os dias de funcionamento de cada mercado acham-se articulados aos dos demais, numa lógica de tempo e espaço, envolvendo o deslocamento periódico e sincronizado dos participantes de um dado mercado. Em outros termos, os comerciantes e prestadores de serviços reúnem-se a cada dia em um determinado núcleo de povoamento, para onde converge a clientela de uma área próxima ao núcleo.

A periodicidade dos mercados, contudo, é extremamente variável. Frölich¹⁴, por exemplo, mostra que na África os mercados diferem-se de região para região: realizam-se a cada três dias de intervalo ou de quatro em quatro, cinco em cinco, seis em seis, sete em sete ou oito em oito dias. Na região central da Coreia do Sul, por outro lado, Stine¹⁵ mostra que os mercados periódicos ocorrem de cinco em cinco dias, variando, no entanto, em cada centro, os dias de mercado. Assim, de acordo com o mês lunar, um dado centro pode ter seu mercado nos dias 1 - 6 - 11 - 16 - 21 e 26, sendo designados uns por 1 - 6; outros por 2 - 7; 3 - 8; 4 - 9; e 5 - 10.

Os mercados periódicos têm merecido a atenção de viajantes e exploradores desde, pelo menos, o século XVIII. No século seguinte, sobretudo na sua segunda metade, no bojo da expansão colonial europeia, amplia-se o interesse pelo conhecimento das áreas não-europeias, decorrendo daí descrições sobre os mercados periódicos. Foram principalmente os etnólogos que realizaram o maior número de estudos; mas os geógrafos também contribuíram para o conhecimento desses mercados. No século atual o número de estudos aumentou, tendo ocorrido sistematizações e avaliações dos resultados obtidos. A este respeito o trabalho de Frölich¹⁶, sobre os mercados africanos (publicado originalmente em 1940), alicerçado em cerca de quatro centenas de artigos e livros, constitui um exemplo.

Outras sistematizações e avaliações foram feitas, entre outros, por Bromley e Symanski¹⁷ no que se refere à América Latina, por Bromley¹⁸, em relação aos países subdesenvolvidos em geral, e por Smith¹⁹, este analisando especificamente a bibliografia mais recente sobre os mercados periódicos.

¹⁴ W.Frölich, ver Bibliografia

¹⁵ Stine, ver Bibliografia

¹⁶ W.Frölich, ver Bibliografia

¹⁷ R.J.Bromley e R.Symanski, ver Bibliografia

¹⁸ R.J.Bromley, ver Bibliografia

¹⁹ R.H.T.Smith, ver Bibliografia

O ESTUDO DE SKINNER

O estudo de Skinner²⁰ constitui uma notável contribuição a respeito dos mercados periódicos. Refere-se aos mercados chineses da região de Szechwan, estudados por ele no período 1949-1950. Visava a entender as estruturas de mercado, enquanto sistema econômico, espacial e social. Afirma Skinner²¹ que:

“... as estruturas de mercado inevitavelmente modelam a organização social local e fornecem um dos modos cruciais para integrar miríades de comunidades camponesas em um único sistema social que é a sociedade total”.

Skinner argumenta que na China, via de regra, os mercados rurais são periódicos, envolvendo mascates, artesãos, prestadores de serviços de reparação, pessoas que escrevem cartas, etc.

A periodicidade dos mercados deve-se, do ponto de vista do comerciante itinerante, ao fato de que²²:

“... a periodicidade na venda tem a virtude de concentrar a demanda de seu produto em determinadas localidades em dias específicos. Quando um grupo de mercados opera com uma programação periódica (e não diariamente), o itinerante pode estar em cada cidade do circuito em seu dia de mercado”.

Do lado da demanda, o caráter de subsistência da economia camponesa implica em:

a) não haver necessidade de relações diárias com o mercado:

²⁰ G.W.Skinner, ver Bibliografia

²¹ G.W.Skinner, ver Bibliografia, p.3.

²² G.W.Skinner, ver Bibliografia, p.10

b) ser muito grande o número necessário de famílias para justificar um dado mercado, fazendo com que a sua hipotética área de influência se estenda em demasia, a ponto de excluir as famílias que moram na periferia da área. Assim, argumenta Skinner²³:

“... quando os mercados são periódicos e não diários, os centros de mercado podem estar distribuídos mais densamente na paisagem”,

de modo que muitos camponeses possam, em pouco tempo e em dias específicos, alcançar um dado mercado. Para o consumidor²⁴:

“... a periodicidade do mercado aparece como um artifício para reduzir a distância que ele deve viajar para obter os bens e serviços requeridos”,

distância esta que seria muito grande se houvesse um único mercado fixo.

A periodicidade dos mercados chineses é, por outro lado, muito variável, coexistindo mercados organizados, segundo vários ciclos. Alguns são regulados pela posição do sol, outros pelo mês lunar, ou ainda por outras razões. Os ciclos mais importantes são:

- a) de seis dias ou dois em cada 12 dias: neste período, os mercados realizam-se em um dado centro, nos dias 1 e 7; em outro centro nos dias 2 e 8; em outro mais nos dias 3 e 9; um outro centro tem seus mercados nos dias 4 e 10; enquanto dois outros os têm, respectivamente, nos dias 5 e 11; e 6 e 12. No 13º dia, recomeça um novo ciclo envolvendo os mesmos centros.
- b) de cinco dias ou dois em cada dez dias. Cada um dos cinco centros interligados no mesmo ciclo terá seu mercado em um dos seguintes dias: 1 e 6; 2 e 7; 3 e 8; 4 e 9; e, finalmente, 5 e 10.

²³ G.W.Skinner, ver Bibliografia, p.11

²⁴ G.W.Skinner, ver Bibliografia, p.10.

e) de três dias ou três em cada dez dias, sendo um dia de descanso. Os mercados realizam-se nos dias: 1-4-7; 2-5-8; e 3-6-9 (ver Figura 4 que apresenta este ciclo em sua forma diagramática).

Os mercados periódicos são hierarquizados. Os dois níveis inferiores têm ocorrência no centro elementar (*standard market*) e centro intermediário (*intermediate market*). Nos níveis hierárquicos superiores, a importância dos itinerantes diminui, ganhando maior importância os comerciantes e prestadores de serviços fixos.

O centro elementar atende sobretudo às necessidades do campesinato: sua área de influência engloba aldeias rurais ou uma população rural dispersa. Constitui-se no local onde o camponês vende seus excedentes e adquire os bens e serviços de que necessita. Os dias de mercado nestes centros elementares verificam-se de modo a minimizar a competição com o centro intermediário a que estão subordinados. Assim, centros elementares vizinhos podem ter os mesmos dias de mercado mas em nenhum deles deverá coincidir com os dias de mercado do centro intermediário (ver novamente a Figura 4).

O centro elementar e sua área de influência, por outro lado, não constituem apenas um espaço onde as transações econômicas são realizadas. Constituem, também, um espaço social, cultural e político, envolvendo tanto relações interclasses (camponeses, comerciantes e elites locais), como a organização de festivais religiosos, a existência de organizações formais para diversos propósitos e, ainda, a recreação. Assim, a respeito do festival religioso realizado no centro elementar, Skinner²⁵ comenta que ele:

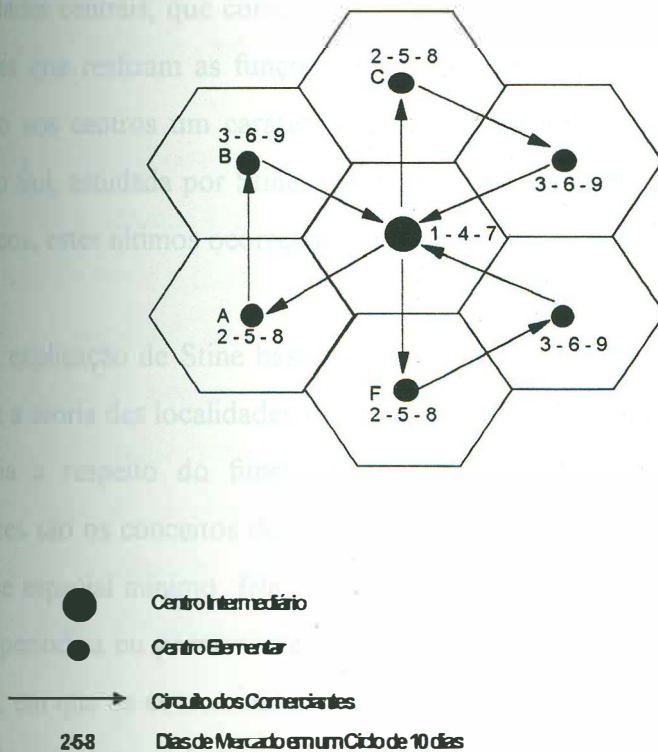
"... fornece uma reafirmação da extensão territorial da comunidade e um reforço simbólico de uma estrutura centrada na cidade".

²⁵ G.W.Skinner, ver Bibliografia, p.38

O centro intermediário, por sua vez, exerce uma atuação espacial diferenciada. Atua em área próxima e distante, nesta estando presentes os centros elementares. Associado à dupla atuação, o tipo de centro pode ter dois ciclos de dias de mercado: um, servindo a toda a sua área de influência, com dias não conflitantes com aqueles dos centros elementares subordinados, e outro ciclo com os mesmos dias de seus centros elementares. Neste caso o mercado assume menor importância, servindo à área de influência mais próxima.

MERCADOS PERIÓDICOS: CICLO DE 10 DIAS - PROVÍNCIA DE SZECHWAN,
CHINA - 1949 - 1950

FIGURA 4



O centro intermediário é o local de residência dos comerciantes itinerantes, onde eles descansam e renovam o estoque. É, ainda, o ponto de encontro das elites locais residentes na área de mercado do centro, elite esta que tem parcela de sua demanda satisfeita neste tipo de centro.

O estudo de Skinner contém várias indicações que nos conduzem à compreensão dos mercados periódicos. Os estudos que se seguem constituem tentativas de explicação a respeito da gênese, funcionamento e evolução dos mercados periódicos.

TENTATIVAS DE EXPLICAÇÃO

Uma das explicações a respeito da periodicidade dos mercados é dada por Stine²⁶. Argumenta ele que após a passagem de uma economia autárquica para uma economia de mercado, se verifica a progressiva especialização produtiva das áreas rurais, implicando em trocas entre elas. As trocas são viabilizadas por um conjunto de centros, as localidades centrais, que começam a emergir na “paisagem econômica”. No entanto, os agentes que realizam as funções de troca podem atuar de maneira móvel ou fixa, atribuindo aos centros um caráter de mercado periódico ou permanente. No caso da Coréia do Sul, estudada por Stine, verificou-se a coexistência de mercados permanentes e periódicos, estes últimos ocorrendo nos pequenos centros.

A explicação de Stine baseia-se em duas ordens de considerações. De um lado, considera a teoria das localidades centrais de Christaller como base para uma explicação satisfatória a respeito do funcionamento dos mercados periódicos; particularmente importantes são os conceitos de alcance espacial máximo (*range* ou *maximum range*) e de alcance espacial mínimo (*threshold* ou *minimum range*). De outro, considera que a natureza periódica ou permanente dos mercados verifica-se no âmbito de uma mudança gradativa, em que os comerciantes itinerantes passam de uma total mobilidade para uma localização completamente fixa.

O alcance espacial máximo define a área determinada por um raio a partir de uma dada localidade central. Dentro dessa área os consumidores efetivamente deslocam-se para a localidade central, visando à obtenção de bens e serviços. Para além dela, deslocam-se para outros centros que lhes estão mais próximos, implicando, assim, em

²⁶ Stine, ver Bibliografia

menores custos de transporte ou em menor tempo gasto. O alcance espacial mínimo, por outro lado, define a área em torno de uma localidade central que engloba o mínimo de consumidores suficientes para que um dado comerciante nela se instale.

O alcance espacial máximo e o mínimo variam de acordo com os diferentes bens e serviços. Variam ainda em função do nível de demanda da população, isto é, densidade demográfica, renda e padrão cultural. O alcance espacial máximo, por sua vez, é profundamente dependente dos custos de transportes. Nas áreas onde há transportes baratos e um nível de demanda elevado o alcance espacial máximo é amplo e o mínimo reduzido, conseqüentemente sendo aquele maior do que este. Isto significa que, além de terem sido satisfeitas as condições para que alguns comerciantes se instalem em uma localidade central há, ainda, uma área de mercado onde os consumidores ali residentes procuram essa localidade central, proporcionando aos ali instalados, lucros adicionais.

Mas é possível que o inverso ocorra, isto é, que o alcance espacial máximo seja menor do que o alcance espacial mínimo. Em que condições isto ocorre? O alcance espacial máximo tende a reduzir-se quando existe, de um lado, alto custo de transporte, diminuindo as possibilidades de deslocamento da população e, de outro, quando essa população dispõe de pequena renda. A limitada renda, por sua vez, tende a ampliar o alcance espacial mínimo, tornando-o em alguns casos, maior do que o alcance espacial máximo: em razão da baixa renda, é necessário que se amplie o número de consumidores para justificar a instalação de comerciantes em um pequeno centro, e isto far-se-á ampliando a área de modo a conter um maior número de consumidores.

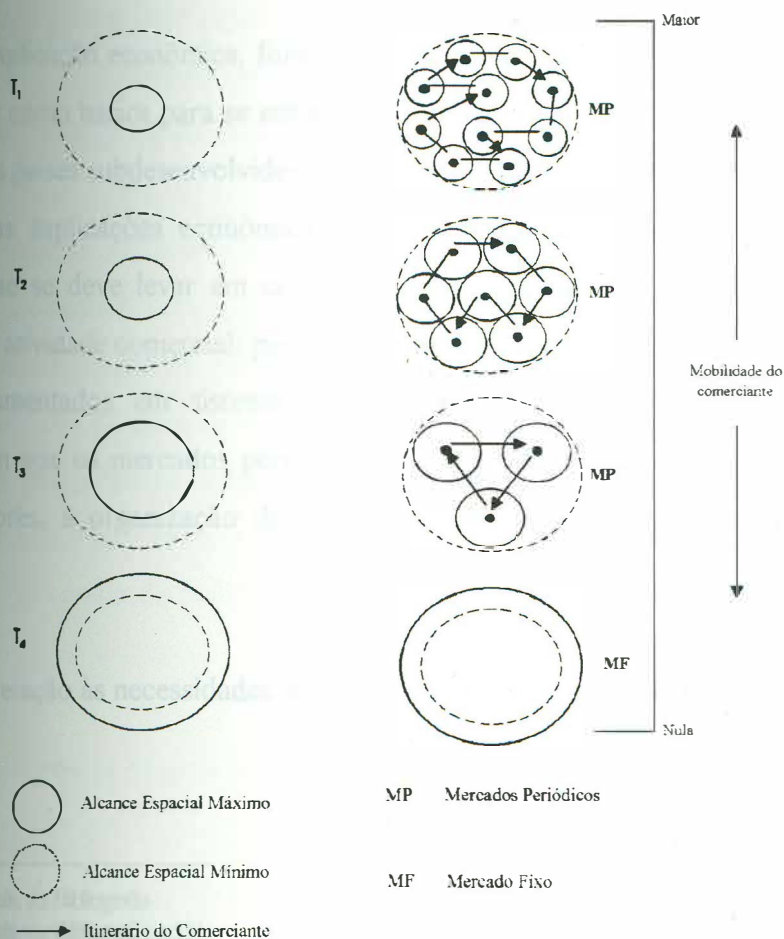
O que significa o alcance espacial máximo inferior ao alcance espacial mínimo? Significa que parte do número de consumidores necessários para a instalação de comerciantes, em uma localidade central, encontra-se em uma área além daquela de onde é possível deslocar-se para a localidade central. Stine argumenta que, nesta situação, a única possibilidade que resta aos comerciantes é a de se tornarem móveis, deslocando-se em grupos, de centro para centro. Deste modo justificam a própria existência ao atender a uma clientela dispersa mas próxima dos pequenos centros. Assim, em determinados

dias cada pequeno centro transforma-se em mercado, reunindo comerciantes e consumidores.

A Figura 5 refere-se ao outro ponto considerado por Stine. Descreve a mudança gradativa de um comerciante que passa da mobilidade (T_1 , T_2 e T_3) para uma localização fixa (T_4). Esta mudança verifica-se no processo de redução progressiva da diferença entre o alcance espacial máximo e o mínimo: originalmente maior o alcance espacial mínimo, em T_4 passa a ser menor do que o alcance espacial máximo. Redução esta que é concomitante à diminuição progressiva dos custos de transportes e à melhoria do nível de renda da população.

DOS MERCADOS PERIÓDICOS AO MERCADO FIXO

FIGURA 5



Em T_1 os consumidores possuem mínima mobilidade, levando o comerciante a realizar múltiplos deslocamentos. Em T_2 o comerciante move-se menos, mas, como em T_1 , seus deslocamentos realizam-se no âmbito de uma área que constitui o alcance espacial mínimo. Em T_3 apenas três mercados periódicos são visitados. Finalmente em T_4 o comerciante não mais se desloca, localizando-se de modo fixo. Os consumidores, por sua vez, aumentam a mobilidade a cada etapa. Em T_4 deslocam-se apenas para um único mercado, perfazendo, em média, um percurso maior. Deste modo Stine procurou explicar, através de um único comerciante, a passagem da periodicidade locacional para uma localização fixa.

Ampliando o raciocínio de Stine considera-se que se esta mudança gradativa verifica-se de modo a envolver um conjunto de comerciantes e não apenas um único, a evolução passa a referir-se à passagem de mercados periódicos, cada vez menos numerosos, para um mercado fixo.

A explicação econômica, formulada por Stine, tornou-se consagrada, tendo sido considerada como básica para se entender um modelo corrente de distribuição de bens e serviços nos países subdesenvolvidos. No entanto, Bromley, Symanski e Good²⁷ criticam a ênfase nas explicações econômicas para se compreender os mercados periódicos. Afirmam que se deve levar em consideração o contexto social e o desenvolvimento histórico da atividade comercial: para os autores citados, os padrões e sistemas de trocas estão fundamentados em sistemas de valores modelados por processos culturais. Argumentam que os mercados periódicos resultam e persistem devido às necessidades dos produtores, à organização do tempo e à inércia e vantagens comparativas dos mercados.

Em relação às necessidades dos produtores eles comentam que²⁸:

²⁷ R.J. Bromley et alii, ver Bibliografia

²⁸ R.J. Bromley et alii, ver Bibliografia, p.531

"Muitos dos primeiros comerciantes locais eram produtores procurando uma saída para seus produtos ou meios de obter outros produtos, e seus clientes usualmente também eram produtores. Como resultado, os primeiros mercados tinham que estar adaptados às necessidades dos produtores - comerciantes de tempo parcial e não dos comerciantes de tempo integral. A periodicidade era uma vantagem para muito dos participantes do mercado, em função de serem diversos seus papéis econômicos".

Em relação à organização do tempo Bromley, Symanski e Good²⁹ argumentam que os mercados periódicos estão:

"associados a conceitos sócio-culturais de tempo, à duração da semana ou mês e à existência de dias dedicados ao descanso, cerimônias religiosas, reuniões públicas e festividades (...)

Muitas instituições econômicas e sociais já existiam quando as instituições regulares de comércio começaram a se desenvolver. Em muitas partes do mundo, as instituições iniciais de comércio tinham que estar coordenadas com o calendário definido pela rotina da produção, religião, administração, repouso e recreação".

Os autores argumentam, ainda, que muitas áreas que possuem mercados periódicos apresentam condições de possuírem comerciantes fixos, negociando com muitos tipos de produtos. No entanto, os mercados periódicos coexistem com os comerciantes fixos ou existem sem eles, apesar da possibilidade dos mesmos existirem: argumentam, então, que as explicações de Stine apoiadas no conceito de alcance espacial máximo e mínimo, bem como a proposição da mudança gradativa da mobilidade para a fixidez, não dão conta da realidade, em parte, pelo fato de não considerarem a gênese dos mercados.

Em relação às origens dos mercados Bromley, Symanski e Good³⁰ argumentam que, normalmente os:

²⁹ R.J.Bromley et alii. ver Bibliografia, p.531

"mercados originaram-se em sociedades estratificadas com marcante divisão do trabalho e fortes influências e ligações externas. Os comerciantes de fora desempenharam importante papel estimulando a criação de mercados locais, e muitos dos participantes locais dos primeiros mercados estavam engajados principalmente em atividades econômicas fora do lugar do mercado".

Em razão dessas origens, tornou-se necessário que os produtores - vendedores - consumidores escolhessem em comum o dia para realizarem seus negócios. Este dia podia ser o tradicional dia de descanso semanal ou o dia em que estavam acostumados a convergirem para determinado local para atividades religiosas e pagamento de tributos. O dia e também o local eram, no entanto, determinados, em parte, por instituições e agentes pré-existentes e não diretamente vinculados ao mercado.

Os autores, por outro lado, ao reconstruírem hipoteticamente a gênese e o desenvolvimento dos mercados, argumentam que, à medida em que se ampliam o comércio e a divisão do trabalho, surgindo a possibilidade de comerciantes atuarem em tempo integral, verifica-se que a comercialização diária somente será possível se cada localidade tiver seu mercado em um dia diferente das demais: se todas tiverem o mercado no mesmo dia as aspirações dos comerciantes, de se tornarem de tempo integral, não serão realizadas. Como a periodicidade dos mercados já estava solidamente estabelecida, a mesma foi mantida, adaptando-se a ela os novos comerciantes de tempo integral. Esta adaptação verificou-se através do deslocamento periódico e sistemático dos comerciantes para as diversas localidades que mudaram os dias de seus mercados, passando estes a se realizarem em dias diferentes. Surge, assim, um sistema espaço-temporal de mercados periódicos tal como a literatura descreve.

Este sistema poderá caracterizar totalmente o processo de distribuição dos pequenos centros ou poderá conviver, mais tarde, com a presença de comerciantes fixos nos mesmos centros de mercado. O desaparecimento total, ou quase total, dos mercados periódicos, por outro lado, não seria o simples resultado da ampliação do alcance espacial

³⁰ R.J.Bromley et alii, ver Bibliografia, p.534

como quer Stine. Pressupõe que assim seja, mas implica, também, em outros aspectos, envolvendo mudanças no padrão cultural e na estrutura das atividades comerciais.

A SAZONABILIDADE DOS MERCADOS

Existe, ainda, uma outra dimensão da periodicidade dos mercados. Caracteriza-se pela natureza sazonal, de acordo com os períodos de safra e entressafra, e não segundo um ciclo curto, realizado em período de uma semana ou de 10 dias, por exemplo. Esta dimensão sazonal da periodicidade aparece nas proposições de Funnel³¹ sobre o sistema de localidades centrais em áreas rurais de baixo nível de renda: os produtores dispõem de dinheiro em espécie apenas na época da safra e os comerciantes não têm condições de possuírem amplos estoques de produtos. A sazonalidade marca muito a demanda e a oferta de produtos consumidos pela população.

Durante o período de safra verifica-se o aumento efetivo da demanda, implicando isto na redução do alcance espacial mínimo e no aparecimento de lojas sazonais, conforme indica a Figura 6: de fato, durante a safra, um número menor de pessoas é suficiente para se justificar o aparecimento de lojas sazonais. Localizam-se elas nos espaços intersticiais, entre as lojas permanentes, e pertencem a comerciantes de tempo parcial, que se dedicam, também, às atividades primárias.

Funnel argumenta que a alternativa de comerciantes permanentes ampliarem o raio de suas vendas, implicaria no aumento dos estoques, o que é extremamente difícil, dado o baixo nível de acumulação de capital de que dispõem. Implicaria, também, no deslocamento dos consumidores, que se caracterizam pelo baixo nível de mobilidade.

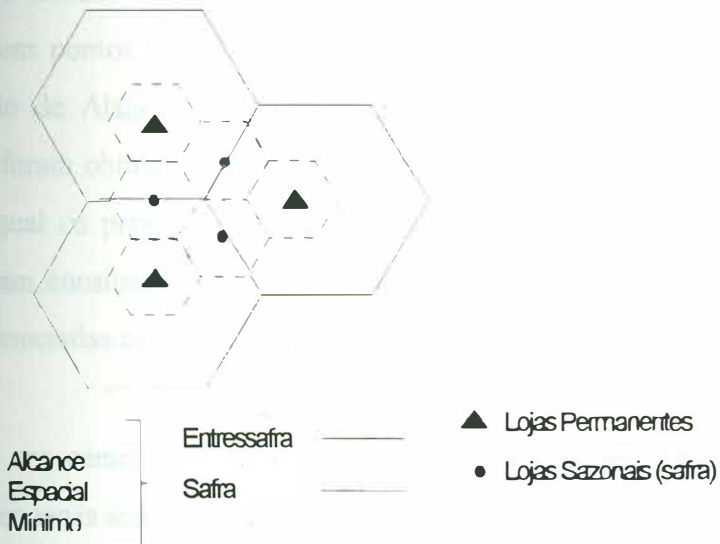
O aparecimento de lojas varejistas durante o período de safra possibilita, por outro lado, que as lojas permanentes desempenhem uma função atacadista sazonal, abastecendo as lojas varejistas sazonais, conforme indica a Figura 7. Deste modo, a

³¹ D.C. Funnel ver Bibliografia

periodicidade do mercado verifica-se não pelo deslocamento dos comerciantes, mas pela sazonalidade da atividade comercial. A rede de localidades centrais passa, assim, por um processo de ampliação - redução definido temporalmente.

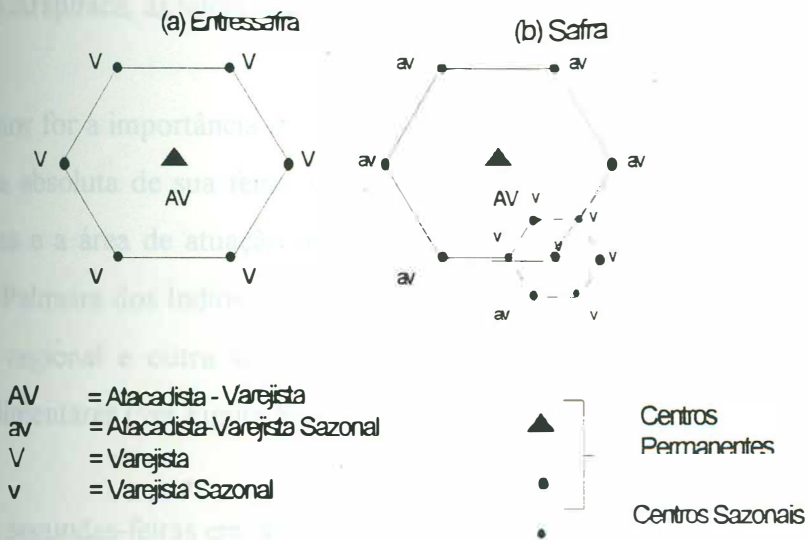
O EFEITO DA DEMANDA SAZONAL SOBRE O ALCANCE ESPACIAL MÍNIMO E AS LOJAS

FIGURA 6



VARIABILIDADE FUNCIONAL DE ACORDO COM A SAFRA E A ENTRESSAFRA

FIGURA 7



APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO SOBRE AS FEIRAS NO NORDESTE BRASILEIRO

No Nordeste brasileiro, os mercados periódicos ou feiras constituem um dos componentes fundamentais da rede de localidades centrais, coexistindo com outros componentes de localização fixa. Apesar da enorme importância das feiras na economia regional, poucos são os estudos sistemáticos sobre a questão. O que se pretende, a seguir, é apresentar alguns pontos sobre os mercados periódicos nordestinos. As feiras do Agreste e do Sertão de Alagoas serão consideradas como típicas do Nordeste: informações sobre elas foram obtidas em um trabalho de campo, realizado no segundo semestre de 1979, no qual os propósitos estavam além dos mercados periódicos. Os pontos que se apresentam constituem conclusões preliminares e não esgotam a ampla variedade de questões associadas às feiras. Se não vejamos:

- ❖ As feiras ocorrem em centros de diferentes tamanhos e funções. Ocorrem em povoados, vilas e pequenas sedes municipais, com menos de 5.000 habitantes, como Igaci, Dois Riachos, Olivença e Lagoa da Canoa. Ocorrem em centros de zona como Pão de Açúcar e Olho d'Água das Flores, e em centros sub-regionais como Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios, esta com população entre 30 e 40.000 habitantes. Mesmo em uma cidade com cerca de 90.000 habitantes, em 1980, como é o caso de Arapiraca, as feiras desempenham enorme papel na vida urbana;
- ❖ Quanto maior for a importância da cidade, em termos de centralidade, maior será a importância absoluta de sua feira, importância determinada segundo o número de participantes e a área de atuação da mesma. Nas cidades mais importantes, como Arapiraca, Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema, há duas feiras semanais; uma de caráter regional e outra visando eminentemente ao abastecimento urbano de produtos alimentares (ver Figura 8).

A feira das segundas-feiras em Arapiraca é, por exemplo, uma das maiores, senão a maior de todo o Nordeste. Abriga cerca de 5.000 barracas que se distribuem através

de 20 logradouros aproximadamente. É uma feira regional, atraindo vendedores e consumidores de ampla área.

Por outro lado, a cidade de Arapiraca não só possui a maior feira do Agreste e do Sertão de Alagoas, como também dispõe de um comércio atacadista que abastece, entre outros clientes, até os próprios feirantes.

- ✧ No entanto, quanto menor a centralidade de uma cidade, maior a importância relativa da feira semanal, para a vida urbana. Assim, para as pequenas sedes municipais de Palestina ou Coité do Nóia, o dia de feira é, efetivamente, o dia em que o pequeno núcleo passa a exercer alguma centralidade. Nos demais dias, estes e outros pequenos centros constituem núcleos rurais.

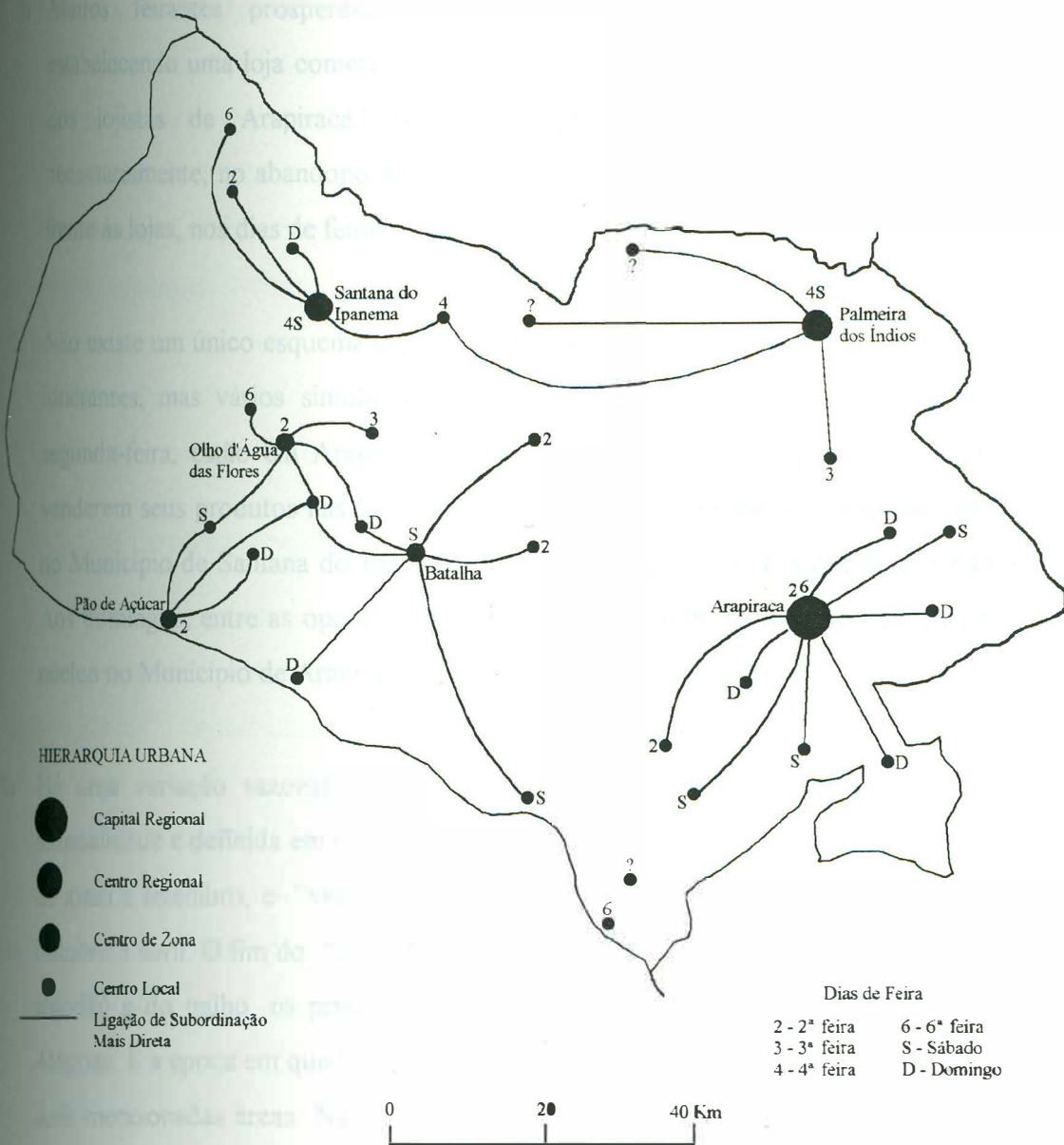
Para cidades como Arapiraca e Palmeira dos Índios, ainda que o dia de feira seja o dia em que o comércio estabelecido realize o maior volume de vendas, os outros dias constituem-se em dias onde estes núcleos exercem, também, significativa centralidade, através de negócios realizados com o seu comércio e serviços especializados.

- ✧ Os pequenos centros, via de regra, tem determinado o dia de feira, de modo a não conflitar com o da feira regional da localidade central a que a mesma está subordinada. Por sua vez, os pequenos centros, mesmo próximos entre si, podem ter as suas feiras nos mesmos dias. É o que ocorre, por exemplo, na área mais próxima a Arapiraca, onde os núcleos de Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Coité do Nóia tem suas feiras no domingo. Outros centros tem suas feiras no sábado, enquanto a de Arapiraca é na segunda-feira.

MERCADOS PERIÓDICOS (FEIRAS) E CENTRALIDADE

NO AGRESTE E SERTÃO ALAGOANOS - 1979

FIGURA 8



Do lado da oferta, os participantes da feira incluem pequenos produtores rurais e comerciantes com lojas em cidades como Arapiraca, Palmeira dos Índios e, mesmo em centros menores, até pessoas que são feirantes de profissão. Do lado da demanda, os participantes constituem tanto a população rural como a população

urbana, esta última abrangendo pessoas dos mais diversos níveis de renda e ocupação.

❖ Muitos feirantes prosperando, acabam fixando-se em determinado local, estabelecendo uma loja comercial em um centro urbano, como é o caso de muitos dos lojistas de Arapiraca. No entanto, a localização fixa não implica, necessariamente, no abandono da itinerância, ou da posse de barracas, armadas em frente às lojas, nos dias de feira.

❖ Não existe um único esquema espaço-temporal sincronizado, entre os comerciantes itinerantes, mas vários simultâneos. Assim, os comerciantes itinerantes que, na segunda-feira, estão em Arapiraca, na terça-feira tem várias opções, como a de venderem seus produtos nas feiras de Igaci ou Riacho Grande, um pequeno núcleo no Município de Santana do Ipanema, ou, ainda, dedicarem-se a outras atividades. Aos domingos, entre as opções, estão as feiras de Lagoa do Rancho (um pequeno núcleo no Município de Arapiraca), Lagoa da Canoa e Marimbondo.

❖ Há uma variação sazonal nos itinerários realizados por alguns feirantes. Esta sazonalidade é definida em termos de “inverno”, período de chuvas que se estende de maio a setembro, e “verão”, período seco, que ocorre sobretudo nos meses de outubro a abril. O fim do “inverno” é o período de colheitas do fumo, do feijão, do algodão e do milho, os principais produtos agrícolas do Agreste e do Sertão de Alagoas. É a época em que há mais dinheiro circulando, aumentando a demanda nas duas mencionadas áreas. Na Zona da Mata, a safra da cana-de-açúcar (o principal produto regional) é, no “verão”, época em que a demanda aumenta.

A diferença sazonal da safra leva muitos comerciantes itinerantes a adotar circuitos sazonais. Assim, na segunda-feira, nos meses de “verão”, um feirante pode estar na feira de São Miguel dos Campos e não na de Arapiraca, enquanto que no sábado e no domingo pode vender nas feiras de Penedo e Campo Alegre, respectivamente, e não nas feiras localizadas no Agreste ou no Sertão de Alagoas.

Coexistência (sobretudo em Arapiraca) da feira com o moderno setor de serviços e comércio especializado: eletrodomésticos, concessionárias de automóveis e caminhões, óticas, supermercado (este pertencente a uma grande rede nordestina com sede no Recife), bancos, etc. Esta coexistência, aparentemente, não implica em conflitos entre os feirantes, de um lado, e os comerciantes e empresas de serviços implantados na cidade, de outro. Ao contrário, parece haver interesses comuns. Isto nos remete ao terceiro modo como se estrutura a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos: uma estruturação apoiada na coexistência de dois circuitos, um moderno - o circuito superior, e o tradicional - o circuito inferior, conforme define Santos³².

OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA

O terceiro modo como está organizada a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos diz respeito ao desdobramento da rede em dois circuitos econômicos. Segundo Santos³³, os trabalhos pioneiros sobre o assunto devem-se a J.H.Boeke (com um estudo de 1942 sobre a Indonésia), a Clifford Geertz e, sobretudo, a Theodore McGee (sobre o Sudeste Asiático). Milton Santos³⁴, a quem se deve a primeira sistematização sobre o tema, vem, desde o final da década de 60, abordando a questão, conforme se exemplifica com seus estudos de 1970 e 1977³⁵.

³² M.Santos 1979, ver Bibliografia

³³ M.Santos 1979, ver Bibliografia

³⁴ M.Santos 1979, ver Bibliografia

³⁵ M.Santos 1970 e 1977, ver Bibliografia

A CONTRIBUIÇÃO DE MILTON SANTOS

O processo de modernização tecnológica, verificado nos países subdesenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial, por atuar de forma muito relativa, teve o papel, segundo Santos³⁶, de dividir a vida econômica desses países em dois circuitos de produção, distribuição e consumo. Um deles (o circuito superior) é diretamente resultante da modernização tecnológica, enquanto o outro (inferior) deriva, indiretamente, da citada modernização tecnológica, dirigindo-se aos indivíduos que pouco ou nada se beneficiaram com o progresso. Nas palavras de Santos³⁷:

"A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo".

Essas diferenças são a causa e o efeito da existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo.

Os dois circuitos econômicos, no entanto, não podem ser vistos como constituindo um dualismo ou uma dicotomia urbana. Constituem, ao contrário, uma bipolarização, pois possuem a mesma origem, o mesmo conjunto de causas, apresentando-se interligados. Os dois circuitos, em realidade, não estão isolados entre si. Primeiramente, porque a existência de uma classe média que utiliza um e outro circuito impede o isolamento. Em segundo lugar porque existem articulações de complementaridade e de dependência, envolvendo intercâmbios de insumos entre os dois circuitos. A longo prazo, entretanto, prevalece a dependência do circuito inferior ao superior.

³⁶ M.Santos 1979, ver Bibliografia

³⁷ M.Santos 1979, ver Bibliografia

De modo simplificado, considera-se que o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria voltados para a exportação, pela indústria moderna vinculada ao mercado interno, pelos serviços modernos e empresas atacadistas e de transportes. Sua clientela, urbana ou regional, é formada pelas classes ricas, satisfazendo, entretanto, parcela expressiva das demandas da classe média. Por sua vez, o circuito inferior é constituído por atividades que não utilizam capitais de modo intenso, possuindo ainda uma organização primitiva: a fabricação de bens, certas formas de comércio e serviços compõem a ampla gama do circuito inferior, que atende, sobretudo, às classes pobres.

O Quadro I³⁸, a seguir, descreve, de modo claro, as características de ambos os circuitos:

Os dois circuitos da economia são facilmente revelados através da paisagem das grandes cidades do Terceiro Mundo: modernos *shopping centers* que, muitas vezes, não estão distantes de um conjunto de birosacas; ruas onde convivem lojas departamentais, pertencentes às grandes organizações capitalistas, ou lojas especializadas em artigos de luxo, e vendedores ambulantes com sucedâneos baratos dos artigos vendidos nas lojas; suntuosas agências bancárias e feios e sujos depósitos de ferro-velho e papel. O funcionamento dos dois circuitos também é detectável com certa facilidade. O estudo de Santos³⁹ sobre o papel dos atacadistas articulando os dois circuitos econômicos em Lima, no Peru, é um exemplo. Ao que tudo indica, no espaço urbano, os dois circuitos estão espacialmente imbricados.

E em relação à rede regional de localidades centrais? Como os dois circuitos interferem na organização e funcionamento dos centros de uma dada rede regional?

³⁸ M.Santos 1979, ver Bibliografia, p. 34.

³⁹ M.Santos 1982, ver Bibliografia.

Segundo Santos⁴⁰, os dois circuitos da economia interferem na rede de localidades centrais estruturando-a de modo a que cada centro atue simultaneamente nos dois circuitos, dispondo de duas áreas de influência.

A interferência se faz, em realidade, através dos mecanismos básicos de estruturação da hierarquia urbana, o alcance espacial mínimo e máximo. Para se compreender isto, é necessário considerarmos três níveis hierárquicos de centros: a metrópole, a cidade intermediária e a cidade local.

No circuito inferior, o alcance espacial mínimo é reduzido nos três níveis de localidades centrais. O alcance espacial máximo, por sua vez, é relativamente maior na cidade local do que na intermediária. Na metrópole, apresenta tendência a confundir-se com os seus limites urbanos, ou seja, os bens e serviços oferecidos pelas atividades do circuito inferior não atraem residentes fora do centro metropolitano, atendendo apenas à demanda de uma vasta população pobre cidadina. A cidade local, por sua vez, tem sua centralidade apoiada, basicamente, nas atividades desse circuito, entre elas as que se reúnem nos mercados periódicos: atraem consumidores de uma relativa longa distância.

No circuito superior, o alcance espacial mínimo assume certa expressão espacial, tanto na metrópole como nas cidades intermediárias. Na cidade local é hipotético pois, efetivamente, a pequena localidade central não desempenha funções vinculadas a esse circuito. Nos países subdesenvolvidos, a pequena renda da maioria da população faz com que o número de pessoas capazes de justificar o aparecimento de atividades modernas esteja localizado em uma vasta área, muito além do alcance espacial máximo da cidade.

⁴⁰ M.Santos 1979, ver Bibliografia

QUADRO I

CARACTERÍSTICAS DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA
DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

CARACTERÍSTICAS	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos
Emprego	reduzido	volumoso
Assalariado	dominante	não-obrigatório
Estoques	grandes quantidades e/ou alta qualidade	pequenas quantidades, qualidade inferior
Preços	fixo (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	bancário institucional	pessoal não institucional
Margem de Lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção: produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a Clientela	impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas
Custos Fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização dos Bens	nula	frequente
Overhead Capital	indispensável	dispensável
Ajuda Governamental	importante	nula e quase nula
Dependência Direta do Exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

O alcance espacial máximo, por outro lado, é inexistente na cidade local, assumindo expressão na cidade intermediária e, sobretudo, na metrópole. Na realidade, é

através do circuito superior que o centro metropolitano estabelece relações com a sua área de influência, mas é conveniente considerar que esta área não é espacialmente contínua. A distribuição de bens e serviços pela metrópole caracteriza-se por apresentar discontinuidades espaciais. Isto se deve ao fato de o circuito superior estar voltado para as atividades modernas e para a população de nível de renda elevado, capaz de consumir bens e serviços desse circuito. Como essa população efetivamente consumidora acha-se concentrada em alguns pontos do território - especialmente nas localidades centrais mais importantes da hinterlândia metropolitana -, verifica-se a referida discontinuidade.

A Figura 9a pretende resumir o que foi exposto. A cidade local atua, efetivamente, através do circuito inferior, enquanto a metrópole o faz através do superior. As cidades intermediárias desfrutam uma centralidade que lhes é fornecida pelos dois circuitos, ora um tendo maior importância, ora o outro.

A Figura 9b, por sua vez, constitui um esforço visando a representar, teoricamente, a rede de localidades centrais, de acordo com os dois circuitos da economia⁴¹. Reproduz a versão diagramática e geral das idéias de Christaller - o modelo de localidades centrais de acordo com o princípio de mercado -, introduzindo-se as duas áreas de influência de que cada centro dispõe.

Sem excluir a teoria das localidades centrais, a contribuição de Santos, na realidade, ultrapassa-a, enriquecendo-a. Diz ele que⁴²:

“O problema dos dois circuitos da economia urbana aparece, portanto, como um aspecto essencial dos inumeráveis problemas que os países subdesenvolvidos enfrentam atualmente. É também um testemunho da falência das teorias e dos esforços de planificação do desenvolvimento tentados até agora, pelo menos nos países de economia liberal”.

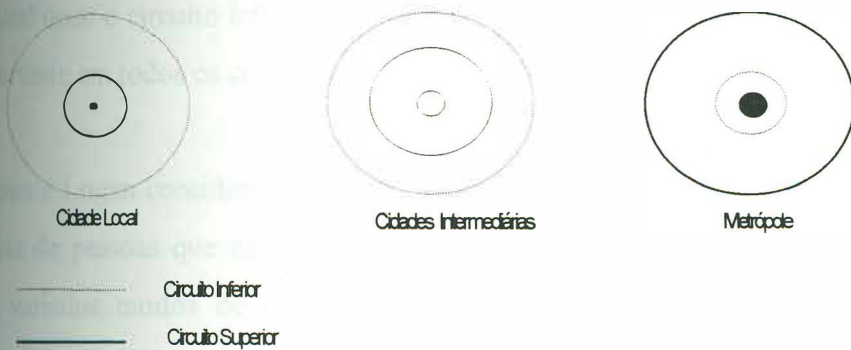
⁴¹ M.Santos 1979, ver Bibliografia

⁴² M.Santos 1979, ver Bibliografia, p.287

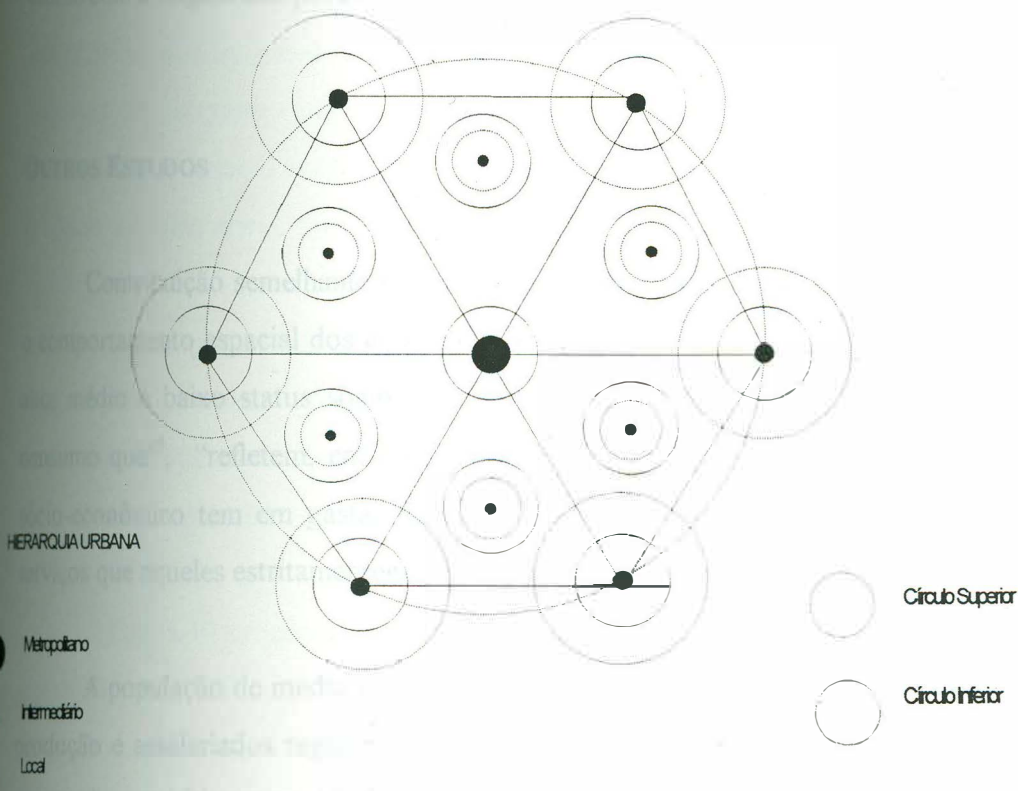
OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA E A REDE DE CENTROS URBANOS

FIGURA 9

(a) Importância Relativa das Zonas de Influência dos Dois Circuitos em Relação aos Diferentes Níveis Urbanos



(b) O Hexágono de Christaller, Princípio de Mercado Alterado pelos Dois Circuitos da Economia



A rede de localidades centrais dos países subdesenvolvidos é uma das dimensões espaciais (talvez a mais importante) dos dois circuitos da economia urbana. Reflete a pobreza de parcela considerável da população, isto é, o resultado das diversas formas de exploração social. Nesse sentido, e por essa via, o estudo das redes de localidades centrais no Terceiro Mundo ganha uma dimensão política.

O estudo de Missen e Logan⁴³ é um excelente exemplo de verificação das proposições de Santos. Refere-se à planície de Kelantan na porção ocidental da Malásia, uma área rural onde o circuito inferior da economia é extremamente significativo, sendo o mais importante em todos os centros urbanos.

Missen e Logan consideram que o circuito inferior é em parte determinado pela grande oferta de pessoas que necessitam trabalhar. A entrada delas no circuito faz-se através de variados modos de fracionamento da cadeia de comercialização e pela aceitação de níveis mínimos de margem de lucro. Verificam, também, a complexidade das relações entre os dois circuitos, indicando várias cadeias de comercialização, de acordo com a origem dos produtos e a localização dos intermediários e consumidores.

OUTROS ESTUDOS

Contribuição semelhante encontra-se no estudo de Corrêa⁴⁴, onde é considerado o comportamento espacial dos consumidores em áreas onde convive uma população de alto, médio e baixo status sócio-econômicos. Isto implica em diferenças de nível de consumo que⁴⁵, “refletem, em última análise, a capacidade que cada grupo de status sócio-econômico tem em gastar maior ou menor percentual de sua renda em bens e serviços que aqueles estritamente necessários à sobrevivência”.

A população de médio e alto status, constituída pelos proprietários dos meios de produção e assalariados regulares e bem remunerados, que constitui o segmento social com poder aquisitivo e mobilidade espacial⁴⁶, “*pode se deslocar à procura de bens e serviços que não são oferecidos localmente, dirigindo-se às localidades centrais de maior nível hierárquico, onde são oferecidos bens e serviços de menor frequência de*

⁴³ G. Missen e M. I. Logan, ver Bibliografia.

⁴⁴ R. L. Corrêa, ver Bibliografia.

⁴⁵ R. L. Corrêa, ver Bibliografia, p. 54.

⁴⁶ R. L. Corrêa, ver Bibliografia, p. 54.

consumo e mais caros. Em realidade, esta população de médio e alto status sócio-econômico compra ou utiliza os bens e serviços oferecidos pelos centros locais, capitais sub-regionais e pela capital regional. Para esta população existe realmente uma hierarquia urbana”.

Os assalariados irregulares e regulares mal remunerados, os camponeses e aqueles engajados no *terciário primitivo* possuem condições de comprar ou utilizar apenas uma parcela dos produtos e serviços oferecidos na região em que vivem.

Segundo Corrêa⁴⁷:

“Seu consumo se limita a bens extremamente necessários, obtidos através de uma agricultura de subsistência, e localmente através do artesanato tradicional ou de firmas que distribuem uma gama variada de produtos industriais de qualidade inferior e baratos. Os serviços utilizados são mínimos, sendo prestados por órgãos governamentais quando estes fazem sentir sua ação, ou por pessoas não qualificadas profissionalmente, como ‘curiosos’ e ‘curandeiros’ “.

A população de baixo status possui limitada mobilidade espacial. Para ela, não existe de fato uma hierarquia urbana, utilizando apenas os centros locais para satisfação de sua reduzida demanda: na realidade, a hierarquia de localidades centrais existe apenas em função da população de médio e alto status.

A Figura 10 procura descrever o comportamento espacial da população dos dois grupos de status sócio-econômico. A rede urbana desdobra-se em dois planos que, de certo modo, reportam-se aos dois circuitos da economia a que Milton Santos se refere⁴⁸.

Segundo Corrêa⁴⁹:

“No (plano) superior está o conjunto hierarquizado de localidades centrais: uma capital regional, 3 capitais sub-regionais e 9 centros locais, cada um atuando como tal.

⁴⁷ R. L. Corrêa, ver *Bibliografia*, p. 55

⁴⁸ M. Santos 1979, ver *Bibliografia*

⁴⁹ R. L. Corrêa, ver *Bibliografia*, p. 55

Este conjunto de centros serve à população de médio e alto status sócio-econômico. No plano inferior está o conjunto de nove centros, todos atuando como centros locais e servindo à população de baixo status sócio-econômicos. Em outras palavras, o modelo mostra que a capital regional atua, também, como capital sub-regional e centro local para a população de médio e alto status, mas atua somente como centro local para a população de baixo status sócio-econômico”.

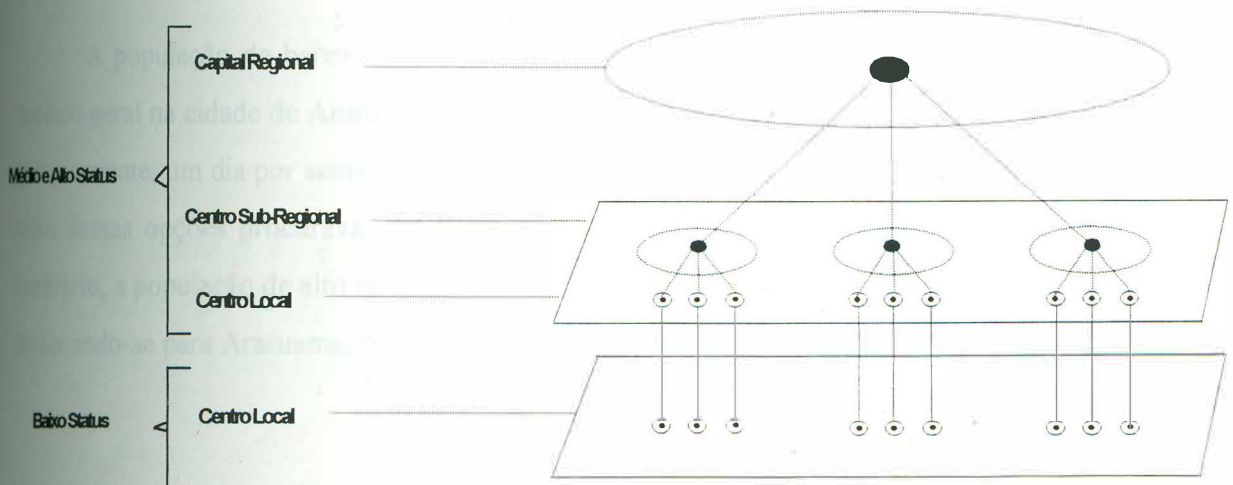
Um teste desta proposição foi realizado por Freire, Sant’Anna, Teixeira e Corrêa⁵⁰, considerando a população residente na vila de São Vicente de Paula, no Município de Araruama, Rio de Janeiro. Trata-se de uma pequena localidade central, de muito baixo nível hierárquico, que não possuía, em 1978 (quando foi feita a pesquisa de campo) nem agência bancária nem médico. Seus mais importantes estabelecimentos comerciais, denominados “bazar” ou “armazém”, possuíam pequenos estoques de uma gama muito variada de bens de consumo frequente. Sua população era inferior a 2.000 habitantes e situava-se a cerca de 20km da cidade de Araruama, com a qual se conectava através de 16 viagens diárias de ônibus. De Niterói, distava cerca de 110km, e a conexão se fazia através de quatro viagens diárias de ônibus.

STATUS SÓCIO-ECONÔMICO E CENTRALIDADE:

O COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES

FIGURA 10

LOCALIDADES CENTRAIS
SERVINDO À POPULAÇÃO DE



As entrevistas realizadas, abrangendo 20% dos domicílios, indicaram que a população tinha comportamento espacial diferenciado, dependendo do seu nível de renda: baixo (até dois salários mínimos), médio (de dois a cinco) e alto (com mais de cinco salários mínimos).

Em relação aos produtos alimentares básicos - arroz, feijão, óleo comestível, farinha de mandioca, sal, açúcar e café -, a vila era o lugar preponderante de compra para todos os níveis de renda. Contudo, a população de baixo nível de renda comprava somente nos "armazéns" da vila, enquanto os dois outros grupos deslocavam-se para Araruama, Niterói e Rio de Janeiro, onde compravam em modernos supermercados.

Em relação aos produtos de consumo menos frequente (como sapatos e confecções), verificou-se que o grupo de baixo nível de renda usualmente realizava suas compras na vila, enquanto o grupo de nível de renda média recorria, com razoável frequência, para Araruama, Niterói e Rio de Janeiro. O grupo de alta renda, por sua vez, predominantemente recorria aos três mencionados centros.

Considerando-se a compra de bens duráveis como aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos, verificou-se que a maioria da população de baixa renda não os possuía; os poucos que dispunham de tais bens tinham, em parte, adquirido-os na própria vila. Os grupos de renda média e alta dispunham, via de regra, de tais produtos, tendo comprado-os sobretudo em Niterói e Rio de Janeiro e não na próxima Araruama. A variedade da oferta e os preços mais baixos explicam esta preferência.

A população de baixo nível de renda, por outro lado, recorria aos serviços de médico geral na cidade de Araruama ou, alternativamente, ao serviço público, oferecido, gratuitamente, um dia por semana, na própria vila. A população de nível médio de renda, além dessas opções procurava, também, algumas vezes, centros urbanos maiores. Ao contrário, a população de alto nível de renda raramente usava os serviços médicos locais, deslocando-se para Araruama, Niterói e Rio de Janeiro.

⁵⁰ L.A.R. Freire et alii, ver Bibliografia

Esta pesquisa confirmou, assim, as proposições de Corrêa⁵¹ a respeito do desdobramento da rede de localidades centrais em dois planos, bem como ratificou a proposição mais geral de Santos⁵² sobre os dois circuitos da economia nos países subdesenvolvidos: São Vicente de Paula constitui o principal e quase único centro para a população de baixo nível de renda, para quem não existe, efetivamente, uma hierarquia urbana. Já Araruama, Niterói e Rio de Janeiro constituem os centros hierarquicamente maiores, mas apenas para a população de médio e alto nível de renda, para quem efetivamente existe uma rede hierarquizada de localidades centrais.

TEMAS DE PESQUISA

Nas páginas anteriores, procurou-se apresentar o que se entende por três principais modos de organização da rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. Com toda a certeza a questão não está esgotada. O que se pretende agora é - à guisa de conclusão -, indicar alguns temas de pesquisa que poderão contribuir para uma compreensão mais profunda da questão em pauta. Os temas, que podem ser considerados de forma combinada, são os seguintes:

ESTUDOS DE TEMAS SELECIONADOS COMO:

- I. Redes dendríticas que, dado o modelo colonial que foi implantado no País, têm historicamente marcado a rede urbana brasileira, influenciando, ainda hoje, a sua organização sócio-espacial. Considere-se, por exemplo, os casos de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e mesmo a rede comandada por São Paulo e seu porto de Santos. Questiona-se em que medida uma dada rede regional guarda as características de uma rede dendrítica ou, ao contrário, se a mesma foi afetada por outros processos, tendo sido alterada em seu papel e configuração espacial. Em que medida, ainda, não tem sido reproduzido no interior este mesmo padrão, como se sugere terem sido os casos (em um dado momento) de Ponta Grossa e

⁵¹ R.L. Corrêa, ver Bibliografia

⁵² M.Santos 1979, ver Bibliografia

Londrina, no Paraná, e de Feira de Santana, na Bahia; Montes Claros, em Minas Gerais, e Floriano, no Piauí, atualmente?

II. As diferentes formas de periodicidade dos mercados (seja a “feira” semanal do Nordeste ou o estabelecimento sazonal, seja o itinerante sem localização definida como o “regatão” da Bacia Amazônica) estão sempre presentes na literatura relativa ao Terceiro Mundo. Muito pouco se conhece sobre elas no Brasil. Agrava-se, ainda, o fato de que as mudanças que se verificam no País tendem - ao que tudo indica - a transformar ou mesmo extinguir essas formas. O seu conhecimento sistemático, por outro lado, pode ser extremamente útil em termos de política econômico-social através da incorporação adaptada à organização sócio-espacial do futuro, a exemplo do que ocorre na Lapônia finlandesa e na Sibéria.

III. O comportamento espacial dos consumidores, segundo as diferentes classes sociais. Esta é uma temática praticamente inexplorada na literatura brasileira, e parece ser extremamente útil para se compreender as diversas redes regionais de localidades centrais em seu desdobramento funcional, isto é, os dois circuitos de economia.

IV. Os dois circuitos que compõem a economia urbana. Trata-se da mais fértil temática que poderá enriquecer muito a literatura sobre a organização sócio-espacial do Terceiro Mundo, do Brasil e a própria teoria das localidades centrais. Sugere-se que se considere, de um lado, a variabilidade espacial da importância dos dois circuitos e, de outro, as complexas relações entre ambos os circuitos. Os diversos significados advindos das diferenças que se encontrar constituem contribuições fundamentais que estão para ser elaboradas.

ESTUDOS COMPARATIVOS DE DIFERENTES REDES SEGUNDO:

I. Zonas com diferentes modos de organização da produção: zonas de *plantation*, de pecuária extensiva ou semi-extensiva, de pequena produção agrícola e zona urbano-industrial. A zona canavieira nordestina, o sertão pastoril, o oeste catarinense e a região em torno de Campinas são indicadas como possíveis exemplos para estudo.

A base desta proposta reside no fato de que o caráter desigual do subdesenvolvimento brasileiro suscita a necessidade de se conhecer os diferentes modos como estão organizadas as diversas redes regionais de localidades centrais. Elas constituem uma dimensão do subdesenvolvimento em sua realização espacialmente desigual, refletindo diferenciais de demanda das atividades produtivas, de densidade demográfica, nível de renda e padrões de consumo, afetando assim a oferta de bens e serviços.

II. O tempo de existência das diversas redes. As diferenças vão se traduzir, em parte, em diferenças de número de centros e padrões locacionais, em razão das necessidades comerciais e de circulação do momento em que os centros foram implantados e da evolução por que passaram. Pode-se contrastar, por exemplo, uma rede recente de centros - como a do norte matogrossense - com outra, mais antiga, mantidas, naturalmente, as condições mais ou menos similares em relação ao modo como a produção está organizada.

III. Momentos diferentes do tempo, ou seja, de acordo com os diferentes períodos que caracterizaram uma mesma rede de localidades centrais. A comparação se faz considerando-se a mesma rede de centros em tempos distintos, e não mais duas redes no mesmo momento. Tal estudo permite que se considere o papel da dinâmica regional, principalmente as mudanças no modo de organização da produção, alterando a rede de localidades centrais. Permite, também, verificar a força de inércia das formas espaciais, isto é, dos centros da rede, submetidos às

mudanças na produção, circulação, distribuição e consumo. Como sugestão, pensa-se em áreas de ocupação antiga ou relativamente antiga que passaram por um processo de “modernização” na produção, como se exemplifica com a região de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

BIBLIOGRAFIA

BROMLEY, R.J. Os mercados nos países em desenvolvimento: uma revisão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 42(3):646-57, 1980.

_____. et alii. The rationale of periodic markets. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 65(4):530-37, 1975.

_____; SYMANSKI, R. Marketplace in Latin America. *American Research Review*, Austin, 9(3):3-38, 1974.

CARDOSO, M.F.T.C.; AZEVEDO, L.M.P. Rede de localidades centrais: uma tipologia aplicada ao Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 44(4):639-75, 1982.

CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc., 1966, 230p. (traduzido do alemão por C.W. Baskin).

CORRÊA, R.L. Status sócio-econômico e centralidade: uma interpretação. *Geografia*, Rio Claro, 2(3):51-9, 1977.

FREIRE, L.A.R. et alii. O efeito da renda no comportamento espacial dos consumidores. In: COMUNICAÇÕES do 3º Encontro Nacional de Geógrafos. Fortaleza, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1978, p.246-8.

FRÖLICH, W. The African market system. *British Columbia Geographical Series*, Vancouver, 35, 1982, 109p.

FUNNEL, D.C. Rural business centres in a low income economy: some theoretical problems. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geographie*, Rotterdam, 64(2):89-92, 1973.

JOHNSON, E.A.J. *The organization of space in developing countries*. Cambridge, Harvard University Press, 1970, 452p.

KELLEY, K.B. Dentritic central place systems and the regional organization of Navajo posts. In: REGIONAL analysis, vol.1, Economic systems. Carol Smith, coord., New York, Academic Press, 1976, p.219-54.

LENTNEK, B. et alii. Renda e o padrão espacial do desenvolvimento econômico. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 240:17-30, 1974.

LINSKY, A.S. Some generalizations concerning primate cities. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 55(3):506-13, 1965.

MISSEN, G.I.; LOGAN, M.I. National and local distribution systems and regional development: the case of Kelantan in West Malaysia. *Antipode*, Worcester, 9(3):60-74, 1977.

OLIVEIRA, A.E. A ocupação humana. In: AMAZONIA: desenvolvimento, integração e ecologia. E.Salati, M.O.R. Shubert, W.Junk, A.E.Oliveira, coord., São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1983, p.144-327.

PLATTNER, S.M. Periodic trade in developing areas without markets. In: REGIONAL analysis, vol.1, Economic systems. Carol Smith, coord., New York, Academic Press, 1976, p.69-89.

SANTOS, M. Une nouvelle dimension dans l'étude des réseaux dans les pays sous-développés. *Annales de Géographie*, 434:425-45, 1970.

_____. Spatial dialectics: the two circuits of urban economy in underdeveloped countries. *Antipode*, Worcester, 9(3):49-60, 1977.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979, 345p.

_____. A articulação dos modos de produção e os dois circuitos da economia urbana: os atacadistas de Lima. In: ENSAIOS sobre a urbanização latino-americana. Milton Santos, coord., São Paulo, HUCITEC, 1982, 126-140.

SKINNER, G.W. marketing and social structure in rural China. Part I. *Journal of Asian Studies*, Princeton, 24(1):3-43, 1964.

SMITH, C. Causes and consequences of central-place types in Western Guatemala. In: REGIONAL analysis, vol. 1, Economic systems. Carol Smith, coord., New York, Academic Press, 1976, p. 225-300.

SMITH, R.H.T. Periodic market-places and periodic marketing: review and prospect, I. *Progress in Human Geography*, London, 3:471-505, 1979.

_____. Periodic market-places and periodic marketing: review and prospect, II. *Progress in Human Geography*, London, 4:1-31, 1980.

STINE. Temporal Aspects of Tertiary Production Elements in Korea. In: *URBAN Systems and Economic Development*. F.R. Pitts, coord., Eugene. University of Oregon, 1962, p.68-88.

seu epicentro na periferia, como ocorre particularmente na Região Metropolitana de São Paulo.

A periferia não se refere apenas à localização distante. Ganha também um certo sentido de metáfora ao ser identificada como sinônimo de exclusão, de precárias condições de vida. Nesse sentido, a periferia pode ganhar foros de ubiquidade como acontece com as favelas do Rio de Janeiro.

Sua distribuição se faz por toda a parte, nas encostas dos morros que marcam sobremaneira o sítio da cidade, e nas áreas planas, quer sujeitas às enchentes, quer submetidas à ação da maré; ocupam também alguns terrenos lindeiros às vias férreas e estendem-se mesmo sob alguns viadutos. A localização das favelas se faz tanto nas proximidades dos bairros nobres como nos de classe média e baixa. Esta ubiquidade, para a qual o sítio da cidade muito contribui, está associada à proximidade de mercados locais de trabalho, seja uma zona fabril, seja um mercado de empregos no terciário e em serviços domésticos.

A favela é o resultado da ação de grupos socialmente excluídos que ocuparam terrenos, públicos ou privados, via de regra inadequados para a valorização fundiária e a promoção imobiliária. A ação desses grupos, que se dá espontaneamente, representa, de um lado, uma estratégia de sobrevivência e, de outro, de resistência a um sistema social que exclui parcela ponderável da população de suas benesses.

A favela, uma forma alternativa de produção do espaço, constitui outro meio ambiente que possui características próprias que a distinguem dos cortiços e dos loteamentos da periferia.

Trata-se de um ambiente de muito elevada densidade de população. Distribui-se por casebres toscos ou melhorados, de alvenaria, situados uns juntos aos outros. Separando conjuntos de casebres existem tortuosas, íngremes e fétidas vielas.

Neste ambiente construído a natureza primitiva foi brutalmente alterada. O delicado equilíbrio das encostas foi rompido, criando uma constante ameaça para os seus moradores. Ameaça que é agravada pelo lixo não coletado e que se acumula nas encostas ou nos rios e canais de drenagem, que acabam assoreados, diminuindo a capacidade de escoamento das águas. As pesadas chuvas dos meses de verão sempre deixam os moradores das favelas de sobressalto. Nos morros são os possíveis deslizamentos, na planície, as enchentes: ambos tiram vidas humanas e destroem o pouco que seus habitantes possuem.

Neste meio ambiente onde a ação do Estado é, via de regra, limitada, surgem novas regras, códigos e poderes que, ao mesmo tempo que exercem vigoroso controle social, criam um *modus vivendi* próprio, capaz de minimizar as duras condições de existência. Estabelece-se, muitas vezes, um conflito entre as Associações de Moradores e os grupos organizados ligados ao crime que procuram transformar a favela em seu território.

O meio ambiente da favela não é de todo homogêneo. Há setores, geralmente os mais antigos, nas áreas mais baixas ou próximas às vias de tráfego, que são razoavelmente urbanizados, enquanto outros, localizados nas áreas mais altas ou mais afastadas apresentam menor grau de urbanização.

Algumas favelas, como a Rocinha, submetidas a um processo progressivo de urbanização, adquirem *status* de bairro popular. Reproduz ela uma cidade dentro de outra, com áreas distintas, com microambientes diferenciados. Sua população não se caracteriza pela homogeneidade do nível de renda. Por outro lado há uma relativamente grande diversificação de atividades comerciais e de serviços.

No complexo e diversificado ambiente metropolitano, no qual as diferenças se dão segundo a natureza e a intensidade, há, no outro extremo social, um ambiente de cidade recente: trata-se dos condomínios exclusivos, um outro mundo, um outro quadro socioespacial de referência e existência.

Criado sobretudo nas áreas novas da metrópole, Barra da Tijuca e Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, dotadas de amenidades naturais e socialmente produzidas, o condomínio exclusivo, vertical ou horizontal, é o resultado de um processo de efetiva valorização fundiária e promoção imobiliária, interessando a poderosos grupos econômicos da metrópole.

Constitui o “eldorado” para uma alta classe média oriunda em parte das antigas áreas nobres da cidade, a Zona Sul, áreas que perderam as amenidades que possuíam nas décadas de 40, 50 e 60.

Caracterizam-se os condomínios pela auto-segregação, isto é, o isolamento de grupos sociais que, dispendo de renda, podem residir onde lhes aprouver. E a escolha da nova residência é influenciada pela maciça propaganda em torno das amenidades e do novo estilo de vida.

A auto-segregação traduz-se no muro e na guarita que controlam os que entram e saem; no policiamento particular que constantemente percorre as aprazíveis vias internas do condomínio. E também na possibilidade de uso exclusivo de certos serviços pessoais, restaurantes, lazer variado e abundante e mesmo de uma educação pública eficiente.

Fora do condomínio está o bairro moderno, constituído quase que exclusivamente por outros condomínios, prédios de usos especializados e vias de tráfego. Circula-se majoritariamente de automóvel, deslocando-se do local de residência para os *shopping centers* e outros lugares frequentados quase que exclusivamente pelo mesmo grupo social.

É neste ambiente de ordem e assepsia que se forma uma nova geração com uma visão distorcida da realidade extracondomínio. A neurose da segurança é ingrediente do novo estilo de vida.

Os bairros da classe média originam um vasto espectro de ambientes, criados em momentos diversos, habitados por frações distintas da classe média e localizados, no caso do Rio de Janeiro, tanto nas Zonas Sul e Norte da cidade. Ao lado de aspectos específicos dos ambientes que os caracterizam, acreditamos haver outros aspectos que estabelecem um denominador comum entre eles.

Em primeiro lugar são bairros de crescente densidade demográfica graças à difusão de empreendimentos imobiliários em altura que, se esgotou as possibilidades de produção de imóveis num dado bairro, apresentou a tendência de explorar as amplas potencialidades existentes em outros.

A densificação traz como resultado, em primeiro lugar, o crescente congestionamento das ruas. Dos intermináveis engarrafamentos que se prolongam por horas e horas, especialmente junto aos subcentros comerciais espontâneos e na hora de saída das escolas, quando ao número de veículos destinados a apanhar os alunos juntam-se aqueles dos que voltam do trabalho.

A densificação, em segundo lugar, por ter implicado significativa mobilidade residencial interbairros, gerou como consequência o desaparecimento de unidades de vizinhança onde todos se conheciam e, se necessário, se ajudavam mutuamente. As ruas pacatas, de unidades residenciais unifamiliares, deram lugar às movimentadas vias com edifícios em altura e automóveis na rua: os folguedos infantis desapareceram das ruas que se transformam em lugar de passagem e perigo.

Associado a esta mudança está o crescente anonimato da população residente nos bairros de classe média. Anonimato que inclui uma certa dose de desconfiança e medo do outro.

Nestes bairros de classe média surgem também Associações de Moradores que lutam pela preservação do *status* já conquistado. Preservar um imóvel de uso coletivo,

um monumento ou mesmo uma simples árvore, repositórios simbólicos de toda uma tradição e modo de vida podem também aparecer como motivação para a ação desses movimentos sociais.

A GUISA DE CONCLUSÃO

Eis alguns dos mais representativos ambientes da metrópole carioca. Outros podem ser também identificados e as características de todos podem ser estudadas a fundo. Esta é, sem dúvida, uma rica agenda de pesquisas.

É conveniente ressaltar que os diversos ambientes não constituem células autônomas, independentes uns dos outros. Ao contrário, estão articulados entre si por diversos laços claramente visíveis: jornada para o trabalho, circulação de mercadorias, visitas a parentes e amigos, ida ao cinema ou ao culto religioso, etc.. E também articulado por laços invisíveis como decisões, ordens, circulação de mais-valia, valores, mitos, utopias, etc.. Trata-se, como já se frisou, de ambientes que são simultaneamente fragmentados e articulados entre si.

Mais do que isto, os diversos ambientes metropolitanos, reflexos e condicionantes das desigualdades sociais, constituem campos de lutas e campos simbólicos. Neles, especialmente em alguns, desenrolam-se lutas sociais que tem no próprio ambiente a motivação básica. Os ambientes, por outro lado, tem significados distintos para cada grupo social, sendo percebidos de modo diferenciado, como se não houvesse, de todo, um ambiente melhor do que outro. Assim, a favela ou o condomínio exclusivo podem converter-se, para alguns, nos melhores lugares de se viver.

Os diversos ambientes metropolitanos, finalmente, tem merecido tratamento diferenciado por parte do Estado. Este não vê a cidade como uma área passível de ações espacialmente homogêneas. Ao contrário, percebe com clareza as diferenças e acaba, movido pelos interesses de grupos sociais que se apoderaram de seu aparelho, mas também movido pelas lutas sociais, dando tratamento diferenciado aos diversos ambientes. Afinal, as vias expressas do tipo parkway, com suas belas áreas de lazer, a

rede de esgoto, a limpeza constante das ruas, o policiamento, os melhores hospitais e escolas públicas estão localizados nos bairros privilegiados. A renda real de seus habitantes torna-se, assim, ampliada pelos investimentos públicos.

Os deslizamentos de encostas e as obras de contenção, e as enchentes, por sua vez, tem tratamento diferenciado no espaço metropolitano.

Os ambientes da metrópole são, assim, objeto de significados e práticas distintos que são parte integrante da sociedade de classes, de uma sociedade que não pode permitir a cidadania plena a todos os seus membros. Cidadania desigual que se traduz em ambientes desiguais.

8 – O ESPAÇO METROPOLITANO E SUA DINÂMICA*

À memória de Helena Kohn Cordeiro

Este trabalho visa apresentar alguns pontos relativos à dinâmica do espaço metropolitano no Brasil. Trata-se de um espaço complexo, simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e campo de lutas. Sua complexidade torna-se maior em razão da poderosa inércia que suas formas espaciais possuem. Contudo, transformações tem ocorrido no espaço metropolitano. Vamos considerar algumas delas.

No processo de compreensão dessas transformações torna-se necessário, contudo, considerar preliminarmente dois elementos de diferenciação. Ou seja, é necessário considerar o fato de que as transformações que se verificam no espaço metropolitano são diferenciadas segundo duas linhas de diferenciação.

PRIMEIRAMENTE deve-se considerar o tamanho metropolitano. Certas transformações são, em grande parte, condicionadas pela dimensão demográfica da metrópole. Esta tese está apoiada na crença de que uma mudança quantitativa implica em um salto qualitativo. Assim, existe um patamar crítico a partir do qual o processo de descentralização inicia-se.

Face a este aspecto dois grupos metropolitanos podem ser distinguidos. O primeiro é constituído por São Paulo e Rio de Janeiro, metrópoles com mais de 10 milhões de habitantes, e o segundo por um grupo de metrópoles com população entre 1 e 4 milhões de habitantes, a saber: Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba e Belém.

EM SEGUNDO LUGAR deve-se considerar as diversas singularidades vinculadas ao espaço metropolitano, à história urbana e regional e ao processo de inserção da metrópole na divisão territorial do trabalho em escala nacional e internacional. Assim, as transformações que se verificaram em metrópoles como Porto Alegre e Salvador, de um

lado, ou em Belo Horizonte e Recife, de outro, são marcadas por singularidades que são as formas como os processos gerais, universais, próprios do urbano capitalista, são concretizados.

Na tentativa, contudo, de privilegiar regularidades e tendências gerais, de importância fundamental para a compreensão do fenômeno metropolitano brasileiro, apontam-se algumas transformações no espaço metropolitano. Transformações que já ocorreram e continuam a ocorrer, que se iniciam ou que podem ocorrer num certo prazo de tempo. Esta observação nos aponta para a desigual espaço-temporalidade dos processos sociais.

As transformações que ressaltaremos são as seguintes: a descentralização e seu impacto no núcleo central, a ratificação de setores residenciais seletivos, a “explosão” da periferia popular e os novos territórios que surgiram.

A DESCENTRALIZAÇÃO E O NÚCLEO CENTRAL

Uma primeira transformação a ser ressaltada diz respeito à centralidade do núcleo central da metrópole. Transformação que, ao ser eminentemente funcional acaba incorporando uma dimensão social.

O núcleo central da metrópole constituiu-se em local de concentração maciça de atividades terciárias, especialmente o comércio varejista e serviços diversos, ambos dotados de grande centralidade, relacionada tanto ao espaço urbano como à hinterlândia da cidade. Ali concentravam-se também as atividades administrativas das esferas municipal, estadual e federal. Foco exclusivo de convergência de transportes intraurbanos, o núcleo central caracterizava-se por um tráfego denso. O movimento de pedestres, intenso durante o dia era, e ainda é, salvo na área de diversões, extremamente reduzido à noite.

Em algumas metrópoles, como em Porto Alegre e Curitiba, parcela da população de status social médio e elevado residia, e ainda reside, no núcleo central ou em suas mediações.

Tratava-se, em realidade, de uma cidade monocêntrica, na qual as ligações entre os bairros passavam necessariamente pelo núcleo central. O monocentrismo, contudo, vem sendo desfeito progressivamente, ainda que com ritmo desigual segundo as metrópoles brasileiras. Trata-se simplesmente dos efeitos do congestionamento do núcleo central? Congestionamento que, em suas múltiplas manifestações, eliminou vantagens locacionais, criando deseconomia de aglomeração e suscitando um processo de descentralização. Ou seria consequência do crescimento demográfico e da expansão do espaço urbano, tornando o núcleo central progressivamente mais distante das novas áreas? Ambos os fatores implicaram não apenas no abandono de atividades do núcleo central como no aparecimento descentralizado de novas atividades. Nesse complexo processo interesses fundiários, imobiliários, de empreiteiras e de outras frações do capital estão também presentes.

A descentralização originou novas formas espaciais. Muitas são espontâneas como os sub-centros comerciais hierarquizados, os eixos e áreas especializadas (móveis, auto-peças, lustres, confecções, consultórios e clínicas médicas, entre outras) e áreas industriais. Outras são planejadas como os *shopping centers* e os distritos industriais. Novos focos descentralizados de gestão de atividades econômicas também emergiram, assim como novos centros administrativos dos governos estaduais e novas áreas de diversões. Paralelamente novos focos descentralizados de transportes aparecem, identificando novos mercados metropolitanos de trabalho.

No bojo da descentralização verifica-se uma progressiva redefinição do núcleo central. Deixa de monopolizar a localização das atividades terciárias, dividindo com os sub-centros comerciais, as áreas e os eixos especializados e os *shopping centers*, a função comercial e de serviços. E mais, instala-se a tendência do núcleo central tornar-se o foco varejista e de serviços para segmentos sociais de níveis de renda mais baixos,

tendência que se verifica mais nitidamente em metrópoles como Salvador, Recife e Fortaleza.

Importa agora levantar algumas questões sobre o processo de descentralização que afeta não apenas o núcleo central mas todo o espaço metropolitano.

- ✧ Que condições são capazes de gerar o processo de descentralização?
- ✧ Como interferem no processo de descentralização variáveis como tamanho demográfico, sítio, plano urbano, nível de renda da população, a propriedade fundiária e as oportunidades de investimento de capital no espaço urbano?
- ✧ Como as singularidades locais afetam processos gerais que tendem a se verificar na metrópole moderna?

A RATIFICAÇÃO DE SETORES RESIDENCIAIS SELETIVOS

Na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, a população de status mais elevado inicia o processo de abandono dos bairros centrais, deslocando-se predominantemente para a Zona Sul. Interesses fundiários e de outras frações do capital, que contavam com a atuação do Estado, criaram um amplo setor residencial seletivo em áreas cujos atributos naturais passavam a ser vistos como amenidades. Tratava-se de setores litorâneos (Glória, Flamengo, Botafogo...). No século XX esse padrão setorial é ratificado (Copacabana, Ipanema, Leblon) e em seu último quartel urbaniza-se a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes.

O processo de abandono dos bairros centrais e a criação de setores residenciais seletivos é difundido nas grandes cidades brasileiras, valorizando-se áreas litorâneas como se verifica em Fortaleza, Recife, Salvador, metrópoles, e em cidades que já ultrapassam um significativo patamar demográfico e de complexidade funcional, como se

exemplifica com Vitória, Florianópolis e Maceió. A criação de setores residenciais seletivos verifica-se também em cidades não-litorâneas como São Paulo, Porto Alegre e Teresina, esta última com características não-metropolitanas.

A centralidade da população de status mais elevado é assim minimizada. Seu padrão locacional tende a ser setorial, originando um setor que, das proximidades do núcleo central afasta-se progressivamente dele, situando-se, em vários casos, a distâncias consideráveis do núcleo central, como se exemplifica com a Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, Alphaville e Piedade nas regiões metropolitanas de São Paulo e Recife, respectivamente. Trata-se de um padrão espacial à la Hoyt.

No processo de ratificação do padrão setorial da população de alto status a organização espacial vê-se caracterizada por novas formas que pressupõem intenso investimento de capital e uma nova concepção sócio-espacial: os condomínios exclusivos, os *shopping centers* e as auto-estradas expressam a ratificação moderna do padrão setorial seletivo.

Uma única questão pode ser agora formulada.

- ❖ Quais as implicações dessa tendência no que se refere à implantação de infra-estrutura, aos custos de transportes, à circulação de parcela crescente da população que trabalha nesses setores residenciais seletivos, às possibilidades de alocação de recursos públicos em outros setores da cidade e na visão de mundo dos habitantes desses setores residenciais seletivos e auto-segregados?

A “EXPLOSÃO” DA PERIFERIA POPULAR

Simultaneamente à criação de setores residenciais seletivos, verifica-se a “explosão” da periferia popular. “Explosão” que tem como causa primeira os efeitos da “modernização dolorosa” do campo no Centro-Sul do país, a manutenção de estruturas agrárias arcaicas no Nordeste, e a desestruturação do mundo ribeirinho-florestal na Amazônia. Como causa secundária um movimento, de intensidade variável, que reloca

populações pobres de áreas mais centrais, menos periféricas e valorizadas, para novas periferias, mais distantes do núcleo central.

A expansão da periferia metropolitana, que inclui cada vez mais novos municípios, significa, de um lado, a criação ampliada de um vasto reservatório de mão-de-obra e, de outro, a oportunidade de extração de renda da terra e de investimentos em infra-estrutura e nos setores vinculados, direta ou indiretamente, à produção de habitação.

No processo de expansão da periferia metropolitana três formas de organização do espaço são evidenciadas: os loteamentos populares e a auto-construção, os conjuntos habitacionais do Estado e as favelas. Cada uma delas tem um significado distinto, mas todas colocam à tona a pobreza da organização do espaço e os numerosos problemas que a literatura já colocou em evidência: o tempo imposto nos precários meios de transporte, ausência de equipamentos de consumo coletivo, as epidemias constantes, o "esquadrão da morte", etc..

Criam-se assim, aparentemente, duas cidades. Uma de opulência, bem-estar e poder, e outra de pobreza e desesperança. Elas, no entanto, são parte integrante da mesma unidade, de uma unidade contraditória cujas contradições se viram agravadas e expressas com maior nitidez nas áreas segregadas dos setores seletivos, de um lado, e das periferias populares, de outro.

Os NOVOS TERRITÓRIOS

Diferentes grupos sociais, distintos entre si no que se refere à ocupação, renda, idade, sexo, crença e outros atributos, aparentemente compartilham o mesmo espaço metropolitano. Alguns desses grupos desenvolvem um conjunto de práticas que definem territórios, entendidos como segmentos do espaço apropriados e/ou controlados por um dado grupo com o objetivo de garantir as práticas que lhe dão identidade ou permitem realizar suas atividades.

No espaço metropolitano novos territórios emergiram, suscitando daqueles interessados em compreender o urbano, o encaminhamento de linhas de investigação a respeito das novas territorialidades na metrópole.

Colocam-se então questões sobre a territorialidade das diversas denominações pentecostais, das religiões afro-brasileiras, dos “gays”, ciganos, grupos “funks” e do crime organizado, envolvendo, por exemplo, o narcotráfico.

- ❖ Qual a área de abrangência de cada um desses territórios?
- ❖ Como foram conquistados, isto é, apropriados e/ou controlados?
- ❖ Como estão coexistindo com outros territórios?

Os novos territórios, diferentes da rede formal de segmentos espaciais controlados pelas diversas instituições do Estado, pela Igreja Católica e pelas grandes empresas com suas jurisdições definidas, via de regra, por mecanismos de mercado, recortam a metrópole segundo novos padrões espaciais, atribuindo novos significados ao espaço metropolitano que se apresenta assim como um cada vez mais complexo caleidoscópio.

BIBLIOGRAFIA

- BIENNESTEIN, Glauco. Acumulação de Capital e Espaço Urbano: O Exemplo do Shopping Center. *Tese de Mestrado*, Departamento de Geografia, UFRJ, 1993.
- CARDOSO, Elizabeth D.. O Capital Imobiliário e a Expansão da Malha Urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú. *Tese de Mestrado*, Departamento de Geografia, UFRJ, 1986.
- CORDEIRO, Helena K. A “Cidade Mundial” de São Paulo e a Recente Expansão do seu Centro Metropolitano. *Revista Brasileira de Geografia*, 54(3), 1992.

MATTOS, Rogério B. e RIBEIRO, Miguel Angelo C. *Territórios da Prostituição nos Espaços Públicos da Área Central do Rio de Janeiro*. Inédito.

O'NEILL, Maria Mônica V.C. Segregação Residencial: Um Estudo de Caso. *Tese de Mestrado*, Departamento de Geografia, UFRJ, 1983.

PACHECO, Suzana M.M. Produção e Reprodução de Loteamentos na Periferia do Rio de Janeiro. *Tese de Mestrado*, Departamento de Geografia, UFRJ, 1984.

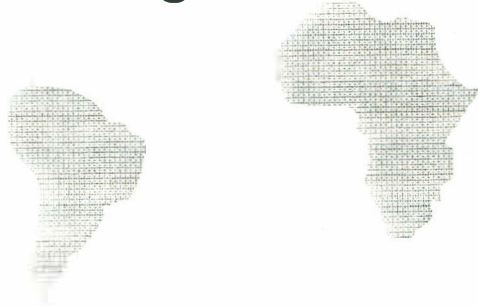
PINTAUDI, Silvana M. e FRUGOLI Jr., Heitor (org.). *Shopping Centers - Espaço, Cultura e Modernidade nas Cidades Brasileiras*. São Paulo, Editora UNESP, 1992.

SANTOS, Carlos Nelson F. Formações Metropolitanas no Brasil - Mecanismos Estruturantes. *Tese de Doutorado*, FAU/USP, 1984.

SOARES, Maria Therezinha S. Nova Iguaçu: Absorção de uma Célula urbana pela Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 24(2), 1962.

SOUZA, Marcelo José L. *O Narcotráfico no Rio de Janeiro, sua Territorialidade e a Dialética entre "Ordem" e "Desordem"*. Inédito.

A Região



9 – REGIÃO: A TRADIÇÃO GEOGRÁFICA

O termo região deriva do latim *REGIO*, que se refere à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano. Sua raiz está no verbo *REGERE*, governar, o que atribui à região, em sua concepção original, uma conotação em inentemente política¹.

O termo, contudo, passou a designar uma dada porção da superfície terrestre que, por um critério ou outro, era reconhecida como diferente de uma outra porção. O termo região faz parte da linguagem do homem comum. No entanto é um conceito-chave para os geógrafos e tem sido empregado também por todos os cientistas sociais quando incorporam em suas pesquisas a dimensão espacial.

O propósito deste artigo é o de colocar em evidência como os geógrafos, ao longo da História da Geografia, consideraram o termo região. O intuito é clarificar para os não-geógrafos os diferentes significados que os geógrafos atribuem a este conceito-chave. Adicionalmente, e visando contribuir para melhor qualificar o conceito em pauta, tentar-se-á estabelecer uma conexão entre o conceito de região e a categoria filosófica da particularidade.

TRADIÇÃO E PLURALISMO

Associado genericamente à noção de diferenciação de áreas, o conceito de região tem se constituído, ao longo da história moderna do pensamento geográfico, em um dos seus conceitos-chaves, os outros sendo os de paisagem, espaço, lugar e território.

Em torno do conceito de região desenvolveu-se intenso debate entre os geógrafos, debate que está centrado na procura de um conceito e um método que fornecessem à geografia a sua identidade, diferenciando-a tanto das ciências naturais como das ciências sociais².

Desde o início do último quartel do século XIX, quando a geografia é institucionalizada como disciplina nas universidades europeias, até 1970 aproximadamente, tres grandes acepções de região foram estabelecidas entre os geógrafos.

A primeira apoia-se nos dados da natureza. Trata-se da REGIÃO NATURAL, conceito adotado tanto pelos geógrafos físicos como por aqueles que adotaram o determinismo ambiental, isto é, a visão darwinista e neo-lamarckiana como base para o entendimento das relações entre homem e natureza. A região natural é concebida como uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza como, sobretudo, o clima, a vegetação e o relevo, combinação que vai se traduzir em uma específica paisagem natural: as áreas de cerrado e de floresta equatorial são exemplos de regiões naturais. Para aqueles geógrafos a região natural constitui-se no recorte espacial mais relevante para os seus propósitos³.

Entender a ação combinada dos processos naturais e o impacto da ação humana sobre a região natural são, ainda hoje, de grande interesse para os geógrafos em geral. Entretanto, a região natural não mais se constitui na referência espacial chave, entre os geógrafos, para explicar diferenças no processo de desenvolvimento econômico e social e, no limite, justificar a expansão colonial, tal como ocorreu no período entre 1870 e 1920 em que a visão determinista caracterizou o pensamento de parcela significativa dos geógrafos.

A segunda acepção de região origina-se de uma reação à matriz positivista que sustentava a leitura determinista da região natural. A matriz agora é o historicismo de base neo-kantiana, enfatizando a separação entre ciências naturais e sociais, atribuindo um caráter idiográfico aos eventos e às regiões, ao tempo e ao espaço. A História reduzia-se a uma sucessão de eventos em relação aos quais a contingência e a intencionalidade eram peças fundamentais para a compreensão da ação humana.

A região passa a ser vista como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural. Trata-se agora da REGIÃO-PAISAGEM, dois termos que nas línguas alemã e inglesa podem ser referidos com uma única palavra, respectivamente *LANDSCHAFT* e *LANDSCAPE*.

A região é agora entendida como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural. O arranjo dos campos, o sistema agrícola e o habitat rural, mas também o dialeto e os costumes estão, entre outros, constituindo um conjunto integrado de traços culturais que definem um GÊNERO DE VIDA. A região é vivenciada pelos seus habitantes que reconhecem sua existência concreta a ponto de nomeá-la: Pays de la Brie, Sertão, Amazônia, Campanha Gaúcha, etc. Por outro lado os habitantes tinham a sua identidade referenciada à região que habitavam⁴.

O período que se estende de 1920 a 1950 caracterizou-se, na história do pensamento geográfico, pela importância assumida pelo conceito de região-paisagem.

A década de 1950 foi marcada, na geografia, sobretudo nos países de língua inglesa, pela denominada revolução teórico-quantitativa, de base eminentemente lógico-positivista. Emerge então a terceira acepção de região entre os geógrafos. Acepção que, contudo não elimina as anteriores.

A região é considerada a partir de propósitos específicos, não tendo a priori, como no caso da região natural e da região-paisagem, uma única base empírica. É possível identificar regiões climáticas, regiões industriais, regiões nodais, ou seja, tantos tipos de regiões quantos forem os propósitos do pesquisador. A região natural e a região-paisagem passam a ser apenas uma das múltiplas possibilidades de se recortar o espaço terrestre. A região constitui-se para os geógrafos lógico-positivistas em uma criação intelectual, criada a partir de seus propósitos específicos.

Conceitualmente a região é uma CLASSE DE ÁREA, isto é, um conjunto de unidades de área, como os municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença face a outros conjuntos. Os princípios da taxonomia são adotados e os procedimentos operacionais são os da estatística descritiva, entre eles as medidas de variabilidade, a análise fatorial e a análise de agrupamento⁵.

Verificou-se uma profusão de estudos recortando os países em diferentes tipos de regiões homogêneas e regiões funcionais, as primeiras em torno de características consideradas como fixas e as segundas associadas aos diversos fluxos que percorrem o espaço. A vinculação entre estas numerosas regionalizações e o sistema de planejamento regional era, nos anos 60 e 70, muito nítida.

Não há dúvida que por volta de 1970 o pluralismo conceitual estava plenamente estabelecido entre os geógrafos no que diz respeito ao conceito de região. Pluralismo que se constituiu em um dos ingredientes de uma longa e complexa tradição.

A partir da década de 1970, no âmbito da incorporação de novos paradigmas à geografia, o conceito de região reaparece no interior de uma geografia crítica fundamentada no materialismo histórico e dialético, como também nas geografias humanista e cultural. Adicionalmente, o conceito de região desperta o interesse de não-geógrafos, daqueles que, de alguma forma se interessam pela dimensão espacial da sociedade. Novos conceitos de região foram produzidos por geógrafos e não-geógrafos, ampliando ainda mais o pluralismo conceitual.

Segundo Anne Gilbert tres conceitos de região foram desenvolvidos após 1970⁶. O primeiro refere-se à região como uma resposta aos processos capitalistas, sendo a região entendida como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. Trata-se da regionalização da divisão social do trabalho, do processo de acumulação capitalista, da reprodução da força de trabalho e dos processos políticos e ideológicos. Alguns autores argumentam ainda ser a região o resultado de práticas específicas de classe, de uma cultura distinta ou do regionalismo.

Merecem menção as contribuições, entre outras, de Coraggio, Massey e Smith que, com uma abordagem fundada no marxismo discutem o conceito de região⁷.

No segundo conceito a região é considerada como foco de identificação, sendo "definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares", uma "apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo" e, assim, "um elemento constituinte de uma identidade"⁸.

Duas tem sido as fontes desta abordagem. Uma é a geografia humanista que se apoia nas filosofias do significado e que, em última instância, considera a região como um espaço vivido. Esta concepção se distancia muito da tradicional conceitualização da região fundada na paisagem e no gênero de vida. A outra é a geografia cultural renovada, cuja origem remonta aos estudos sobre a paisagem realizados por geógrafos alemães, franceses e anglosaxônicos.

Os estudos de Piveteau, Tuan e Frémont são exemplos desta abordagem. A este respeito o título do livro de Frémont é sugestivo: "Região - Espaço Vivido"⁹.

A região como meio para interações sociais constitui-se no terceiro modo de sua conceitualização pós-1970. Trata-se de uma visão política da região com base na idéia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas. Os estudos de Pred, Gregory e Raffestin são exemplos desta abordagem pós-70 da região¹⁰.

AS RAZÕES DO PLURALISMO

Os tres conceitos de região que emergiram após-1970 têm em comum o fato de estarem apoiados na idéia da persistência da diferenciação de áreas, não compartilhando a tese de que o mundo esteja se tornando homogêneo, indiferenciado e, conseqüentemente as regiões estejam desaparecendo: ao contrário, admitem o processo

de sua transformação. Deste modo a percepção da diferenciação de áreas, nítida no final do século, é plenamente ratificada.

É necessário apontar e ressaltar que o debate sobre a natureza da região inicia-se em um momento em que o mundo, sob a égide do capitalismo industrial, já está simultaneamente unificado e dividido, podendo-se falar em uma economia mundial, conforme assinala Eric Hobsbawn¹¹. segundo este autor a História de cada porção da superfície terrestre não é mais autônoma mas dependente, em maior ou menor grau, de processos gerais, universais. A globalização, etapa superior da espacialidade capitalista, que emergirá a partir do final da 2ª Guerra Mundial, torna mais complexa ainda a fragmentação articulada da superfície terrestre.

A fragmentação exprime-se na divisão territorial do trabalho que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, mas também por outras características sociais, culturais e políticas espacialmente variáveis. A articulação, por sua vez, exprime-se pelos diversos fluxos materiais e imateriais que percorrem a superfície terrestre, integrando pontos e áreas diversos¹².

A economia mundial e a globalização econômica não geraram a homogeneização global mas ora ratificaram, ora retificaram as diferenças espaciais que já existiam. O capitalismo industrial, em realidade, criou, desfez e refez unidades regionais nos diferentes continentes. As que foram pouco ou nada afetadas passaram a constituir-se em "regiões de reserva" que o futuro iria afetar.

As regiões pré-existentes, refeitas ou recém-criadas, por outro lado, tornaram-se articuladas, originando uma economia mundial cuja configuração espacial que se assentava em um único mosaico passou a se tornar cada vez mais complexa, constituída de regiões de diversas dimensões, formas e conteúdos. A partir da segunda metade do século XIX o único mosaico que recobria a superfície da Terra começava a ceder lugar para diferentes recortes espaciais que se superpunham.

A fragmentação articulada que caracteriza a globalização é mais complexa, implicando na afirmação de múltiplos mosaicos que se acham irregularmente superpostos. E organizados espacialmente de tal modo que, dependendo do ângulo de nossa análise, privilegiamos apenas um dos múltiplos mosaicos superpostos. Isto é possível porque as diferenças espaciais podem ser descritas pela figura de um complexo caleidoscópio que já estava se formando a partir da segunda metade do século XIX.

O mesmo se pode dizer das redes que articulavam as diversas regiões. Os fluxos não estão mais sistemática e monotonicamente organizados de forma hierárquica, originando um único padrão de rede que uniformemente recobria a superfície terrestre a partir da segunda metade do século XIX. Os fluxos tornaram-se mais densos, mais variados e multi-direcionados. Há diferentes redes recobrando a superfície terrestre, redes que são planejadas e espontâneas, formais e informais, temporárias e permanentes, materiais e imateriais, regulares e irregulares¹³.

E mais. A partir do pós-guerra o processo de fragmentação articulada tornou-se mais acelerado. A capacidade do capitalismo (re)fragmentar e (re)articular a superfície terrestre foi ampliada. Em outras palavras, o espaço do homem foi fortemente submetido a um processo de reconstituição das diferenças espaciais, processo que assumiu enorme rapidez¹⁴. Fazer, desfazer e refazer as diferenças espaciais tornou-se, de forma mais eloquente, uma das características da economia global, ainda que permaneça a diferencialidade espaço-temporal. O Brasil, neste sentido, apresenta-se como um rico laboratório para o estudo da criação, do desfazer e do refazer de regiões.

As mudanças na organização espacial que a economia mundial primeiramente provocou e que foram aceleradas pela globalização econômica, foram, de um modo ou de outro, percebidas pelos geógrafos. Admitimos, em realidade, que os diversos conceitos de região que os geógrafos desenvolveram constituem respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram e observam o mundo real já complexamente fragmentado e articulado. Com a globalização este processo de exercer muitos olhares

sobre o espaço do homem foi acentuado. Pois a realidade assim o permite como, mais timidamente, já permitia no final do século XIX e início do século XX.

REGIÃO E A CATEGORIA DA PARTICULARIDADE

A diferenciação de áreas, resultante tanto de processos de natureza como sociais e razão de ser da própria geografia como um saber dotado de uma relativa autonomia, constitui-se na base da possibilidade de se poder falar em região.

Mas a diferenciação de áreas não está, no nosso entender, associada à noção de unicidade hartshorniana (uniqueness)¹⁵. Não se associa à idéia de SINGULARIDADE que entendemos vincular-se ao conceito de lugar, mas sim à idéia de PARTICULARIDADE, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o SINGULAR (a especificação máxima do universal)¹⁶.

Segundo Lukacs o

“movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular: ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximativamente adequado”¹⁷.

A particularidade, continua Lukacs “com relação ao singular, representa uma universalidade relativa e, com relação ao universal, uma singularidade relativa”¹⁸. E mais, para Lukacs o particular tem ocorrência na natureza e na sociedade através da espécie, gênero, classe, estrato e, no nosso entender, na região.

A particularidade traduz-se, no plano espacial, na região. Esta resulta de processos universais que assumiram especificidades espaciais através da combinação dos processos de INÉRCIA, isto é, a ação das especificidades herdadas do passado e

solidamente ancoradas no espaço, de COESÃO ou economias regionais de aglomeração que significa a concentração espacial de elementos comuns numa dada porção do espaço e de DIFUSÃO que implica no espraiamento dos elementos de diferenciação e em seus limites espaciais impostos por barreiras naturais ou socialmente criadas.

Com a globalização o caráter PARTICULAR da região, não mais dotada de autonomia, como talvez pudesse ser concebido em relação às velhas regiões-paisagens européias, fica claramente evidenciado. E as múltiplas possibilidades de recortar a superfície terrestre tornam a categoria da particularidade mais relevante.

Neste sentido, além da própria realidade demandar o conceito de região, ela constitui-se na mais importante via geográfica de se introduzir na geografia a relevante e difícil categoria da particularidade.

ALGUNS QUESTIONAMENTOS À GUISA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns questionamentos podem ser agora formulados à guisa de considerações finais. Referem-se elas ao Brasil, um notável laboratório para os estudos regionais, um país onde os processos sociais têm sistematicamente se realizado de modo espaço-temporalmente diferenciado, onde a criação, o desfazer e a recriação de regiões se processam com enorme rapidez, não se verificando uma estabilidade regional longamente enraizada.

Entre as possíveis questões indicam-se as seguintes:

- ❖ Que transformações regionais verificaram-se e estão se verificando a partir da industrialização da agricultura que afetou a estrutura fundiária, as relações de produção, a pauta dos produtos cultivados e os sistemas agrícolas, o habitat e a paisagem rural, assim como as densidades demográficas rurais?
- ❖ O que significa, na década de 1990, falar em Sertão, Agreste e Zona da Mata, tradicionais regiões do Nordeste? Outros exemplos poderiam ser mencionados (Campanha Gaúcha, Alto Uruguai, Norte Paranaense, Zona Bragantina, Recôncavo Baiano, Campos Gerais, Oeste Paulista, entre tantos outros).

1. Que novas regiões estão sendo criadas no Brasil? Que processos sociais gerais e que agentes estão produzindo novos recortes espaciais que são, pouco a pouco, reconhecidos pelos seus habitantes, muitos dos quais recém-chegados? A este respeito acreditamos que a Amazônia constitui-se em grande região no interior da qual regiões menores AINDA irão se constituir, enquanto outras estão em pleno processo de elaboração.
2. Que questão regional pode ser identificada em cada uma das grandes regiões brasileiras? Em outras palavras, qual o embate entre o VELHO (a organização sócio-espacial pré-existente) e o NOVO (novos elementos econômicos e culturais) em cada uma das regiões, embate este que acaba levando ao desfazer da velha região e o refazer de outra, nova, mas que contém traços da antiga.

A região, esta particularidade dinâmica, continua a desafiar os geógrafos em sua tarefa de tornar inteligível a ação humana no tempo e no espaço.

NOTAS

1. Consulte-se sobre o assunto Yves Lacoste "A Geografia Serve Antes de mais Nada para Fazer a Guerra". Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.
2. Vejam-se, sobretudo: Richard Hartshorne em seu clássico "The Nature of Geography". *Annals of the Association of American Geographers*, 29(3-4), 1939; Horacio Capel. "Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporanea". Barcelona, Barcanova, 1981; e Preston James "All Possible Worlds: A History of Geographical Ideas". Indianapolis, The Odyssey Press, 1972.
3. Exemplos desta concepção estão em A.J.Herbertson "The Major Natural Regions: An Essay in Systematic Geography". *Geographical Journal*, 1905 e Charles R. Dryer "Natural Economic Regions". *Annals of the Association of American Geographers*, 5, 1915.
4. Sobre esta visão consultem-se os já mencionados estudos de Yves Lacoste, Richard Hartshorne, Horacio Capel e Preston James. Consulte-se também Paul Claval "Evolución de la Geografía Humana". Barcelona, Oikos-tau S.A., 1974.

5. Estudo fundamental sobre a visão lógico-positivista da região é o de David Grigg "Regiões, Modelos e Classes". *Boletim Geográfico*, nº 234, 1973.
6. Anne Gilbert "The New Regional Geography in English and French - speaking Countries". *Progress in Human Geography*, 12(2), 1988. Consulte-se também Aluizio C. Duarte "Regionalização - Considerações Metodológicas". *Boletim de Geografia Teorética*, 10(20), 1980.
7. Vejam-se José Luis Coraggio "*Territorios en Transición*". Quito, Ciudad, 1987; Doreen Massey "*Spatial Divisions of Labour: Social Structure and the Geography of Production*". Londres, MacMillan, 1984; Neil Smith "*Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*". Oxford, Basil Blackwell, 1984.
8. Anne Gilbert, op.cit., pp. 210.
9. Consultem-se os estudos de J.L.Piveteau "Le Sentiment d'Appartenance Régionale en Suisse". *Revue de Géographie Alpine*, 57, 1969; Yi-Fu Tuan "*Espaço e Lugar*". São Paulo, DIFEL, 1983; André Frémont "A Região, Espaço Vivido". Coimbra, Livraria Almedina, 1980.
10. Allan Pred "Place as a Historically Contingent Process: Structuration and Time-Geography of Becoming Places". *Annals of the Association of American Geographers*, 4(2), 1984; Derek Gregory "Human Agency and Human geography". *Transactions of the Institute of British Geographers*, 6, 1981; Claude Raffestin "*Por Uma Geografia do Poder*". São Paulo, Editora Ática, 1993. Esta corrente é fortemente influenciada pelo pensamento de Anthony Giddens. Sobre o assunto consulte-se Joost Hauer "What About Regional Geography After Structuration Theory", in *Regional Geography: Current Development and Future Prospects*, organizado por R.J.Johnston, J.Hauer e G.A. Hoekveld. London, Routledge, 1990.

Eric Hobsbawm "A Era do Capital - 1848-1875". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Milton Santos "Os Espaços da Globalização". *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1993.

Roberto Lobato Corrêa "Redes, Fluxos e Territórios: Uma Introdução". *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1993.

Anne Gilbert, op. cit..

Richard Hartshorne, op. cit..

Georg Lukacs "Introdução a Uma Estética Marxista - Sobre a Categoria da Particularidade". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

Georg Lukacs, op. cit., p.112.

Georg Lukacs, op. cit., p.117

10 – A ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO ESPAÇO BRASILEIRO*

O que se segue constitui-se em uma reflexão a respeito da organização regional do espaço brasileiro. De fato, não se trata do resultado de uma pesquisa sistemática, direcionada para se redefinir a nova regionalização do país, mas sim de uma reflexão com base na experiência como consultor do Atlas Nacional do Brasil que o IBGE está fazendo.

Falar da organização regional do espaço brasileiro é algo muito complexo, pois se trata da regionalização de um país de grandes dimensões que tem passado por um complexo e desigual processo de diferenciação que envolve o espaço e o tempo. E mais, que envolve ritmos distintos de transformação e, ao que parece, tendem a se tornarem mais velozes ao final do século XX. Podemos, contudo, fazer uma reflexão sobre o tema em questão, apresentando-o em seus aspectos mais gerais e, após, tecer alguns questionamentos.

Os processos sociais e econômicos que a partir da década de 1950 passaram a atuar sobre a organização espacial brasileira geraram, entre outras consequências, uma nova regionalização caracterizada por três grandes regiões, o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia.

O CENTRO-SUL é definido pelas regiões do Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e mais as seguintes unidades da federação, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. O NORDESTE é constituído por oito Estados, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A AMAZÔNIA, por sua vez é definida pelas unidades da região Norte (Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia) e mais os Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

A organização regional do país que ora se apresenta difere da que ainda está vigente. Verifica-se, de um lado, a fusão das regiões Sudeste e Sul gerando o CENTRO-SUL que inclui ainda parte da antiga região Centro-Oeste. Esta, por outro lado, desaparece, parte passando a integrar o CENTRO-SUL, parte a AMAZÔNIA. O desaparecimento da região Centro-Oeste foi viabilizado pela fragmentação político-administrativa que ali se verificou na década de 80, a qual reflete, por sua vez, processos mais acentuados de diferenciação sócio-econômica do território. A AMAZÔNIA teve seu território ampliado, aproximando seus limites da denominada Amazônia Legal.

Mas deve-se considerar que a regionalização aqui apresentada está apoiada em limites formais, isto é, político-administrativos. Se considerarmos outros limites que os estaduais, veremos, com certeza, que o Nordeste avança pelo Norte mineiro, fato que a SUDENE reconhece plenamente. Veremos também que os chapadões sedimentares do oeste baiano, que passam por intenso processo de modernização agrícola, poderão estar incluídos na região CENTRO-SUL do país e não no Nordeste. Mas estes e outros acertos, contudo, não afetam a base da organização regional do país em três grandes regiões.

Trata-se, efetivamente, de três Brasis e não mais de dois como se referia Jacques Lambert em seu clássico "Os Dois Brasis". Mas os três Brasis estão articulados entre si e não mais desarticulados.

As três grandes regiões podem ser reconhecidas como expressão de uma nova divisão territorial do trabalho vinculada à dinâmica da acumulação capitalista internacional e brasileira e aos numerosos conflitos de classe. Ambos, por sua vez, impactaram sobre a natureza e a organização espacial prévia que já se caracterizava por enorme desigualdade.

A nova divisão territorial do trabalho desfaz e refaz a organização espacial e a cada etapa a desigualdade sócio-espacial é refeita; a regionalização é refeita, desfazendo antigas regiões que tiveram existência sob outros processos e condições. Neste aspecto o

Brasil é um amplo laboratório de experiências já realizadas e a se realizarem, isto é, de construção e reconstrução do território.

As três grandes regiões diferenciam-se entre si em razão de apresentarem:

- ↳ Distintas especializações produtivas, ou seja, diferenças naquilo que é produzido e no modo como a produção se realiza, envolvendo, de um lado, produtos distintos e, do outro, os meios de produção e as relações sociais de produção.
- ↳ Distintos modos e intensidade como se verifica a circulação, o consumo e a gestão das atividades.
- ↳ Distintas organizações espaciais, isto é, diferentes formas materiais, criadas pelo trabalho social, em seu arranjo espacial. A distinção refere-se à natureza e à densidade dos fixos criados pelo homem (campos, estradas, dutos, portos, cidades, etc.).
- ↳ Distintos níveis de articulação interna, inter-regional e internacional.

O Centro-Sul pode ser definido como sendo a “core area” do país, o coração econômico e político da nação. As características que se seguem procuram dar conta deste caráter fundamental da região em tela.

- a) Concentração dos principais centros de gestão econômica e política do país. São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília constituem os três mais importantes, concentrando as sedes sociais das grandes corporações privadas vinculadas à produção, circulação e distribuição, das empresas estatais e do próprio aparelho de Estado. A metrópole paulista é, contudo, o grande centro nacional, a capital do capital, o principal centro de gestão e acumulação do país.

Na região CENTRO-SUL, entretanto, há outros centros que também exercem um significativo papel na gestão de atividades econômicas de amplo alcance espacial: os centros metropolitanos de Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, mas também as cidades de Campinas, Ribeirão Preto, Londrina, Blumenau, Joinville e Caxias do Sul,

entre outras. E ainda cidades menores, que sediam poderosas empresas de atuação nacional, como são exemplos, entre outras, Criciúma, Concórdia e Videira.

- b) Concentração da produção industrial do país. A atividade industrial está espacialmente organizada em quatro regiões industriais. A primeira, que tem seu epicentro em São Paulo, estende-se, de um lado, à Baixada Santista e, de outro, à cidade de Sorocaba; estende-se ainda pelo Vale do Paraíba até à metrópole carioca, prolongando-se pelo interior paulista através de cidades como Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Americana, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto. É a principal região industrial do país, diversificada e em expansão.

A segunda tem como centro a metrópole de Belo Horizonte, estendendo-se pela denominada "Zona Metalúrgica" (Conselheiro Lafaete, Divinópolis, Sete Lagoas, e Ipatinga estão aí incluídos). A terceira inclui os centros de Joinville, Blumenau, Brusque e outros, ou seja, o nordeste catarinense. A quarta, finalmente, estende-se de Porto Alegre a Caxias do Sul englobando numerosos centros menores.

- c) Urbanização, que decorre, em parte, de sua magnitude Industrial. Na região Centro-Sul localiza-se o embrião de uma ampla megalópole (São Paulo - Santos - Sorocaba - Vale do Paraíba - Rio de Janeiro - Campinas - Piracicaba - Ribeirão Preto), mas também de outras áreas urbanizadas como as de Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Vitória, Goiânia, Brasília, do Norte do Paraná, Florianópolis, etc.

- d) Densa rede de circulação, envolvendo os principais nós de circulação. Na região em questão estão os principais portos do país, Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Paranaguá e Rio Grande, os principais aeroportos, a rede rodo-ferroviária mais densa e a mais densa e intensamente utilizada rede de modernos meios de comunicação como o telex e o sistema Transdata. Esta densidade da rede de circulação, expressão das características apontadas acima, revela o forte grau de integração intra-regional; por outro lado, é a partir da região CENTRO-SUL que se dá a articulação nacional.

e) Principal área agropecuária do país. A importância do CENTRO-SUL aparece, em primeiro lugar, pela enorme variedade de sua produção que inclui produtos como o café, cana-de-açúcar, soja, algodão, trigo, laranja, milho, fumo, arroz, banana, uva, leite, lã, carne bovina e suína, e aves e ovos, entre outros. A esta enorme variedade acresce-se, em segundo lugar, o fato da região situar-se em primeiro lugar em valor e volume da produção em relação a esses produtos: poucos são aqueles com expressão econômica que são produzidos majoritariamente fora do Centro-Sul.

A região é aquela que mais foi afetada pelo processo de modernização da agricultura, incluindo não apenas os investimentos técnicos, mas também alterações na estrutura fundiária e nas relações de produção: a denominada “modernização dolorosa” foi mais sensível no Centro-Sul. Finalmente, é nesta região que se verifica uma mais nítida divisão territorial do trabalho, originando áreas especializadas ou com forte tendência à especialização produtiva.

f) Principal área em termos de mobilidade demográfica. A região Centro-Sul é o palco de fortes correntes migratórias internas que fluem para as grandes metrópoles, especialmente São Paulo, provenientes de Estados como o Paraná e Minas Gerais sobretudo. É também o mais importante foco de correntes migratórias oriundas do Nordeste, que tem na metrópole paulista o principal pólo de atração: a região mais desenvolvida é, assim, a de maior mobilidade demográfica.

g) Concentração de renda. O desenvolvimento capitalista mais acentuado vai traduzir-se na concentração da renda no Centro Sul, implicando em um mais elevado nível de consumo e no desenvolvimento maior das atividades terciárias. Como contraponto, contudo a região apresenta uma crescente massa de pobres, concentrada especialmente nas periferias das grandes cidades, e constituída, em grande parte, por migrantes.

b) Principal área política do país. É a região de maior efervescência política, palco de conflitos sociais diversos mais numerosos e evidentes.

i) Maior concentração de capital constante. Como resultado de uma mais intensa e complexa ação humana, é a região que apresenta maior concentração de estradas, cidades, hidroelétricas, etc., formas espaciais que ocupam mais densamente o território. Trata-se, por outro lado, das formas mais modernas que conferem elevado valor ao espaço. Como estas formas definem a organização espacial, pode-se afirmar que esta é, no Centro-Sul, a de maior complexidade e densidade.

O NORDESTE pode ser definido como a região das perdas. Das perdas econômica e demográfica sobretudo, mas também, ainda que em menor escala, do poder político. O conjunto de perdas pode ser sistematizado:

❖ Importância declinante da agropecuária no contexto nacional. O declínio já é antigo e pode ser caracterizado pela crescente menor importância da cultura canavieira, em parte sustentada por uma política protecionista, e pela queda da participação relativa na produção nacional de algodão, dois de seus mais tradicionais e importantes produtos. O cacau, produto que a Bahia detém, de longe, o primeiro lugar, está com a sua produção limitada, o que significa dizer peso declinante na economia agropecuária do país. Por outro lado, os demais produtos que conferem ao Nordeste uma especialização produtiva, são de pequena expressão nacional; entre eles estão o agave, a mamona e as frutas produzidas sob moderna tecnologia.

❖ Perda demográfica. O Nordeste tem se caracterizado como uma área de expulsão demográfica que tem no Centro-Sul o tradicional pólo de atração, especialmente as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Mais recentemente, após 1970, a Amazônia voltou a ser uma região de atração de nordestinos, que se dirigem especialmente para o leste paraense e a pré-Amazônia maranhense.

A mobilidade demográfica intrarregional é também acentuada, calcada em fluxos migratórios para as capitais estaduais, especialmente as metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza.

As perdas vão traduzir-se, também, pelo fato de suas atividades mais dinâmicas serem controladas de fora da região, estando voltadas para fora. A ação da SUDENE viabilizou a perda do controle das atividades regionais mais dinâmicas, assim como viabilizou a implantação de outros grandes projetos. Alguns recursos naturais e sobretudo o baixo custo da força de trabalho constituem a base dessas implantações que esvaziaram o Nordeste do controle de suas atividades mais modernas.

As perdas efetivadas sobre um espaço organizado de modo a voltar-se para fora ratificam o pequeno grau de articulação interna. O Nordeste caracteriza-se pela pequena divisão intrarregional do trabalho, e isto, aliado à forte integração-dependente ao Centro-Sul, faz com que as principais vias sejam direcionadas para a "core area" do país.

O baixo nível de renda da maior parte da população é outra característica regional. Associado a isto estão os índices baixos de escolaridade e qualidade de vida, e o índice elevado de mortalidade infantil, entre outros. Região pobre, contém, por outro lado, um limitado mas poderoso grupo de elevada renda que se especializa nas suntuosas orlas litorâneas das grandes cidades, locais de concentração da riqueza regional, gerada através do capital mercantil e fundiário.

Menor variedade e densidade das formas espaciais. Contrariamente à região Centro-Sul, o Nordeste caracteriza-se por um menor acúmulo de obras do homem sobre o território, sejam elas cidades, vias de comunicação, hidrelétricas, sejam campos agrícolas modernos. O território é, assim, menos valorizado e isto é, em um sentido relativo, uma expressão das perdas que caracterizam a região.

A despeito das perdas econômicas e demográficas, o Nordeste, contudo, apresenta no plano político uma importância desmesurada face ao que representa economicamente. A fragmentação político-administrativa aliada à força política e à aparente união dos grupos dominantes tradicionais e emergentes, tornam possível a venda da imagem do subdesenvolvimento regional, visando obter recursos públicos que, se não resolvem os problemas da região, contribuem para manter os grupos dominantes no poder.

A Amazônia é definida como a fronteira do capital. Trata-se, em realidade, de uma nova integração regional ao sistema capitalista, que se verifica pós-1970. Trata-se agora, diferentemente do que ocorreu no passado, quando do “boom” da borracha, de uma integração real, submetida ao capital financeiro e industrial, nacional e internacional, e não ao capital mercantil simplesmente. A integração implica em:

- a) Apropriação dos recursos naturais. Inclui estes recursos a própria terra, vista como reserva de valor, para exploração futura (grandes empresas nacionais e multinacionais possuem, cada uma, dezenas e mesmo centenas de milhares de hectares em terras), os diversos, minerais (ferro, bauxita, manganês, etc.), as madeiras e a terra barata, vista como possibilidade para a implantação pastoril.
- b) Dizimação física e cultural da base social prévia. Esta dizimação refere-se, em primeiro lugar, aos índios e, em segundo lugar, à população longamente enraizada na região, com um modo de vida próprio, integrada aos recursos florestais. As áreas reservadas aos índios e o assassinato de Chico Mendes são expressões mais dramáticas deste processo de dizimação física e cultural. A dilpidação da floresta é a expressão material da dizimação social.
- c) Correntes migratórias para a região. Trata-se, de um lado, de um fluxo de migrantes constituído por excedentes da denominada modernização dolorosa do Centro-Sul; o destino destes migrantes tem sido Rondônia e Mato Grosso, mas o Acre e Roraima

já recebem também levas de migrantes. De outro, trata-se de um fluxo de nordestinos, excedentes do atraso e da pobreza do mundo rural do Nordeste, que se dirige para o Maranhão e a porção oriental do Pará.

- d) Investimentos pontuais de capital. A construção de hidroelétricas, aeroportos, portos, núcleos de mineração e de transformação industrial, e de um mais complexo “enclave” industrial (Manaus) são exemplos destes investimentos que viabilizam integração regional ao sistema capitalista, seja consumindo produtos industrializados, seja através da criação de condições para a produção capitalista moderna.
- e) Integração ao mercado do Centro-Sul, envolvendo tanto matérias-primas como produtos industrializados. A construção de rodovias ligando o Centro-Sul à Amazônia é a expressão mais visível desta integração. Primeiramente foi a rodovia denominada Belém-Brasília (em realidade trata-se de uma ligação São Paulo-Belém via Brasília) e após rodovias ligando, de um lado, Santarém e, de outro, Porto Velho e Manaus, à rede viária da “core area”. Deste modo a economia industrial do Centro-Sul encontra condições de penetrar de fato na Amazônia, desestruturando, em grande parte, uma circulação que assumia um padrão dendrítico, convergente para Belém, a tradicional metrópole regional.
- f) Diferentes tipos de conflitos sociais. Envolvem eles a grande empresa capitalista, o latifundiário pecuarista, a população indígena, os pequenos produtores, peões das fazendas, seringueiros e garimpeiros. A terra está no centro dos conflitos; trata-se de conflitos entre a reprodução do capital e a reprodução do pequeno produtor, de um lado, e entre ambos e a população indígena, de outro.
- g) Continuidade do processo na década de 90. A Amazônia é fronteira do capital também pelo fato de que há ainda muito espaço a ser ocupado, muitos recursos a serem dilapidados, e muito conflito social a ser desenvolvido. Eventos que ocorrerão não apenas pela década de 90, mas também pelo século XXI.

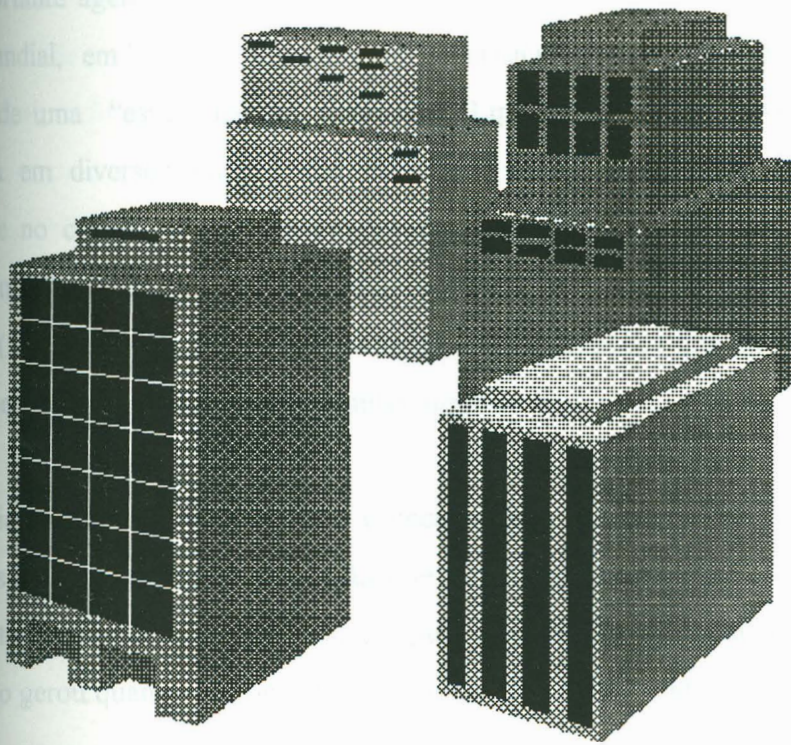
Vamos agora indicar algumas questões para reflexão.

- ⇒ Que regiões menores podem ser identificadas no interior de cada uma das três grandes regiões identificadas? Que critérios devem ser adotados para isto?
- ⇒ As velhas regiões menores foram desfeitas ou ainda permanecem? Refiro-me às regiões como, por exemplo, o Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, o Agreste Pernambucano, a Zona da Mata Mineira, o Recôncavo Baiano e o Mato Grosso de Goiás? Se foram desfeitas como o foram? Em que período? Através de que agentes sociais?
- ⇒ Que novas regiões menores surgiram no Centro-Sul? E no Nordeste? E na Amazônia, onde vários espaços foram profundamente transformados, desestruturados e reestruturados a partir de 1970? Quais foram os agentes sociais, em cada caso, responsáveis pela criação das novas regiões?
- ⇒ Qual a dialética da homogeneização/diferenciação ao nível do espaço intra-regional? O que é homogeneizado e o que é diferenciado? Quais as forças da homogeneização e de diferenciação? Quais os momentos do domínio de uma e de outra força?
- ⇒ Qual a relação entre regiões novas e velhas? Esta questão se justifica pelo fato de que no Brasil o processo de valorização do território se fez, em grande parte, através de frentes pioneiras que, a partir de regiões antigas, criaram novas regiões.
- ⇒ Com que rapidez está se dando o fazer e o desfazer de regiões no país? Em que medida o ritmo deste processo tem aumentado?

Estas são algumas questões sobre a temática em tela. Outras mais devem surgir.

As respostas a umas e outras contribuirão para uma melhor compreensão da organização regional do espaço brasileiro e de sua dinâmica.

Espaço e Empresa



INTRODUÇÃO

A grande corporação passou a constituir, após a Segunda Guerra Mundial, o mais importante agente da reorganização espacial capitalista. Sua ação traduziu-se, na escala mundial, em uma “nova divisão internacional do trabalho”(Cohen, 1981), geradora de uma “especialização sincrônica”(Lipietz, 1977) que envolve a produção simultânea em diversos lugares das diferentes partes componentes de um mesmo produto, e no conseqüente comércio internacional entre subsidiárias de uma mesma corporação. Traduziu-se também no aparecimento de verdadeiras “cidades mundiais”(Sachar, 1983), onde estão as sedes das corporações que atuam como centros de gestão econômica e territorial de amplas áreas do globo.

Criação de áreas de produção especializada e novas atividades urbanas, ambas articuladas entre si através da produção que circula entre elas e do processo de gestão que as integra em uma mesma organização, estão entre os impactos que a grande corporação gerou quando se considera o conjunto dos países onde atua.

ACUMULAÇÃO E CORPORAÇÃO

A grande corporação e a nova divisão internacional do trabalho derivam de um processo interno ao capitalismo. Resultam, de um lado, do conflito entre capital e trabalho e, de outro, da competição entre diferentes capitalistas. O conflito acima indicado, estrutural na sociedade capitalista, envolve melhores salários e condições de trabalho e acaba repercutindo na diminuição da taxa de exploração da força de trabalho e conseqüentemente na queda da taxa de lucro. A competição entre capitalistas, que não está dissociada do conflito entre capital e trabalho, vai traduzir-se no reinvestimento de

parte dos lucros visando ao aumento da capacidade competitiva através do aumento da produtividade: gera, entretanto, a ampliação do capital constante, suscitando também a diminuição da taxa de lucro (Palloix, 1978).

Como a acumulação capitalista está assentada na ampliação da taxa de lucro, fugindo-se mesmo da tendência à sua equalização, a internacionalização do capital aparece como uma solução para a sua reprodução ampliada: expansão para novos territórios onde o custo da força de trabalho é mais baixo, possibilitando o aumento da taxa de exploração e, portanto, da taxa de lucro (Palloix, 1978). Trata-se, na realidade, conforme argumenta Palloix, de uma outra fase do longo processo de internacionalização do capital. Não se trata apenas da valorização do capital-mercadoria, típica do capitalismo concorrencial, nem da valorização do capital-dinheiro, tal como Lenin (1979) analisa, mas do capital-produto, o qual leva à generalização crescente da atividade industrial nos países e regiões periféricas, que são assim mais efetivamente integrados em um amplo e complexo sistema econômico mundial.

CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS DA CORPORAÇÃO

No processo de expansão espacial do capital-produto verifica-se a consolidação da corporação. Apresenta ela várias características. Cinco delas são relevantes para os propósitos deste trabalho, estando todas elas interligadas entre si, assim como vinculadas ao processo de acumulação:

- ☞ **AMPLA ESCALA DE OPERAÇÕES.** Esta característica refere-se ao fato de a corporação manipular milhares e milhares de toneladas de matérias-primas, bens intermediários e produtos finais. Associa-se a isto a ampla diversidade de produtos manipulados e o elevado número de unidades produtivas e de serviços de que a corporação dispõe: sede, centro de pesquisa e desenvolvimento, escritórios de compra de matérias-primas, depósitos, unidades fabris, escritórios de venda, unidades de prestação de serviços especializados, etc. Essa escala de operações resulta tanto dos

investimentos criadores de novas unidades como da aquisição de empresas já existentes;

↳ a segunda característica da corporação é a sua NATUREZA MULTIFUNCIONAL. Deriva ela de um longo processo de incorporações sucessivas dos três modos de expansão de uma empresa em direção à multifuncionalidade (Pred, 1974). O primeiro deles caracteriza-se pelo fato de a empresa bem sucedida passar a possuir mais de uma unidade - empresas subsidiárias e estabelecimentos filiais -, produzindo os mesmos produtos. Trata-se da concentração horizontal, que resulta da fusão com/ou aquisição de empresas rivais e/ou criação de novas unidades localizadas em locais distintos daquele onde se localiza a empresa em expansão.

O segundo dos modos de expansão gerou, via mecanismos de criação, aquisição e fusão, a integração ou concentração vertical. Trata-se de diversas unidades funcionalmente integradas entre si, que realizam operações tecnicamente situadas tanto a montante, na confluência, como a jusante de uma operação básica: produzem-se assim, respectivamente, matérias-primas, bens intermediários e produtos finais diversos. As grandes e integradas empresas com suas filiais e subsidiárias já são os embriões das grandes corporações.

O último modo vai traduzir-se na multifuncionalidade, originando o conglomerado, a grande corporação altamente diversificada, com atividades que no plano técnico não estão vinculadas entre si, como, por exemplo, a têxtil, metalurgia, pecuária e hotelaria. Esta multifuncionalidade resulta da política da diversificação dos investimentos visando a minimizar riscos: investe-se em setores e lugares diversos que apresentam possibilidades distintas de remuneração do capital;

↳ a SEGMENTAÇÃO DA CORPORAÇÃO, que se relaciona ao seu caráter multifuncional, constitui a sua terceira característica. Suas empresas componentes diferenciam-se entre si no que se refere ao nível de desenvolvimento tecnológico, à divisão do trabalho no âmbito da corporação, como também ao papel que desempenham no

processo de acumulação de capital da corporação, conforme apontam Taylor e Thrift (1983): empresas *leaders*, intermediárias, atrasadas (*laggards*) e de suporte;

↳ a quarta característica diz respeito às suas MÚLTIPLAS LOCALIZAÇÕES. São elas distintas entre si em termos de custos diferenciais da força de trabalho, especialização funcional, mercado consumidor e em termos de administração no âmbito da própria corporação.

Envolve também distinções entre localizações rurais e urbanas, estas diferenciando-se ainda no que se refere ao tamanho e às outras funções que desempenham. No mundo rural, uma corporação pode possuir, por exemplo, fazendas que sob exploração direta produzem matérias-primas e fazendas experimentais, que se localizam nas mais diversas regiões agrícolas de um dado país. Em relação ao urbano, por sua vez, a corporação pode atuar em pequenas, médias e grandes cidades, sobre as quais exerce um papel econômico e político variado: desde a *company town*, criada e administrada por ela segundo seus propósitos, ao grande centro metropolitano que contém uma gama complexa de empresas de todos os tipos e dimensões.

Há, assim, uma divisão territorial do trabalho específica a uma dada corporação. Esta divisão, por sua vez, está inserida, em maior ou menor grau, na divisão territorial do trabalho de um dado país e global; e

↳ a quinta característica refere-se ao enorme PODER DE PRESSÃO ECONÔMICA E POLÍTICA que possui. Traduz-se, no plano espacial, na gestão do território, entendida como o conjunto de práticas econômicas e políticas visando ao controle da organização espacial, aí incluindo-se a gênese e a dinâmica da mesma. Visam estas práticas a garantir a reprodução ampliada do capital personificado na corporação; contudo, participam elas do processo de reprodução geral da sociedade.

Na sociedade de classes, como a capitalista, diferenciada internamente por uma complexa estrutura de classes e por um poderoso, porém desigual, desenvolvimento das forças produtivas, a organização espacial é necessariamente desigual, qualquer que seja a escala considerada, internacional, nacional, regional e intra-urbana (Walker, 1978). Esta desigualdade espacial constitui uma das condições de reprodução geral da sociedade. Como a gestão do território é outro instrumento de reprodução da sociedade, acaba ela atuando no sentido de reproduzir as desigualdades espaciais. A gestão do território torna-se, na realidade, gestão das diferenças territoriais (Corrêa, 1989).

A grande corporação, em razão das características acima apontadas, contribui decisivamente para a manutenção, o desfazer e o recriar das desigualdades espaciais.

CORPORAÇÃO E CICLO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A complexidade que caracteriza a corporação - escala de operações, multifuncionalidade, segmentação, múltiplas localizações e poder econômico e político - vai se traduzir em um complexo ciclo de reprodução do capital que, por sua vez, está associado a uma complexa espacialidade. Através das diversas localizações e fluxos as empresas subsidiárias e seus estabelecimentos filiais efetivam a criação e recriação ampliada do valor contido em uma gama diversificada de produtos.

O ciclo de reprodução do capital inicia-se com o processo da metamorfose do capital-dinheiro em mercadoria. Neste processo a empresa holding da corporação emite ordens para as diversas localizações onde se situam as subsidiárias, filiais e empresas subcontratadas. Trata-se de ordens vinculadas à tomada de decisão de produzir - o que? quem? quanto? onde?

A metamorfose acima indicada implica necessariamente a compra da força de trabalho - base da criação do valor -, o que, via de regra, pressupõe um processo migratório envolvendo áreas e centros urbanos diversos. Esta é outra dimensão espacial

do ciclo de reprodução do capital que, no caso da grande corporação, implica amplo e complexo processo migratório que finaliza em diferentes áreas e centros onde ela atua.

Implica, também, a compra e manutenção dos meios de produção, ou seja, máquinas e equipamentos em geral, matérias-primas e bens intermediários provenientes tanto do campo como da cidade. Em relação à grande corporação, a produção de matérias-primas e bens intermediários diversos assim como, em vários casos, as fontes de energia podem estar sob controle direto através de subsidiárias, departamentos especializados ou empresas subcontratadas, localizadas nas diversas áreas de produção. Deste modo, várias porções do espaço são mobilizadas, envolvendo numerosas localizações e fluxos.

O processo produtivo, realizado em diversas unidades fabris, envolve outras espacialidades. Primeiramente através dos fluxos vinculados às inovações tecnológicas provenientes dos centros de pesquisa e desenvolvimento que tendem a uma localização próxima à sede da corporação, conforme indica Malecki(1979). Em segundo lugar vinculada à localização da força de trabalho em seus diferentes segmentos e sua circulação cotidiana entre local de residência e local de trabalho. O processo produtivo implica, também, a espacialidade de outros agentes vinculados tanto à reprodução da força de trabalho como à reposição do equipamento em geral, suscitando o aparecimento de várias atividades terciárias que, por sua vez, implicam novas localizações e fluxos: muitas dessas atividades são controladas pela corporação, entre estas a de formação profissional da força de trabalho e a de prestação de serviços de saúde.

A realização do valor pressupõe a circulação que torna possível a metamorfose das mercadorias produzidas em capital-dinheiro, agora, porém, valorizado. isto implica a distribuição atacadista e vendas varejistas geradoras de fluxos de mercadorias entre fábricas e depósitos e entre estes e as lojas varejistas. Implica, também, o deslocamento, por parte dos consumidores finais, às lojas varejistas localizadas segundo um padrão que basicamente reproduz a combinação da distribuição das densidades demográficas e da renda.

No caso da grande corporação, as transações atacadistas são realizadas através dos vários departamentos de vendas que, muitas vezes, controlam numerosos escritórios e depósitos: através deles as lojas varejistas são reabastecidas diretamente, suprimindo-se, assim, o intermediário atacadista ou o representante comercial - sob certas condições, entretanto, estes podem sobreviver e mesmo passarem por um processo de expansão. Outros centros urbanos, não incluídos entre aqueles onde a produção física se realiza, são acrescentados à rede de lugares da corporação, ampliando, assim, o seu espaço.

A efetiva apropriação do valor excedente pressupõe, finalmente, a circulação do capital-dinheiro valorizado em direção ao centro da gestão das atividades, onde está sediada a *holding* da corporação. Esta circulação se faz por via bancária. Explica-se, assim, em parte, a distribuição generalizada de agências de bancos comerciais pelo território e a tendência à localização conjunta, em grandes centros metropolitanos, das sedes sociais dos bancos e das empresas *holding* do setor produtivo. Junto a estas, localizam-se, quando existem, subsidiárias voltadas diretamente para o setor financeiro: o investimento de capital-dinheiro em papéis do mercado financeiro constitui uma alternativa que se insere no processo de acumulação de capital da corporação.

O ciclo de reprodução do capital no âmbito de uma corporação é muito complexo. A descrição acima é apenas uma pálida e incompleta imagem da realidade que sempre é mais rica do que as nossas teorizações. Admitimos, contudo, que possa contribuir para a compreensão de situações singulares.

CORPORAÇÃO E ESPAÇO

As grandes corporações desempenham papel fundamental na organização do espaço. Consumidoras de uma gama variada de matérias-primas, interferem no processo produtivo de áreas agropastoris e mineradoras. Consumidoras e produtoras de uma gama

também variada de produtos intermediários e finais, as corporações estabelecem ligações internas entre si e com outras empresas dos setores industrial, comercial e de serviços.

Ao empregarem um número elevado de pessoas, interferem no mercado de trabalho e na esfera do consumo pessoal, gerando o aparecimento de novas atividades e novos empregos.

Dada a escala de suas atividades e o poder econômico e político que possuem, as grandes corporações tem seu processo de acumulação viabilizado pelo Estado, que tem assumido o papel de implantar parte da infraestrutura - hidrelétricas, rodovias, portos, etc. - e mesmo produzir certos bens de capital, diminuindo seus investimentos em um capital constante cuja remuneração é lenta.

O conjunto de práticas efetivadas pelas grandes corporações tem uma necessária espacialidade. Algumas já foram indicadas anteriormente. Vejamos dois outros tipos de espacialidade que são de fundamental importância para a compreensão da organização espacial e sua dinâmica. O primeiro refere-se àquele derivado dos processos de integração internos a cada corporação; o segundo diz respeito aos impactos que a ação das corporações gera sobre a organização espacial preexistente.

A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

A complexidade da corporação, resultado tanto da criação de novas firmas e estabelecimentos como da aquisição e fusões, envolve uma gama variada de localizações e produtos. Esta complexidade implica um duplo modo de integração. De um lado, em uma integração administrativa, conforme apontam Hymer (1978), baseado em Chandler e Redlich, e Kafkalas (1985), entre outros. De outro, em uma integração vinculada à produção, tal como se referem Hakanson (1979) e Kafkalas (1985). Ambas as integrações apresentam uma dimensão espacial que, entretanto, não implica

necessariamente covariação. Denominaremos de integração territorial da gestão ao primeiro modo; ao segundo chamaremos de integração territorial da produção.

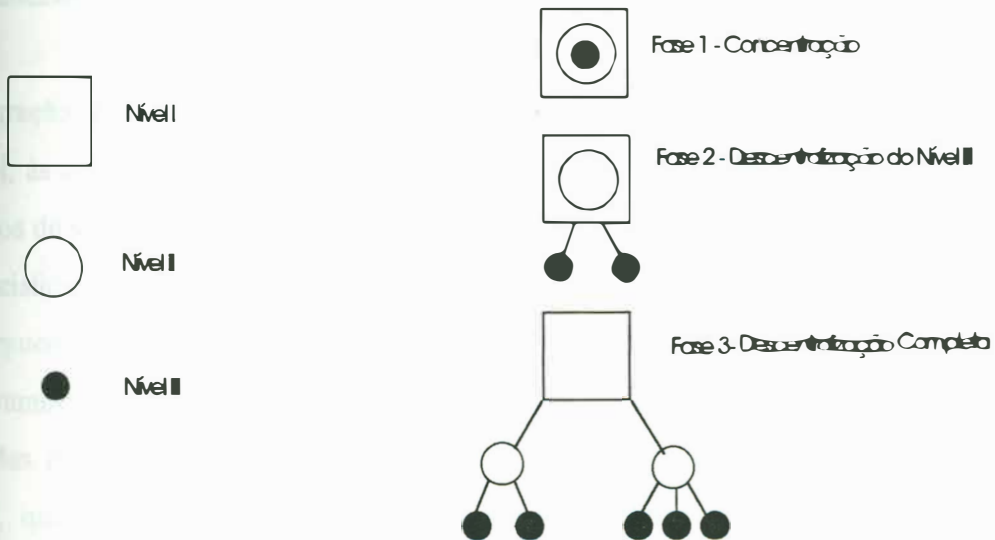
Segundo Hymer (1978), as grandes corporações apresentam uma estrutura administrativa em três níveis hierárquicos. O nível III refere-se à administração das operações diárias da corporação, obedecendo as regras pré-estabelecidas. O nível II tem como função a coordenação dos administradores do nível III; dispõe, segundo Clark (1985), de uma escala de tempo que é definida como de médio prazo. O nível I, por sua vez, corresponde ao nível superior, tendo como função a fixação de objetivos e o planejamento a longo prazo, definindo as regras em que os dois níveis inferiores devem atuar.

Estes três níveis apresentaram, ao longo da História, uma progressiva separação espacial à medida que a grande corporação ia sendo forjada (Hymer, 1978). Na pequena empresa com um único estabelecimento, os três níveis localizavam-se no mesmo lugar. Como o processo de concentração do capital era incipiente, havia numerosos centros que eram simultaneamente centros de gestão e de produção. Na corporação que emerge do bojo do processo de concentração, o nível III é descentralizado, dispersando-se pelos diversos locais onde a produção se realizava. Finalmente, com a grande corporação multifuncional e multilocalizada, os três níveis passam a ocupar distintas localizações. Estabelece-se, assim, a estrutura hierárquica da administração. A Figura 1 procura indicar, de modo diagramático, estas três fases, ao final das quais se verifica a integração territorial da gestão.

As atividades de nível III disseminam-se por todo o mundo, localizando-se junto à produção. As atividades de nível II, que implicam essencialmente empregos de escritório e sistema de comunicações e informações, tendem à concentração em localidades centrais de alto nível hierárquico, capitais e metrópoles regionais. Dispersão em centros eminentemente produtores e concentração em poucos centros de atividades terciárias caracterizam a localização dos dois níveis acima mencionados.

FIGURA 1
 DINÂMICA ESPACIAL DAS FUNÇÕES DE
 DECISÃO E CONTROLE
 (Apud S.Hymer)

FUNÇÕES DE DECISÃO E CONTROLE



As atividades de nível I, por sua vez, tendem a se concentrar em cidades ainda maiores, grandes metrópoles nacionais ou internacionais. Caracterizam-se estas cidades, "lugares de atividades quaternárias" (Semple, 1985), pela maciça concentração de unidades de nível I de outras corporações e pela presença de sedes sociais de empresas de serviços funcionalmente associados às grandes corporações, bancos, seguradoras, firmas de consultoria, auditoria e advocacia especializada (Cohen, 1981), e ainda parcela considerável dos centros de pesquisa e desenvolvimento. Nestas metrópoles são viabilizados os contatos pessoais interorganizacionais, em grande parte pela interpenetrante participação dos mesmos diretores em diversas empresas e corporações (Green, 1983), bem como pela enorme acessibilidade intermetropolitana por via aérea (Pred, 1974). Nestes centros localizam-se, adicionalmente, os segmentos mais importantes de um complexo sistema de telecomunicações. É destes centros que são tomadas decisões que afetam não apenas uma mas também outras corporações e pequenas empresas, decisões que se estendem por ampla área do globo.

As cidades em tela são aquelas denominadas de “cidades mundiais” por Shachar (1983), entre as quais Nova Iorque, Londres e Tóquio são os melhores exemplos. Correspondem elas aos centros do tipo I de Lipietz (1977), locais de concentração das redes sociais das grandes corporações, e onde se verifica a acumulação autocentrada, onde está o controle real do complexo processo de valorização do capital e onde o processo de trabalho é decidido em termos técnicos.

A integração territorial da produção deriva das articulações materiais vinculadas, de modo geral, às operações de comercialização e beneficiamento de matérias-primas, em muitos casos de sua própria produção, transformação industrial e venda dos produtos finais. A espacialidade desta integração pode ser muito complexa, não assumindo um padrão hierárquico. Esta integração é, na realidade, uma atividade-fim, aquela que viabiliza efetivamente, ao nível da corporação, a realização do ciclo de reprodução de seu capital. Mas para que esta integração se efetive torna-se necessária a integração administrativa, que tem na sede social da corporação o efetivo centro da gestão econômica e territorial.

A dupla integração territorial acaba constituindo elemento fundamental da gestão do território. De fato, a integração administrativa implica decisões e ordens que se traduzem em fluxos de capital, matérias-primas, produtos intermediários, força de trabalho e produtos finais. Fluxos que se cristalizam em uma dada organização espacial e sua dinâmica. É, assim, gestão do território.

A Figura 2 indica um exemplo dos dois tipos de integração em uma corporação hipotética. Possui ela um certo grau de complexidade, apresentando diferentes unidades do denominado terciário produtivo - a sede social, um centro de pesquisa e desenvolvimento, três escritórios ligados à produção, onde se fazem, por exemplo, os contatos para compras de matérias-primas, e três escritórios de vendas dos diversos produtos finais, um deles localizando-se junto à sede social. Possui quatro unidades de beneficiamento de minerais, três de rebeneficiamento e três unidades que beneficiam produtos agrícolas, que acabam exercendo um papel de controle, de subordinação, sobre

áreas de produção agrícola. No topo do processo produtivo estão duas fábricas onde se realiza a produção final.

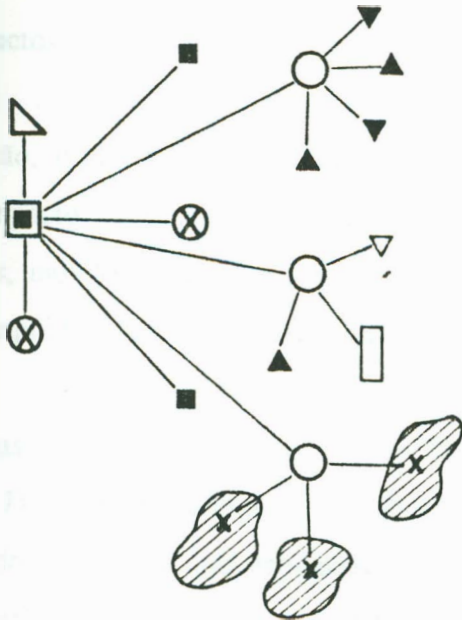
Como cada uma das 19 unidades subordinadas à sede localiza-se em um distinto centro urbano, há uma evidente necessidade de integração territorial, em cujo bojo emerge a rede urbana da corporação. A integração, por outro lado, se faz duplamente. Há uma integração territorial da gestão que assume uma espacialidade eminentemente hierárquica onde estão presentes os três níveis administrativos a que Hymer se refere. O nível I encontra-se na sede social, de onde emanam ordens e decisões para toda a corporação. O nível II encontra-se nos três escritórios regionais ligados à produção. Comandam as atividades dos centros de beneficiamento e rebeneficiamento onde estão localizados os níveis III da estrutura administrativa da corporação. Este nível acha-se também disseminado pelas fábricas, escritórios de vendas e centros de pesquisa e desenvolvimento.

A integração territorial da produção assume uma espacialidade mais complexa, não hierárquica, com ligações entre diversas unidades, gerando um padrão espacialmente convergente de matérias-primas brutas, beneficiadas e rebeneficiadas, e divergente no que se refere aos produtos finais. A rede urbana da corporação, que assumia uma natureza hierárquica na integração territorial da gestão, passa a constituir-se agora de centros funcionalmente especializados.

Há, assim, uma rede de cidades-chaves, conforme aponta Hymer (1978), associada à grande corporação. Nela existe uma hierarquia em termos de decisões e uma especialização no que tange à produção. Trata-se, na realidade, de uma rede necessária ao processo de acumulação de capital, rede que é uma das cristalizações dos diferentes fluxos que se verificam no espaço econômico. Culminando esta rede está o grande centro de gestão econômica, local de concentração das sedes sociais das grandes corporações - na maioria dos casos este centro constitui, também, capital nacional, ainda que não necessariamente como se evidencia com Nova Iorque, Hamburgo e Frankfurt, Milão, Sydney e São Paulo - que, por esta via, tornam-se os centros de gestão do território.

INTEGRAÇÃO DE UMA CORPORAÇÃO HIPOTÉTICA

A- INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DA GESTÃO



1- UNIDADES DO TERCIÁRIO PRODUTIVO

- Sede Social
- △ Centro de Pesquisa
- Escritório Regional de Produção
- Escritório Regional de Vendas

2- UNIDADES FABRIS

- X Beneficiamento de Produtos Agrícolas
- ▽ Beneficiamento de Minérios
- ▭ Beneficiamento de Minérios
- ▲ Rebeneficiamento
- ⊗ Produtos Finais

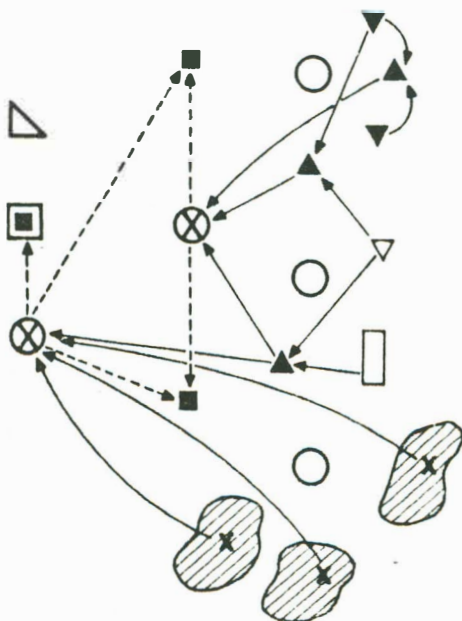
3- FLUXOS

- Administrativo
- Produtos Beneficiados
- > Produtos Finais

4- ÁREAS AGRÍCOLAS SUBORDINADAS



B- INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DA PRODUÇÃO



Os IMPACTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Os impactos resultantes da ação das grandes corporações sobre a organização espacial pré-existente são múltiplos, afetando as suas dimensões econômica, social, política e cultural, assim como as formas espaciais. Consideraremos apenas dois dos mais importantes impactos:

- a manutenção, o desfazer e a recriação das diferenças espaciais constituem o principal impacto. Resultam elas da ação das corporações multifuncionais, segmentadas, multilocalizadas e dotadas de grande escala de operações e poder econômico e político, sobre uma organização espacial prévia, já desigual.

As diferenças espaciais são funcionais ao sistema capitalista, conforme aponta Lipietz (1977), constituindo importante alicerce para a sua existência e reprodução. Neste sentido a tese da inevitabilidade e necessidade de um desenvolvimento capitalista desigual é muito pertinente (Browett, 1984). A tese da homogeneização do espaço pelo capital, por outro lado, é uma meia verdade, referindo-se à generalização das relações de produção capitalista e a certos aspectos culturais. Já a tese da equidade espacial, propugnada no âmbito do planejamento, constitui uma ideologia tecnocrática.

As novas especializações produtivas, tanto rurais como urbanas, resultantes de novos padrões locacionais relevantes para a acumulação capitalista, vão traduzir-se na recriação das diferenças espaciais. Diferenças de custos da força de trabalho, na distribuição dos recursos naturais, da infraestrutura e dos mercados consumidores são fatores que afetam as novas localizações, geradoras, por sua vez, de novos padrões de interações espaciais. Mas as grandes corporações têm poderosas economias internas de escala e podem prescindir dos fatores locacionais tradicionais, implantando um estabelecimento industrial em uma ampla gama de pequenas cidades que, em um passado não muito distante, jamais atrairiam

atividades industriais. Com isto as diferenças espaciais são refeitas: a singularidade dessas cidades é alterada, elas sendo inseridas de novo modo na rede urbana.

A reestruturação do campo, envolvendo transformações na estrutura fundiária, nas relações sociais da produção, nos sistemas agrícolas, na pauta dos produtos cultivados e na paisagem agrária, constitui um outro poderoso impacto que se verifica desigualmente. A recriação de novos excedentes demográficos rurais e as consequentes correntes migratórias de destino rural e urbano são consequências da reestruturação do campo. Originam elas, de um lado, novas e bem ordenadas paisagens desprovidas de homens e, de outro, de outras que foram recriadas, guardando parte das formas e do conteúdo das antigas.

O aparecimento de novas cidades e de novas periferias urbanas, onde se concentra um exército de reserva que pode trabalhar tanto na cidade como no campo, é outra das consequências da ação direta e indireta das corporações no espaço urbano. Ao mesmo tempo novos setores de amenidades são ocupados pela elite e alta classe média que, em parte, dirige ou trabalha, direta ou indiretamente, para as grandes corporações. Deste modo as diferenças espaciais intra-urbanas são recriadas; e

a perda do poder de controle e decisão das cidades da hinterlândia dos centros de gestão, através de falências e dos processos de fusão e satelização funcional das empresas locais, que não apresentam condições de competição com a grande corporação (Westaway, 1974).

A perda em questão inclui não apenas atividades industriais, que em muitos casos são reestruturadas, mas também as atividades financeiras e comerciais através da penetração de filiais bancárias, lojas departamentais e de eletrodomésticos, e supermercados que pertencem aos grandes bancos e cadeias de lojas sediados nos grandes centros de gestão.

A perda do poder de controle e decisão desestrutura uma série de atividades das cidades da hinterlândia dos centros de gestão, implicando ainda a drenagem de lucros, juros e parte da renda fundiária para os grandes centros de acumulação e decisão.

BIBLIOGRAFIA

- BROWETT, John (1984). On the Necessity and Inevitability of Uneven Spatial Development Under Capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research*. London, 8(2).
- CLARK, David (1985). *Introdução à Geografia Urbana*. Tradução por Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. São Paulo: DIFEL.
- COHEN, Robert B. (1981). The New International Division of Labor, Multinational Corporations and Urban Hierarchy. In: DEAR, M.; SCOTT, A.J.(org.) *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society*. London, Methen.
- CORRÊA, Roberto L. (1989). Algumas Reflexões Sobre a Gestão do Território. In: *II Encuentro de Geógrafos de America Latina*. Geografía, Poder y Planificación. Montevideo. v.III.
- GREEN, Milford B. (1983). The Interurban Corporate Interlocking Directorate Network of Canada and the United States. A Spatial Perspective. *Urban Geography*, Silver Springs, 4(4).
- HAKANSON, Lars (1979). Towards a Theory of Location and Corporate Growth. In: HAMILTON, F.E.I.; LINGE, G.J.R. (org.) *Spatial Analysis, Industry and The Industrial Environment*. v. I - Industrial Systems. Chichester: John Wiley & Sons.

- HYMER, Stephen (1978). *Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital*. Tradução por Aloisio teixeira, Rio de Janeiro: Graal.
- KAFKALAS, Grigoris (1985). Location of Production and Forms of Spatial Integration: Theoretical Considerations and Some Examples From the Non-Fuel Mineral Sector. *International Journal of Urban and Regional Research*. London, 9(2).
- LENIN, Vladimir I. (1979). *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. Tradução por Olinto Bekerman. São Paulo: Global.
- LIPIETZ, Alain (1977). *Le Capital et Son Space*. Paris: Maspero.
- MALECKI, Edward J. (1979). Locational Trends in R&D by Large U.S. Corporations, 1965-1977. *Economic Geography*. Worcester, 55(4).
- PALLOIX, Christian (1978). *La Internacionalización del Capital*. Madrid: H.Blume Ediciones.
- PRED, Allan R. (1974). Major Job-Providing Organizations and Systems of Cities. *Association of American Geographers*. Commission on College Geography. Resource Paper 27. Washington.
- SACHAR, Arie (1983). A Cidade Mundial e Sua Articulação ao Sistema Econômico Global. In: BECKER, B.; COSTA, R.H.; SILVEIRA, C.B. (org.) *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação.
- SEMPLE, Robert K.(1985). Toward a Quaternary Place Theory. *Urban Geography*. Silver Springs, 6(4).

TAYLOR, Michael J.; THRIFT, N.(1983). Business Organization, Segmentation and Location. *Regional Studies*. London, 17(6).

WALKER, R. (1978). Two Sources of uneven Development Under Advanced Capitalism: Spatial Differentiation and Capital Mobility. *The Review of Radical Political Economics*. New York, 10(3).

WESTAWAY, John (1974). The Spatial Hierarchy of Business Organization and its Implications for the British Urban System. *Regional Studies*. London, 8.

12 – CORPORAÇÃO, PRÁTICAS ESPACIAIS E GESTÃO DO TERRITÓRIO*

A gestão do território constitui uma faceta da gestão econômica, política e social, a ela estando subordinada mas também condicionando-a. É a dimensão espacial do processo geral de gestão, confinando-se ao espaço sob controle de um estado, um grupo social ou de uma dada empresa.

Entendemos por gestão do território o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, a criação e ao controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos, como concentração e dispersão espaciais, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância, a gestão do território constitui poderoso meio que visa, através da organização espacial, a viabilizar a existência e a reprodução da sociedade (Corrêa, 1987).

Como qualquer outro fato social, a gestão do território possui uma historicidade que se traduz em agentes sociais e práticas espaciais historicamente variáveis. Nas sociedades de classes a gestão do território implica a criação e a manutenção de diferenças espaciais através das quais as diferenças econômicas e sociais se realizam, são legitimadas e se reproduzem. Trata-se da gestão das diferenças espaciais (Corrêa, 1987).

Na fase atual do capitalismo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas desempenham papel fundamental na organização espacial, exercendo determinado controle sobre amplo e diferenciado território. Esse controle constitui um dos meios através do qual a corporação garante com máxima eficiência a acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção.

O presente estudo pretende contribuir para o conhecimento das práticas espaciais das grandes corporações, considerando, a partir de estudo recente, o grupo Souza Cruz (Corrêa, 1991).

O GRUPO SOUZA CRUZ

O grupo Souza Cruz é um dos maiores do país. Em 1988 era, no que se refere à receita obtida, o terceiro grupo privado, atrás da Autolatina e da Shell. Considerando-se também os grupos estatais, situava-se em oitavo lugar.

A Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio é a empresa *holding* do grupo, controlado pelo poderoso conglomerado londrino British American Tobacco - BAT, que em 1988 possuía mais de 150 empresas e empregava mais de 310.000 pessoas, distribuídas por cerca de 90 países. O conglomerado BAT atua no setor de fumo e cigarros, celulose e papel, plásticos, instrumentos científicos, maquinaria agrícola, móveis, sucos e refrigerantes, comércio atacadista e varejista (lojas departamentais), seguros e bancos, hotelaria e restaurantes do tipo *fast food*, e no setor imobiliário. Possui numerosas fazendas e importantes centros de pesquisa e desenvolvimento.

No Brasil, o conglomerado atua nos setores de fumo e cigarros (Companhia de Cigarros Souza Cruz e Tabasa), celulose e papel (Aracruz Celulose S.A., parcialmente sob controle, e Companhia Industrial de Papel Pirahy), sucos e produtos correlatos (Indústria Alimentícia Maguary S.A.), filmes de polipropileno, para embalagens (Polo Indústria e Comércio Ltda., parcialmente controlada), biotecnologia (Bioplanta - Tecnologia de Plantas Ltda.) e de diversos serviços.

O grupo Souza Cruz é fortemente verticalizado, com intensas ligações espaciais: no centro do grupo situa-se a companhia de cigarros. O controle da Souza Cruz pelo conglomerado BAT, por outro lado, proporciona-lhe recursos financeiros e uma forte integração ao mercado mundial de fumo, celulose e sucos.

A importância do grupo aparece quando se considera a sua espacialidade, expressão e condição de seu poderio econômico e político. Assim, por exemplo, a Companhia de Cigarros Souza Cruz mantém vínculos, através de uma agricultura contratual, com mais de 60.000 produtores de fumo, distribuídos pelos três estados sulinos. Possui sete fábricas de cigarros e uma densa rede de centros onde se localizam unidades de beneficiamento de folhas de fumo, filiais de vendas e depósitos atacadistas. Cerca de 2.500 veículos circulam diariamente pelo território nacional distribuindo cigarros para mais de 280.000 varejistas, localizados desde o núcleo central da metrópole paulista aos confins da Amazônia.

A Indústria Alimentícia Maguary S.A., por sua vez, também possui expressiva espacialidade, com unidades localizadas no Ceará, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Mais de 25.000 produtores de frutas estão vinculados a ela, distribuídos pelos três estados meridionais. A Bioplanta, localizada em Paulínia, São Paulo, através da produção de mudas e sementes de cítricos, batata e frutas de clima temperado como maçã e morango, viabiliza a continuidade da expansão e diversificação da agricultura brasileira, tendo, portanto, significativo impacto espacial. A Bioplanta possui unidades localizadas na região Centro-Sul, como se exemplifica com aquelas localizadas em Araraquara, Casa Branca, Camanducaia e Ponta Grossa.

A densa rede de localizações do grupo implica uma complexa espacialidade. Esta espacialidade foi construída pouco a pouco, a partir de 1903, quando um imigrante português funda, na atual área central do Rio de Janeiro, uma pequena e moderna fábrica de cigarros. No processo de construção da espacialidade foram adotadas algumas práticas espaciais que a seguir serão consideradas.

AS PRÁTICAS ESPACIAIS

As práticas espaciais identificadas quando da análise da gênese e dinâmica do grupo Souza Cruz são as seguintes, seletividade espacial, fragmentação/remembramento espacial, antecipação espacial, marginalidade espacial e reprodução da região produtora,

conforme indica Corrêa (1990). É conveniente frisar que as práticas acima indicadas não são mutuamente excludentes: ao contrário, podem ocorrer de modo combinado.

Vejamos cada uma delas:

☞ SELETIVIDADE ESPACIAL: no processo de organização de seu espaço de atuação, que envolve várias localizações, a corporação age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse por ela. A proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor final ou às fontes de energia são atributos clássicos que não são desprezados pela grande corporação. A presença de um porto, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouco ativa ou caracterizada por uma especialização são outros atributos passíveis de consideração. Indústrias com produtos situados a montante e a jusante de sua produção, centros de pesquisa e desenvolvimento e vantagens fiscais ou de infraestrutura pronta, constituem também atributos que podem levar à localização de uma unidade vinculada a uma corporação.

Os atributos acima indicados, encontrados de forma isolada ou combinada, variam de lugar para lugar, e são avaliados e reavaliados sistematicamente. Nesta (re)avaliação tem importância a natureza específica das funções de cada unidade a ser implantada: usina de beneficiamento, fábrica, escritório regional de vendas, centro de pesquisa e desenvolvimento, depósitos atacadistas, etc. O resultado é uma organização espacial muito complexa, resultante de um variado processo de seleção de lugares.

Detentora de economias de escala, a corporação pode criar alguns dos atributos acima mencionados. A seleção de um dado lugar, nesse caso, depende das possibilidades que apresenta para essa criação. O papel da corporação na gestão do território torna-se assim mais notável, expresso pelo controle efetivo de usinas hidrelétricas e portos de utilização exclusiva, assim como de *company towns* criadas por ela.

O processo de seleção de lugares pela empresa de cigarros do grupo é complexo, pois envolve diferentes atributos associados às suas múltiplas atividades. Inclui cidades

situadas nas zonas produtoras de fumo, como se exemplifica com Santa Cruz do Sul, em território gaúcho, onde se localiza uma de suas usinas de beneficiamento de folhas de fumo. Inclui também centros que, por desempenharem importante papel na distribuição de bens e serviços, passam a constituir-se em membros de sua rede de distribuição atacadista: Santarém, Feira de Santana, Montes Claros, São José do Rio Preto e Cascavel são alguns dos muitos exemplos de tais centros.

A seleção, que ratifica ou amplia a importância funcional de um lugar, envolve a consideração da hierarquia das cidades. Belo Horizonte, por exemplo, a metrópole regional mineira, concentra uma das filiais de vendas que, por sua vez, controla depósitos atacadistas localizados em centros hierarquicamente inferiores, como Montes Claros, Governador Valadares e Juiz de Fora.

Na localização da unidade principal da Bioplanta, por sua vez, levou-se em consideração o fato de ela apresentar uma importante faceta técnico-científica: sua localização se fez nas proximidades de outros centros de pesquisa agrônoma: a Escola de Agronomia de Piracicaba e o Instituto Agrônomo de Campinas.

❖ FRAGMENTAÇÃO/REMEMBRAMENTO ESPACIAL: na dinâmica de uma dada corporação o seu espaço de atuação pode ser submetido à fragmentação ou ao remembramento. Ao remodelar a sua organização espacial, o seu território, a corporação interfere na organização espacial global de ampla porção de um país ou região. A fragmentação constitui o processo de divisão do espaço em razão da intensificação da atuação da corporação, que leva à implantação de novas unidades vinculadas quer ao processo de produção, quer à distribuição atacadista ou varejista. A cada unidade é atribuída, de modo formal ou não, um dado território.

A fragmentação, em realidade, tende a alterar as unidades territoriais que constituem o complexo mosaico que caracteriza o espaço de atuação da corporação, estabelecendo unidades cada vez menores. No processo de fragmentação a corporação

elege primeiramente os lugares que apresentam maior potencial em face da natureza das unidades a serem implantadas. Existe, assim, uma faceta temporal nessa prática espacial.

A expansão do consumo de cigarros no interior paulista, o terceiro mercado consumidor da Souza Cruz após os das metrópoles paulista e carioca, levou à criação em 1974 da filial de vendas de Campinas. Desse modo, o interior paulista e mais o território sul-matogrossense desvinculam-se da filial de vendas de São Paulo, a quem estavam anteriormente vinculados. A metrópole paulista, por sua vez, passa a atender ao seu próprio mercado e aos do vale do Paraíba e ao das baixadas litorâneas.

Em relação aos depósitos atacadistas, a mesma fragmentação espacial foi verificada. Exemplo significativo é o das regiões de fronteira, a Amazônia e o Centro-Oeste. Assim, entre 1960 e 1989, o número de centros com depósitos atacadistas foi ampliado de seis para treze, graças ao aumento do consumo, mas também da acessibilidade, implicando uma nítida fragmentação espacial.

A fragmentação espacial opõe-se o remembramento espacial, isto é, a aglutinação de unidades territoriais que constituíram mosaico de pequenas unidades. A grande corporação multifuncional e multilocalizada pode, sob certas condições, aglutinar as diversas partes de seu território em um novo mosaico, caracterizado por unidades territoriais mais amplas.

A diminuição da oferta da produção pode originar um remembramento espacial no âmbito de uma corporação. Nesse caso é provável que aquelas unidades funcionais menos eficientes, isto é, com localizações mais desfavoráveis em termos de acessibilidade à produção, sejam eliminadas em primeiro lugar. Desse modo há também uma seletividade espacial negativa. O aumento da acessibilidade, por outro lado, pode eliminar localizações que só faziam sentido num contexto de precária circulação.

No âmbito da Companhia de Cigarros Souza Cruz, entre 1960 e 1989, verificou-se, no conjunto das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, uma redução do número de centros

dotados de depósitos atacadistas. A melhoria na acessibilidade rodoviária implicou a redução de 62 para 39 centros, resultando no maior espaçamento entre eles e, conseqüentemente, na ampliação da área de mercado de cada depósito.

Fragmentação e remembramento espacial são práticas distintas que podem ser adotadas por uma dada corporação no mesmo momento, mas em diferentes áreas.

☞ ANTECIPAÇÃO ESPACIAL: a antecipação espacial constitui uma prática que pode ser definida como a localização de uma unidade funcional em um dado lugar, antes que condições favoráveis de localização tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação à criação de uma oferta significativa de matérias-primas igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para a implantação da unidade.

Esta prática só é possível de se efetivar no âmbito de uma corporação multifuncional e multilocalizada, que pode arcar com níveis diferenciados de remuneração, inclusive níveis negativos, entre suas diversas unidades. Antecipação espacial significa reserva de território, significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições de produção. É, assim, gestão do território.

A história espacial da Companhia de Cigarros Souza Cruz é rica de exemplos de antecipações espaciais. Assim, entre os migrantes gaúchos que a partir da década de 50 dirigiram-se para o sudoeste paranaense, estavam numerosos produtores de fumo que já mantinham contatos com a Souza Cruz. Esta designa, por volta de 1955, um inspetor, vinculado à usina de beneficiamento de fumo de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, para organizar o processo produtivo no sudoeste paranaense, e assim garantir o futuro território da empresa de cigarros. Antecipa-se, assim, à criação de uma nova área fumicultora. A expansão da produção de fumo levou à criação mais tarde, em 1974, de uma usina de beneficiamento de fumo em Pato Branco, a principal cidade do sudoeste paranaense.

Outros exemplos vinculam-se ao processo de distribuição atacadista de cigarros. Assim, desde 1957, quando do início da construção de Brasília, os veículos da Souza Cruz, através dos quais verifica-se a distribuição de cigarros para o varejo, começam a visitar a futura capital, então um canteiro de obras. Antecipa-se à criação de um mercado pleno. A sua constituição plena exige modificações. Em 1960, com a inauguração de Brasília, implanta-se um depósito atacadista; em 1970 a capital federal passa a contar com uma filial de vendas que controla vários depósitos atacadistas.

Tendo em vista a abertura da Rodovia Transamazônica e a política de povoamento que a acompanharia, a Souza Cruz antecipa-se à criação do mercado regional, implantando, em 1971, na cidade maranhense de Imperatriz, um depósito atacadista.

❖ **MARGINALIZAÇÃO ESPACIAL:** mudanças locais, constantes na dinâmica de uma corporação, implicam, com frequência, um processo de abertura de novas unidades e o fechamento de outras. Esse processo leva, por sua vez, à seleção de lugares que no passado foram avaliados como sendo pouco atrativos para a implantação de unidades da corporação. Leva também ao abandono de lugares que anteriormente foram considerados atrativos e que participaram efetivamente da rede de lugares da corporação: trata-se da marginalização espacial.

A marginalização espacial tem impactos diversos, afetando, por exemplo, o nível de emprego e de impostos via fechamento das unidades da corporação e daquelas direta e indiretamente ligadas a ela. Afeta também as interações espaciais dos lugares marginalizados, situados fora da rede de ligações internas à corporação. O fechamento de unidades pode, no entanto, ser acompanhado de uma reconversão funcional no âmbito da própria corporação. Nesse caso uma outra atividade substitui aquela que foi retirada do lugar, ou aí permanece uma parte de suas antigas funções: trata-se, neste caso, de marginalização parcial.

A marginalização espacial constitui também uma prática de gestão do território. Ao excluir, total ou parcialmente, um lugar de sua rede de lugares, a corporação visa a maior eficiência, para isto adotando uma prática vinculada ao controle de sua própria organização espacial.

Em 1928 a Souza Cruz implanta na cidade gaúcha de Santo Ângelo a sua segunda usina de beneficiamento de fumo. Simultaneamente, verificava-se a difusão da fumicultura na hinterlândia da cidade, difusão em grande parte patrocinada pela própria Souza Cruz. A usina de Santo Ângelo foi fechada em 1972, quando a hinterlândia da cidade deixou de ter importante participação na produção de fumo. Com o também fechamento do depósito atacadista ali existente, Santo Ângelo, que no passado foi um significativo lugar na rede de centros da Souza Cruz, foi submetido à marginalização espacial.

Em 1978 é implantada a maior e mais moderna fábrica de cigarros da Souza Cruz. Localiza-se em Uberlândia, Triângulo Mineiro, um estratégico centro que passa a produzir tanto para o sudeste como para os promissores mercados consumidores das regiões Centro-Oeste e Norte: sua implantação guarda, pelo menos em parte, o caráter de antecipação espacial. A localização em Uberlândia, por outro lado, não somente rompe com o padrão metropolitano das fábricas da Souza Cruz - Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belém -, como também implicou o fechamento em 1980 da fábrica de cigarros localizada em Belo Horizonte, aí implantada desde 1938.

A escala de produção da nova unidade fabril, criada no bojo de uma estratégia antecipadora aos mercados consumidores, associada à crescente acessibilidade rodoviária a partir de Uberlândia tornaram excêntrica a localização fabril na capital mineira, que ficou assim parcialmente marginalizada: manteve ela uma filial de vendas e depósitos atacadistas, que lhe conferem menor magnitude na rede de lugares da Souza Cruz.

REPRODUÇÃO DA REGIÃO PRODUTORA: para uma corporação o controle do território pode se tornar uma questão extremamente importante. Especialmente se

se trata de um território complexo, onde se localizam múltiplas atividades envolvendo uma gama muito diferenciada de agentes que, direta ou indiretamente, participam de uma ou várias etapas de seu complexo processo produtivo.

Quando os interesses da corporação vinculam-se à atividade rural, o controle do território pode envolver, de um lado, um conjunto de práticas que não se efetiva pontualmente, como se dá no caso de uma usina de beneficiamento, fábrica, filiais de venda ou depósitos atacadistas. Efetiva-se em área abrangendo numerosos estabelecimentos rurais com elevado grau de contigüidade. Cada um constitui uma unidade jurídica, técnica, econômica e social, em relação à qual a corporação deve atuar. Pequenas ou grandes regiões com tendência à especialização produtiva são criadas através da ação da corporação e devem ser submetidas ao seu controle.

A Souza Cruz nos fornece um excelente exemplo, através de suas práticas, visando à reprodução de regiões agrícolas especializadas criadas por ela. Sua dependência a uma matéria-prima como o fumo, que deve ser obtido em grandes e regulares quantidades, apresentando uma forte homogeneidade de acordo com suas próprias especificações, levou a que ela implantasse uma agricultura do tipo contratual, na qual milhares de pequenos produtores praticam uma fumicultura intensiva em reduzidas parcelas situadas em pequenos estabelecimentos rurais.

Regiões fumicultoras, localizadas nos tres estados meridionais, foram criadas pela Souza Cruz. A primeira delas é aquela em torno da cidade de Santa Cruz, em território gaúcho: a Souza Cruz aí instala em 1918 a sua primeira usina de beneficiamento, e em 1923 uma estação experimental de fumo, de onde irradia-se a fumicultura para vasta porção do Rio Grande do Sul. O baixo vale do Taquari e a região de Camaquã em território gaúcho são outras importantes regiões fumicultoras. A porção meridional de Santa Catarina, a bacia do Itajaí, o planalto de Canoinhas, o vale do Rio do Peixe e o oeste são as regiões fumicultoras catarinenses, enquanto no Paraná sobressaem o oeste e a região de Irati, todas elas vinculadas à Souza Cruz.

O controle e a reprodução das condições de produção das mencionadas regiões fumicultoras, isto é, a gestão do território, se faz através de diversos meios. A orientação e a assistência agronômicas realizadas por técnicos da Souza Cruz são as mais difundidas. A elas somam-se a distribuição gratuita aos produtores de fumo do jornal bimestral *O Produtor de Fumo*, fundado em 1982 e editado pelo Departamento de Fumo da Souza Cruz, sediado em Florianópolis. No ano de 1989 foram distribuídos 76.000 exemplares a cada dois meses, abordando temas ligados à fumicultura e a assuntos variados como notas sociais e passatempos.

Ressaltaremos tres outros meios que visam a atingir os jovens, futuros produtores de fumo. O primeiro deles visa a impedir o processo emigratório que foi importante nas décadas de 70 e 80, especialmente no Rio Grande do Sul e no Paraná. Através de panfletos distribuídos aos fumicultores, a Souza Cruz procura incutir-lhes idéias a respeito das vantagens da vida rural. Os dois exemplos a seguir são eloqüentes. O primeiro panfleto afirma que “Os sonhos que você busca na cidade quase sempre se transformam em terríveis pesadelos”, enquanto o segundo fala que “*Milhares de pessoas nas cidades sonham em mudar para cá (o campo). E você ainda pensa em mudar para lá?*”

O segundo meio é o Clube da Árvore, uma iniciativa da Souza Cruz, que conta com a efetiva participação das Secretarias de Educação. Através dele, milhares de alunos de cerca de 600 escolas primárias dos tres estados sulinos aprendem a preservar o meio ambiente através do reflorestamento. A Souza Cruz fornece orientadores agrícolas, sementes de árvore e material para a produção de mudas, cartazes e livretos que falam a respeito da importância da floresta na preservação do equilíbrio ecológico, ensinando ainda como proceder para reflorestar. O jornal *O Clube da Árvore*, que circula desde 1988, é distribuído gratuitamente aos participantes do clube: são 55.000 exemplares em cada tiragem.

Criado em 1984 o Clube da Árveore está sediado nas escolas rurais e pequenas cidades das principais áreas fumicultoras. Assim, são 14 clubes no município de Santa

Cruz do Sul, 13 em Camaquã, 12 em Lajeado, nove em Venâncio Aires e sete em Dom Feliciano, todos no Rio Grande do Sul. Em Ituporanga são sete clubes, enquanto em Orleans são seis e em Canoinhas cinco, todos em território catarinense.

É importante ressaltar que através do Clube da Árvore cria-se a possibilidade de reflorestamento das pequenas propriedades rurais, visando à obtenção de lenha para as estufas onde as folhas de fumo passam, ainda no próprio local de produção, por um primeiro beneficiamento, a secagem. As estufas constituem parte integrante do processo produtivo do fumo na propriedade rural, tendo sido introduzida e difundida entre os fumicultores pela própria Souza Cruz, desde a década de 20. Seis décadas após torna-se necessário recriar as fontes de aprovisionamento da lenha para as estufas. E preparar os futuros produtores de fumo para assim procederem.

Desse modo garante-se para o futuro parte das condições de produção.

O terceiro meio são as Hortas Escolares, programa criado em 1987 sob iniciativa e coordenação da Souza Cruz, que estabeleceu convênio com as Secretarias de Educação e da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina, visando “a incentivar os alunos do meio rural a instalar hortas e a produzir hortaliças”, assim como incentivar a preservação ambiental e a mudança de hábitos alimentares. Em 1988, o programa abrangia 6.900 escolas, envolvendo 185.000 alunos do principal estado produtor de fumo do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis algumas das práticas espaciais desenvolvidas pela Souza Cruz no processo de gestão de suas atividades. Elas caracterizam claramente a gestão do território. Sugerimos que outros estudos sejam realizados visando a colocar em evidência estas e outras práticas empreendidas pelas grandes corporações em seu processo de gestão do território. Inclui-se na sugestão a seleção de corporações vinculadas às mais diferentes atividades, de modo que o conhecimento a respeito do tema seja enriquecido.

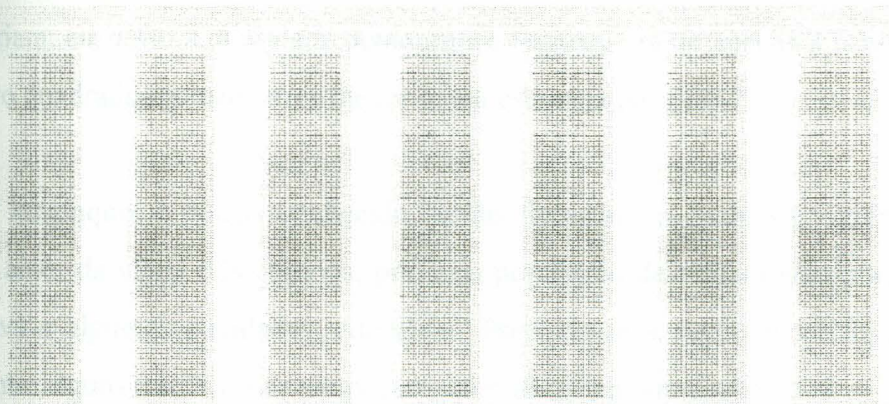
BIBLIOGRAFIA

CORRÊA, R.L. (1987). Gestão do Território - Reflexões Iniciais. In: *LAGET*. Textos nº 1.

_____. (1990). Estratégias Espaciais do Capital. In: *Contribuições Científicas*. Associação dos Geógrafos Brasileiros. 8º Encontro Nacional de Geógrafos, Salvador (Resumos).

_____. (1991). Corporação e Organização Espacial - Um Estudo de Caso. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v.53(3).

Esopo, Tempo e Cultura



O Sudorés

caracteriza-se por

unhonnes, deve

chitura em

oano. A

de

o confirma

ométr

O

ntado,

dedica

eram

A POPULAÇÃO

Em 193

atíssimo n

aranaense, era

demográfico, an

de nível em

relativa praz

um excessi

igla. Pr

Organiza

Banco Per

Seres e

1967

13 – O SUDOESTE PARANAENSE ANTES DA COLONIZAÇÃO*

O Sudoeste paranaense constitui uma das novas regiões agrícolas do Paraná. Caracteriza-se por ser uma região “colonial”, isto é, povoada por agricultores gaúchos e catarinenses, descendentes de imigrantes italianos e alemães, que se dedicam à policultura em pequenas propriedades rurais. Essa característica, entretanto, é muito recente. A partir de 1940-1945, sobretudo entre 1950 e 1960, a região seria rápida e intensamente povoada pelos colonos, desaparecendo o título de “sertão” que até então lhe conferiam: em 1940 a densidade demográfica regional era de apenas 2 habitantes por quilômetro quadrado, quinze vezes menor que a estimada para 1967.

O longínquo e pouco conhecido sertão florestal do Sudoeste paranaense foi habitado, antes da vinda dos colonos, por uma população de origem luso-brasileira que se dedicava a algumas atividades extensivas. Pretende-se a seguir mostrar, ainda que ligeiramente, alguns traços dessa ocupação que precedeu à população atual.

A POPULAÇÃO

Em 1900, segundo o Recenseamento daquele ano, a população do então vastíssimo município de Clevelândia, onde em grande parte se incluía o Sudoeste paranaense, era pouco superior a 3.000 habitantes. Tratava-se, portanto, de um vazio demográfico, onde se destacava como área ocupada aquela da Colônia Militar do

* Este trabalho tem por finalidade contribuir para o conhecimento da geografia histórica do Sudoeste paranaense, não havendo nenhuma pretensão em se esgotar o assunto sobre uma região até então pouco conhecida. As informações aqui contidas derivam de uma escassa bibliografia, em dados estatísticos e cadastrais, mas, sobretudo em depoimentos prestados por pessoas que viveram na região. Por Sudoeste paranaense entendemos a região constituída pelos seguintes municípios: Ampère, Barracão, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Encás Marques, Francisco Beltrão, Itapejara do Oeste, Maripolis, Marmeleiro, Pato Branco, Pérola do Oeste, Planalto, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Isabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste, Verê e Vitorino. Sua superfície é de 11.622 quilômetros quadrados e sua população em 1967 foi estimada em cerca de 350.000 habitantes.

Chopim, no atual município de Chopinzinho, instalada apenas em 1882 (7:424). Até então o Sudoeste não tinha despertado o interesse de possíveis povoadores, em especial dos fazendeiros de gado da vizinha zona dos campos de Palmas¹: a região era tida apenas como uma área fronteira que deveria ser guarnecida.

Mas a partir de 1900, aproximadamente, verifica-se uma penetração sobre as terras florestais do Sudoeste, penetração que nunca teve o “caráter de uma fronteira em marcha”, constituindo, porém, uma “sorradeira infiltração” (10:28) nas terras devolutas: em 1920 a população regional tinha ascendido para cerca de 6.000 habitantes, que perfaziam densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado. Esses pioneiros anônimos eram de origem luso-brasileira, tendo sido genericamente conhecidos como caboclos pela população de colonos que mais tarde ocupou a região.

Entre aqueles que penetraram no Sudoeste encontram-se pessoas provenientes da zona dos campos de Palmas, “sucessores de alguns fazendeiros, dantes abastados, que tiveram suas gerações desclassificadas social e economicamente pela divisão do latifúndio. Esses descendentes embrenharam-se sertão a dentro com suas famílias. Instalaram-se em ranchos por eles construídos, no fundo de algum vale ou encosta de uma serra, em terra de dono ignorado ou do Estado”, comenta um historiador citado por Queiroz (10:64). Também dos campos de Palmas saíram agregados das “fazendas de criação que não suportavam o aumento da prole do agregado. Tais excedentes não tinham capacidade econômica para criarem novas unidades pastoris”(10:64), penetrando na mata e instalando-se em terras devolutas. Fazendeiros empobrecidos e agregados vieram também dos campos de Guarapuava (SLL), dos Campos Gerais de São Paulo (PPC) e do Rio Grande do Sul, em particular das zonas de campo e mata do planalto, de Soledade, Candelária, Passo Fundo e Palmeira das Missões (WAP, PPC).

Publicado originalmente na Revista Brasileira de Geografia, 32(1):87-98, 1970.

¹ Esses fazendeiros solidamente presos às áreas campestres, possuíam algumas fazendas na pequena área campestre conhecida como campo Erê, que no Sudoeste paranaense abrange parte dos atuais municípios de Renascença e Marmeleiro (1:326), uma ou outra fazenda em terras de mata que permaneceram subutilizadas e logo foram vendidas ou doadas a diversas pessoas (depoimentos PPC, LML).

Do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná vieram foragidos da Justiça (11:12), que encontraram naquele sertão excelente refúgio, transformando-o num “perfeito valhacouto de bandidos”(3:182). Outros que ali penetraram tinham sido expulsos das zonas onde se processava a colonização, e neste caso o melhor exemplo é fornecido pelo vale do rio do Peixe na década de 1910, quando a ferrovia que atravessava o vale colonizou as terras marginais aos trilhos, já ocupadas por uma população luso-brasileira(10). Muitas pessoas expulsas dessa zona penetraram no Sudoeste (AML, PPC).

Finalmente um outro tipo de ocupante da região era constituído não por luso-brasileiros, mas por argentinos e paraguaios que ali penetraram visando à extração da erva-mate. Localizavam-se sobretudo junto à fronteira argentina, onde chegaram a constituir, em 1920, cerca de 25% da população local, e 10% de toda a população regional (em 1940, com a diminuição da extração da erva-mate, essa população tinha diminuído absolutamente, representando menos de 1% da população regional).

Assim, o Sudoeste paranaense, desabitado anteriormente ao século XX, seria a partir de 1900 ocupado, ainda que escassamente, por uma população constituída majoritariamente por luso-brasileiros pobres e sem recursos que ali encontraram uma chance ou um refúgio para viver.

Mas esse contingente demográfico via também na região uma oportunidade de começar vida nova. A região, que até fins do século passado não despertara nenhum interesse econômico, possuía-os agora, graças à extração da erva-mate e à criação de porcos.

A partir da segunda metade do século XIX as exportações brasileiras de erva-mate começaram a crescer, e o Paraná em breve passou a ser o principal Estado exportador. De uma exportação inferior a 5.000 toneladas em 1855, o Paraná em 1903-1904 passaria a exportar já cerca de 32.000 toneladas, em 1923-1924 cerca de 60.000 toneladas, correspondendo a 75% das exportações brasileiras de mate (8:248-251). A

valorização crescente desse produto florestal foi fator de penetração nas áreas de mata onde os ervais nativos formavam o sub-bosque (2:441), sendo até 1930, quando a extração da erva-mate entrou em colapso, um dos fatores, senão o principal, de atração para a população que penetrou no Sudoeste.

A crescente produção brasileira de banha nas primeiras décadas do século XX provocou enorme surto da criação de suínos no Paraná, surto esse paralelo à expansão em direção às terras florestais não ocupadas como o Sudoeste. Essa crescente produção de banha relacionava-se à expansão do mercado consumidor que o comércio importador não poderia suprir em função dos preços elevados dos artigos importados, possibilitando o aparecimento de unidades fabris produtoras de “sucedâneos mais precários dos produtos importados” (12:65). Desse modo em 1917 aparece o frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva, e em 1920 havia dois produtores de banha em Ponta Grossa: ao longo da ferrovia São Paulo-Rio Grande mais tarde apareciam outros frigoríficos como o Pagnoncelli em Joaçaba (1933) e o Saporiti em União da Vitória (1940). A criação de porcos, valorizada pela presença de frigoríficos mais que a extração do mate, foi o principal fator de atração que o Sudoeste paranaense contou para atrair essa população luso-brasileira, que para lá se deslocou procurando melhorar suas condições de vida.

A imigração dessa população se fazia através de um movimento no qual predominavam os homens sobre as mulheres; entretanto com o decorrer do tempo a proporção de sexos se apresentará mais equilibrada devido ao predomínio da imigração familiar: em 1920 havia 118 homens para 100 mulheres (144 na faixa de 21 a 49 anos), enquanto em 1940 havia 106 homens para 100 mulheres, num total de 23.000 pessoas (é verdade que em torno da atual cidade de Pato Branco já havia numerosas famílias de colonos instaladas, fazendo com que houvesse um maior equilíbrio entre os sexos).

Essa população, conhecida como cabocla, progressivamente ocupou toda a região. Em 1920 a área ocupada por ela era relativamente pequena: através dos dados de um dos volumes do Recenseamento daquele ano, que além do nome dos proprietários, indica o local onde estavam situadas as propriedades, pode-se verificar que a área

correspondente aos atuais municípios de Pato Branco e Vitorino eram as mais ocupadas, possuindo cerca de 70 propriedades, e seguramente numerosas “posses”. Além dessa área, em torno da Colônia Chopim, e na fronteira, em áreas dos atuais municípios de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, localizavam-se as outras duas áreas onde a população mais se concentrava. Outras propriedades e “posses” em Mariópolis (LML), em Renascença e Marmeleiro (SLL) completavam o quadro da ocupação. Com o decorrer do tempo e incentivada pela criação de porcos, aquela população ocuparia área mais vasta.

Em 1936, segundo o Cadastro de Clevelândia, era ainda nas proximidades de Pato Branco que se encontrava o maior adensamento de população: a antiguidade da ocupação já tinha mesmo provocado a subdivisão de “posses” estabelecidas no começo do século, como é o caso do imóvel Santo Antônio de Pato Branco, situado a uma dezena de quilômetros de Pato Branco, subdividido em 43 estabelecimentos, dos quais 32 com área inferior a 50 hectares. Mas além dessa área a ocupação “cabocla” se fazia também nos atuais municípios de Mariópolis, Vitorino, Itapejara do Oeste, em Coronel Vivida, Chopinzinho, Renascença, Marmeleiro, Salgado Filho, e nos já citados municípios fronteiriços.

Pouco a pouco, na medida em que chegavam os primeiros colonos, os “caboclos” iam vendendo suas “posses” e penetrando para as áreas mais remotas, onde escolhiam um lugar isolado para criar porcos. De certa forma eles prepararam “o caminho para o afluxo de povoadores que para aí acorreriam”(2:242), pois as “posses” que vendiam já estavam desmatadas e queimadas, prontas para serem cultivadas pelos novos povoadores, tal como ocorreu em Vitorino (LT). Desse modo, a terra mudava de ocupante sem que houvesse choques entre elementos das duas sociedades diferentes: ao contrário de outras áreas, como o já citado Vale do Rio do Peixe, o Sudoeste paranaense teve o seu povoamento, com colonos, realizado espontânea ou semi-espontaneamente, tendo sido a apropriação da terra pelos novos ocupantes realizada sem choques.

Essa população luso-brasileira ocupou assim toda a região, de Pato Branco a Capanema e de Chopinzinho a Barracão, e a partir de 1950, quando começou o grande afluxo de colonos para a região, ou fixaram-se definitivamente na região, ou então atravessaram o rio Iguaçu, indo instalar-se em terras dos atuais municípios de Catanduva, Campo Novo, Capitão Leônidas Marques ou mais além. A população luso-brasileira que atualmente vive na região ou é descendente daqueles pioneiros anônimos, ou ali se estabeleceu recentemente junto com os colonos, constituindo a minoria da população.

AS ATIVIDADES

As atividades de produção e a vida de relações dessa população luso-brasileira caracterizaram-se, numa primeira fase, por uma muito forte subordinação à economia ervateira; numa segunda fase a criação de porcos passou a ser atividade principal, e em torno dela girou a vida de relações. Outras atividades de menor importância também tiveram um relativo papel na vida econômica regional.

☞ O EXTRATIVISMO DA ERVA-MATE

O extrativismo da erva-mate no Sudoeste paranaense iniciou-se seguramente em fins do século passado, pois em 1902 Martins (9:233) refere-se às relações comerciais da zona do campo Erê, “feitas com o território das missões argentinas, donde acodem os ervateiros para a colheita da erva-mate, abundantíssima naquela zona”, havendo em 1903 uma coletoria estadual no recém criado povoado de Dionisio Cerqueira, fronteiro à Argentina, núcleo original das atuais cidades catarinenses de mesmo nome, e Barracão no Paraná (6:93-96).

A erva-mate era colhida no inverno, de maio a outubro, por posseiros luso-brasileiros que com suas famílias penetravam nos ervais nativos, e pela mão-de-obra, onde incluíam-se argentinos e paraguaios, os “mensus”, contratada pelos ervateiros, como se verificava na zona fronteira. Como ocorria na zona ribeirinha ao rio Paraná, no Sudoeste, junto à fronteira, estavam estabelecidas algumas firmas argentinas

compradoras de mate, que chegaram a possuir terras ricas em ervais, em território brasileiro, como é o caso da mais importante delas, a Pastoriza, que conseguiu reunir, já na década de 30, mais de 35.000 hectares.

A vida de relações comerciais caracterizava-se pela importância do sistema de troca com pequena circulação monetária, pela multiplicidade de transações e pela dependência a centros comerciais externos à região. Assim, após a colheita, o caboclo entregava as folhas de mate, “sapeçadas” ao fogo, ao bodegueiro, alguns dos quais eram também ervateiros e este, depois de secar e “cancheiar” o mate, vendiam ou trocavam com as companhias argentinas localizadas na fronteira - Pastoriza em San Antonio e Nuñez y Gibaja em Bernardo de Irigoyen foram as mais importantes - ou com firmas locais ou filiais de Curitiba localizadas em União da Vitória. Era comum também que houvesse um primeiro intermediário, o pequeno bodegueiro localizado no âmago da região. Como não possuísse tropas de burros ou fosse comercialmente fraco, vendia ou trocava com aqueles mais fortes localizados na fronteira, em Clevelândia e em Palmas. Da mesma forma os bens de consumo com que geralmente se pagavam o mate - açúcar, sal, tecidos, ferragens, bebidas, querosene, etc. - eram distribuídos pelas empresas argentinas e de União da Vitória, passando pela cadeia de intermediários constituída de luso-brasileiros (SLL, JM, JS, MSB).

Da fronteira as companhias argentinas enviavam o mate através de tropas de burros até as barrancas do rio Paraná-Puerto Rico, Puerto Segundo - de onde descia em embarcações para ser beneficiado e consumido em território argentino. De União da Vitória o mate ia para Curitiba em trem ou em vapores pelo rio Iguaçu até Porto Amazonas, entroncamento da ferrovia com a navegação fluvial. Outra corrente encaminhava o mate pela ferrovia de União da Vitória à Argentina e ao Uruguai (CCJ, SLL, JM).

Tratava-se, pois, de atividades e vida de relações primitivas e pouco desenvolvidas, dependentes de centros externos até mesmo para alguns serviços de uso

corrente, como ocorria na fronteira onde as crianças brasileiras frequentavam as escolas argentinas (3:182).

A extração do mate iria ser praticamente encerrada por volta de 1930, quando a Argentina, principal compradora e consumidora do mate, passou a produzir em seu território o mate que necessitava (13). Atualmente essa atividade não só é praticada em pequena escala, como se restringe ao consumo regional.

✧ A CRIAÇÃO DE PORCOS

A criação de porcos no Sudoeste paranaense é seguramente uma atividade tão antiga quanto a extração de mate. Durante o período ervateiro essa atividade, praticada nos meses de “entre-safra” do mate, visava o consumo local de banha e toucinho, como ocorria na zona fronteira (SLL), ou ainda à exportação, como ocorria nas proximidades de Chopinzinho, Vitorino, Marmeleiro e Pato Branco. Essa atividade deveria ser, depois da extração do mate, a atividade mais importante, pois já em 1920, segundo o Censo daquele ano, no então município de Clevelândia, o rebanho suíno atingia cerca de 12.000 cabeças, e a lavoura de milho que fornecia parte da alimentação dos suínos, ocupava mais de 90% da pequena área total de lavouras. Com a decadência da extração de mate a criação de porcos passaria a ser a principal atividade regional.

A criação de porcos era realizada em sistemas os mais primitivos. De um lado dominava a criação de porcos soltos no mato - a criação do “porco alçado” - alimentados exclusivamente daquilo que a vegetação fornecia, sobretudo de frutos silvestres tombados ao chão, dos quais o pinhão era o mais alimentício. Neste sistema primitivo, onde o único trato que os suínos recebiam era o sal, os porcos eram criados até atingirem algumas dezenas de quilos, quando então eram vendidos aos “safristas” que os engordavam, ou, atingido certo tamanho eram vendidos aos compradores localizados em União da Vitória (AM, OP).

O sistema da “safra” constituía a segunda etapa da criação de suínos. O “safrista”, com seus familiares ou com pessoal contratado, embrenhava-se na mata onde abria uma clareira com 10, 25, 50 ou mesmo mais de 100 hectares, aí plantando o milho a partir de agosto. Em meados do ano seguinte os porcos eram soltos no milharal sendo parcialmente engordados. Eram então tocados a pé até União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva, onde eram negociados nos açougues, com comerciantes, ou com os compradores dos frigoríficos ou então vendidos a outros “safristas” que acabavam de os engordar (PV, ZC, JM, JD, JS). Assim, numa região longínqua e desprovida de transportes mecânicos, os “safristas” locais realizavam apenas uma meia engorda dos porcos, vendendo-os barato fora da região, ou então, numa outra opção os vendiam a alguns colonos que os transformavam em banha e derivados, que eram levados em carroça até União da Vitória (JC, JM).

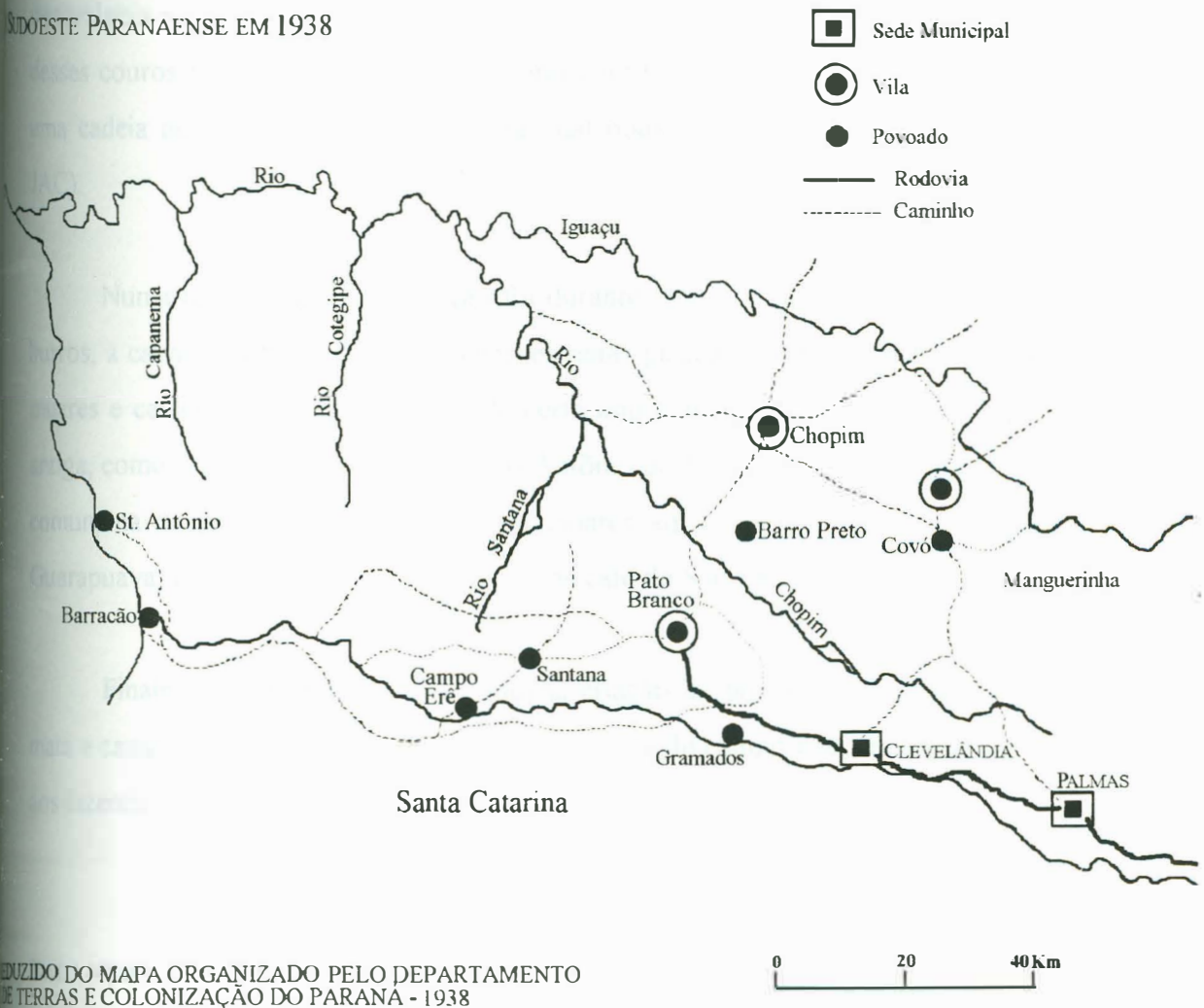
Tudo indica que com o aparecimento do caminhão na região, por volta de 1940, os “safristas” locais passaram eles próprios a engordar totalmente os suínos, que eram então transportados a União da Vitória e mesmo a Joaçaba, em caminhões de comerciantes locais - alguns dos quais já eram descendentes de imigrantes - ou de fora, ou então fretados pelos frigoríficos Saporiti de União da Vitória (AR). Nesta cidade os suínos além de serem industrializados, eram embarcados na ferrovia para diversos frigoríficos.

Essa atividade, nos moldes em que era praticada, necessitava de amplas áreas - 1 cabeça para 5 hectares de mato no sistema de “porco alçado”, e 4 cabeças por hectare de milho no sistema de “safra” (AM) - não podendo coexistir com uma intensa ocupação do solo. Ela é, pois, uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica, e à medida que o povoamento com colonos progredia, essa atividade afastava-se para áreas mais remotas. Assim, se nas proximidades de Pato Branco esse sistema de criação desapareceu na década de 1940, em outras áreas, como em Santo Antonio do Sudoeste, Salto do Lontra, Ampère e Realeza, foi atividade importante durante a década de 1950. Tudo indica, no entanto, que foi nas proximidades de Pato Branco, área de ocupação cabocla mais antiga, que o sistema da “safra” teve maior

expressão, não sendo de se estranhar que em 1949, quando lá estiveram O. VALVERDE(14) e W.A. EGLER(5), ambos tivessem encontrado áreas enormes cobertas por capoeiras e mata secundária.

Essa atividade primitiva, geradora de uma vida de relações modestas e em parte baseada na troca, atualmente, além de ser de pequena expressão, é praticada em áreas que não foram densamente ocupadas ou em áreas de difícil acesso, sem ter, porém, um caráter de atividade principal.

SUDOESTE PARANAENSE EM 1938



AS OUTRAS ATIVIDADES

Além das culturas de subsistência praticadas em “roças” e da pesca, os “caboclos” viviam também de outras atividades. Destacava-se especialmente a caça de animais, abundantes na mata e nas “costas” dos rios - porcos do mato, veados, antas e onças - com a finalidade de obtenção de couros e peles. Essa atividade não teve a importância da criação de suínos, mas como esta, foi atividade que precedeu a ocupação da região por colonos, e à medida que esta se realizava, passava a ser praticada em áreas mais remotas, como ocorreu na parte ocidental da região, onde foi atividade de relativa importância na década de 1950. Como no caso da erva-mate e dos porcos, o comércio desses couros e peles foi em parte realizado com base na troca, passando também por uma cadeia de intermediários, no fim da qual podiam se situar alguns seleiros (AJM, JAC).

Numa região onde a circulação foi durante muito tempo realizada em tropas de burros, a cavalo e em carroças, seguindo estreitas picadas abertas na mata, a criação de muars e cavalos foi outra atividade de certa importância nas áreas de ocupação mais antiga, como ocorreu em Vitorino, Santo Antônio do Sudoeste e Chopinzinho, onde era comum na década de 1920, a venda de muars aos compradores de fora, como de Guarapuava, que os revendiam às fazendas de café de São Paulo (ZC).

Finalmente havia ainda uma pequena criação de bovinos praticada em áreas de mata e campo, como ocorreu, por exemplo, na zona de campo Erê, em terras arrendadas aos fazendeiros (JJS).

BALANÇO DA OCUPAÇÃO

É conveniente agora tentar dar um balanço da ocupação luso-brasileira no Sudoeste paranaense, e para isso deve-se considerar alguns aspectos sociais, a vida econômica em geral, e tentar verificar que contribuições essa ocupação legou aos atuais ocupantes da região.

Apesar dessa população ser iletrada e pobre, alguns “safristas” e bodegueiros prosperaram e adquiriram prestígio entre os novos ocupantes da região, de forma que depois de 1950, mais de um município teve um “caboclo” como Prefeito.

Do ponto de vista econômico o Sudoeste paranaense apresentava-se como uma região, cuja integração na economia do país era fraca, e os estímulos que dela recebia se traduziam em atividades tecnicamente primitivas, praticadas por uma população que não contava com vias de circulação modernas para escoar seus produtos, que eram apenas semi-elaborados. A vida de relações apresentava-se modesta - já em 1950 havia 4,1 pessoas trabalhando no comércio para cada 1.000 habitantes, enquanto para o conjunto do Paraná essa relação era de 10,8 pessoas por 1.000 habitantes - caracterizando-se pela importância da troca, com pequena circulação monetária, pela multiplicidade de transações, e pela dependência a centros comerciais localizados fora da região, sobretudo União da Vitória, que se encarregavam de encaminhar os produtos regionais ao mercado consumidor. Tratava-se, pois, de região com posição periférica às áreas mais integradas à economia do país. Bem expressiva dessa fraqueza econômica é o fato de que na década de 1940 a região passou a fazer parte do efêmero Território Federal do Iguaçu, e já em 1950, nenhuma sede municipal aí se localizava: Palmas e Clevelândia, cidades localizadas fora da região, dirigiam administrativamente o Sudoeste paranaense.

Se a devastação de certas áreas florestais pelo sistema agrícola primitivo representa um aspecto negativo da ocupação cabocla, no entanto, essa ocupação deu origem a pequenos povoados que se tornariam embriões de várias atuais cidades. Do período ervateiro são heranças os povoados de Barracão, em frente a Bernardo de Irigoyen, Santo Antônio do Sudoeste, em frente a San Antonio, e Pato Branco, que em 1924 já aparecia com o nome de Vila Nova⁽⁴⁾, vivendo em grande parte como centro intermediário nas transações ligadas ao mate, a que se dedicavam seus primeiros bodegueiros (JS). A criação de porcos e a caça deram origem aos embriões de outras cidades como Dois Vizinhos (AJM) e Pérola do Oeste (HB), como também, juntamente com a extração da erva-mate, possibilitaram certo crescimento da sede da Colônia

Militar do Chopim, a atual cidade de Chopinzinho. A vila de Pato Branco, beneficiada durante certo tempo pelo fato de ser o ponto final da rodovia proveniente de União da Vitória, participou intensamente do comércio de porcos, couros e peles, tendo já em 1940 cerca de 1.000 habitantes. Seus bodegueiros, “caboclos” descendentes de imigrantes, realizavam tanto transações com a população de toda a região, como com os bodegueiros das áreas mais remotas, assegurando ao antigo povoado de origem cabocla uma função regional que seria reforçada posteriormente com a colonização.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BANDEIRA, J.J.J. Notícia da descoberta do Campo de Palmas, na Comarca de Curitiba. província de São Paulo, de sua povoação, e de alguns sucessos que ali tem tido lugar até o presente. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, vol. 14, 1851, e transcrito na *Revista do Circulo de Estudos Bandeirantes*, tomo 1º, nº 4, pp.320-331, 1937. Curitiba.
2. BERNARDES, N. Expansão do Povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIV, no 4, pp. 427-456, 1953, Rio de Janeiro.
3. COELHO JR., C. *Pelas Selvas e Rios do Paraná*. Editora Guaira - 189pp. 1946. Curitiba.
4. Crônica da Paróquia de Pato Branco - A Fundação de Pato Branco. Extraído do *Jornal Oeste Paranaense*, 1951, s/local.
5. EGLER, W.A. Relatório da Excursão ao Sudoeste do Paraná em 1949, datilografado, arquivo da Seção Regional Sul, IBG, Rio de Janeiro.
6. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - Santa Catarina, volume XXXII - IBGE, 423pp., 1959. Rio de Janeiro.
7. MARTINS, R. *História do Paraná*. Editora Rumo Ltda. 2ª edição, 542pp. 1939, São Paulo.
8. _____. *Ilex-Mate - Chá Sul Americano*. Empresa Gráfica Paranaense, 302pp., 1926, Curitiba.
9. _____. Argumentos e Subsídios sobre a Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina, 1902, Curitiba.

10. QUEIROZ, M.V. *Messianismo e Conflito Social*. A Guerra Sertaneja do Contestado, 1912/1916. Editora Civilização Brasileira S.A., Série Retratos do Brasil, vol. 45, 353pp., 1966, Rio de Janeiro.
11. SOARES, J.O.P. *Guerra em Sertões Brasileiros*, Papelaria Velho, 131pp., 1931, Rio de Janeiro.
12. SOUZA MARTINS, J. *A Empresa e o Empresário na Vida de Matarazzo*. Monografia nº 2 do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, 110pp., 1967, Rio de Janeiro.
13. STERNBERG, H.O. *O Mate. Roteiro de Estudo. Série "Contribuição ao Ensino nº 12"*. Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia, Mimeografado, 1957. Rio de Janeiro.
14. VALVERDE, O. Relatório da Excursão ao Sudoeste do Paraná em 1949, datilografado, arquivo da Seção Regional Sul, IBG, Rio de Janeiro.

DADOS ESTATÍSTICOS E CADASTRAIS

RECENSEAMENTO DE 1900

- Relatório apresentado ao Ministro da Viação, Indústria e Obras Públicas pelo Diretor Geral. Diretoria Geral de Estatística. Oficina da Estatística, Rio de Janeiro, 1902.

RECENSEAMENTO DE 1920

- Relação dos Estabelecimentos Industriais Recenseados no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística vol. I, Typografia da Estatística, 1925 - Rio de Janeiro.
- Recenseamento do Brasil, volume III, 2ª parte. Agricultura. Typografia da Estatística, 1924 - Rio de Janeiro.
- Recenseamento do Brasil, volume III, 1ª parte, Agricultura - Typografia da Estatística, 1924 - Rio de Janeiro.
- Recenseamento do Brasil, volume IV, 2ª parte, tomo II, População. Typografia da Estatística, 1928 - Rio de Janeiro.

- Recenseamento do Brasil, volume IV, 1ª parte. População. Typografia da Estatística, 1926.
- Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados no Estado do Paraná. Typografia da Estatística. Rio de Janeiro, 1928.

RECENSEAMENTO DE 1940

- Resequeamento Geral do Brasil - Censo Demográfico e Censos Econômicos. Paraná Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1951.

RESENCEAMENTO DE 1950

- Recenseamento Geral do Brasil - Censos Demográficos e Econômicos - Estado do Paraná, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1955.

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO BRASIL PARA 1967 - Laboratório de Estatística - IBGE - Rio de Janeiro.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, Terras e Colonização do Estado do Paraná. Cadastro Rural de Clevelândia, elaborado em 1936 pelo engenheiro F. Beltrão. Acompanham 8 cartas.

MAPAS CONSULTADOS

- Paraná. Divisão Administrativa de 1853. Cópia de mapa existente no Departamento de Geografia, Terras e Colonização em Curitiba - Sem escala.
- Paraná. Divisão Administrativa de 1889. Cópia de mapa existente no Departamento de Geografia, Terras e Colonização em Curitiba - sem escala.
- Mapa do Estado do Paraná - Organizado pelos Engenheiros: militar Alberto Ferreira de Abreu; civil Candido Ferreira de Abreu; e geographo Manuel F. Ferreira Correira - 1908 - Escala 1:700.000.

- Mapa do Estado do Paraná. Organizado pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná. 1938. Escala 1:750.000.
- Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná - Serviço de Geologia e Petrografia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, em colaboração com o Instituto Nacional do Pinho. Organizado por Reinhard Maack, 1950 - Escala 1:750.000.

DEPOIMENTOS

- AM - Angelo Mezzomo - Descendente de italiano, é criador e comerciante de porcos. Entrevistado em Coronel Vivida em 09.08.1968.
- AML - Antonio Marcondes Loureiro - Fazendeiro em Palmas onde nasceu em 1899. Foi “safrista” em Mangueirinha. Entrevistado em Palmas em 11.07.1968.
- AR - Alípio Ribas - Co-proprietário do Frigorífico Saporiti de União da Vitória. Entrevistado em União da Vitória em 09.07.1968.
- AJM - Ary Jaime Müller - Gaúcho de origem alemã, morou no município de Pato Branco em 1948, transferindo-se para Dois Vizinhos no ano seguinte, onde foi um dos seus primeiros bodegueiros e um dos loteadores da cidade. Entrevistado em Dois Vizinhos em 30.07.1968.
- CCJ - Carlos Coelho Jr. - Engenheiro e sertanista, chegou em Pato Branco em 1926, tendo trabalhado na colonização do município como auxiliar do engenheiro Beltrão, que organizou a colonização oficial na zona de Pato Branco. Entrevistado em Curitiba em 21.02.1968 e 16.07.1968.
- JJS - João José da Silva - Gaúcho de Soledade, chegou em Pato Branco em 1939, tendo sido a seguir “safrista” e criador de gado na zona do campo Erê. Atualmente é “safrista” em Mangueirinha. Entrevistado em 11.08.1968 em Mangueirinha.
- JM - Jorge Mussi - Comerciante em União da Vitória desde 1925, sendo seu pai comerciante desde 1897. Seu comércio era de compra de erva-mate e

banha, sobretudo, vendendo ainda bens de consumo. Manteve relações com o Sudeste paranaense. Entrevistado em 09.07.1968 em União da Vitória.

JD - José Dalmolin - Gaúcho de origem italiana, chegou em Pato Branco em 1929, instalando-se como bodegueiro e “safrista”. Entrevistado em 07.01.1968 em Pato Branco.

JS - José Soares - Gaúcho de Candelária, chegou em Pato Branco em 1924, onde foi um de seus primeiros bodegueiros, ligado ao comércio de mate. Foi também “safrista”. Entrevistado em Pato Branco em 04.02.1968.

JAC - Júlio Assis Cavalheiro - Gaúcho de Tupanciretã, onde seu pai tinha propriedade rural. Morou em Clevelândia de 1927 a 1945, quando foi tropeiro. Em 1946 mudou-se para Francisco Beltrão, onde foi um dos primeiros moradores do quadro urbano, que contribuiu para lotear. Foi “safrista” na área. Entrevistado em Enéas Marques em 28.07.1968.

JC - Juvenal Cardoso - natural de Clevelândia, onde seu pai era escrivão. Chegou em Pato Branco em 1932, tendo sido professor da escola primária local. Entrevistado em Pato Branco em 04.02.1968.

LML - Lauro Martins Lara - Natural de Palmas onde seu pai era capataz de Fazenda. Morou na zona do campo Erê de 1930 a 1935, quando se instalou então num local situado entre Pato Branco e Mariópolis que hoje se chama Lara. Atualmente é comerciante em Mariópolis, onde foi entrevistado em 14.07.1968.

LT - Leonardo Tostanowski - polonês e agrimensor da colônia particular de Vitorino. Entrevistado em 19.07.1968 em Vitorino.

MSB - Misael Siqueira Bello - Natural de Clevelândia onde nasceu em 1897. Descendente de fazendeiro, em 1920 instalou-se em Barracão como criador de porcos. Foi Prefeito do município, que tem um de seus distritos com seu nome. Entrevistado em Barracão em 17.08.1968.

OP - Oswaldo Piazza - De origem italiana nasceu em Pato Branco, onde seu pai chegou em 1928. Entrevistado em Renascença em 21.07.1968.

- PV - Pedro Vieira - Gaúcho de Palmeira das Missões, chegou em Pato Branco em 1927, estabelecendo-se como comerciante de tecidos e posteriormente como comprador de porcos. Entrevistado em Pato Branco em 04.02.1968.
- PPC - Porcino Pinto de Camargo - Natural de Vitorino onde nasceu em 1889. Seus pais eram paulistas da zona dos Campos Gerais e nos anos 80 compraram parte da fazenda pertencente a fazendeiro de Palmas. Foi criador de porcos e colhia mate em sua propriedade (Fazenda Sant'Anna) em Vitorino. Entrevistado em Vitorino em 19.07.1968.
- SLL - Sebastião Loureiro de Lima - Nasceu em Guarapuava em 1900, onde seus pais tinham fazenda. Em 1926 foi para Santo Antônio como militar para guarnecer a fronteira, tornando-se posteriormente "safrista". Entrevistado em Santo Antônio do Sudoeste em 05.08.1968.
- ZC - Zacarias Camargo - Natural de Palmas onde seu pai era carpinteiro e seu avô agregado de fazenda. Em 1919 foi morar com a família em Chopinzinho, tornando-se "safrista". Foi Prefeito do município. Entrevistado em Chopinzinho em 10.08.1968.
- WAP - Walter Alberto Pécoits - Gaúcho e médico em Francisco Beltrão, onde chegou no início da década de 1950. Entrevistado em Francisco Beltrão em 27.07.1968.

Na história da Geografia, Carl Ortwin Sauer (1889-1975) situa-se entre os grandes mestres que, pelo espírito crítico, criatividade, talento e liderança intelectual, definiram alguns dos caminhos através dos quais a Geografia iria trilhar. Sauer é o criador e expoente máximo da Geografia Cultural norte-americana, ou do que se convencionou denominar, entre os geógrafos, da “Escola de Berkeley”. Através dele, a Geografia norte-americana libera-se do determinismo ambiental e estabelece sólidas ligações com a Antropologia e a História.

Nascido em Warrenton, Missouri, filho de um professor de Francês e de Música, pertencia a uma família da comunidade dos “alemães metodistas” que, desde a primeira metade do século XIX, se estabeleceram no Missouri. Passou parte da sua infância na Alemanha e, em 1908, obteve seu bacharelado. Em 1909, ingressou como estudante de pós-graduação na Universidade de Chicago, onde seria aluno de Rollin D. Salisbury em Geografia Física; de Ellen C. Semple, em Geografia Humana, e de M.C. Cowles, em Ecologia Vegetal, mestres estes de quem receberia formação fortemente marcada pelo determinismo ambiental, a versão geográfica do darwinismo social. Obteve o grau de doutor em 1915, com a tese “The Geography of the Ozark Highland of Missouri”, estudo regional de uma área próxima a sua terra natal.

Entre 1915 e 1923, Sauer lecionou na Universidade de Michigan em Ann Arbor, no recém-criado Departamento de Geologia e Geografia. Em 1922, participou ativamente dos trabalhos no âmbito do Michigan Land Economic Survey, um organismo criado para levantar, catalogar e mapear a qualidade dos solos do Estado de Michigan. Essa experiência foi decisiva para Sauer. Em 1923, aos 33 anos de idade, Sauer vai lecionar no Departamento de Geografia da Universidade da Califórnia em Berkeley onde, por 31 anos, foi o chefe do referido departamento. Aí nasce a Geografia Cultural norte-americana que Sauer cultivou e incentivou, não apenas até 1957, quando, então, se

aposentou, mas por quase mais 20 anos, através de conferências, participação em seminários e publicação de cerca de 30, de um total de pouco mais de uma centena de artigos, comentários e livros, divulgados durante a sua longa e rica carreira.

O trabalho que se segue está fundamentado, salvo explícita indicação bibliográfica, nas biografias escritas por Leighly⁽⁷⁾⁽⁸⁾ e Parsons⁽¹¹⁾⁽¹²⁾, que são os principais biógrafos de Carl Sauer. Agradecemos ao Professor Hilgard O'Reilly Sternberg, da Universidade da Califórnia, Berkeley, pelo acesso a vários trabalhos de Sauer e sobre Sauer.

A GEOGRAFIA NORTE-AMERICANA ATÉ 1920 E A FORMAÇÃO DE SAUER

A geografia norte-americana teve suas origens ligadas primordialmente às ciências naturais, especialmente à Geologia, que, no último quartel do século XIX, gozava de grande prestígio e se afirmava como uma ciência voltada para o levantamento sistemático dos recursos do subsolo, em fase de industrialização crescente. Secundariamente, foi influenciada pela Antropogeografia alemã e, em menor escala, pela Economia, interessada na ampliação do comércio internacional norte-americano.

A matriz geológica imprimiria, no desenvolvimento inicial da Geografia, forte ênfase no estudo dos fenômenos da natureza, originando a Fisiografia ou Geografia Física, bem como inculcaria nesta as idéias evolucionistas de Darwin. Muitos dos fundadores da Geografia norte-americana foram geólogos de formação e prática profissional. São exemplos William Morris Davis, o pai da Geomorfologia, um dos fundadores, em 1904, da Association of American Geographers (AAG) e o seu primeiro presidente, e o já mencionado Rollin D. Salisbury, também fundador da AAG e chefe do primeiro Departamento de Geografia de uma universidade norte-americana, a de Chicago, de 1903, quando foi criado, até 1919.

A matriz antropogeográfica teria em Ellen C. Semple, formada em História e discípula de Frederic Ratzel em Leipzig, uma de suas maiores fontes de difusão. Semple, também uma das fundadoras da AAG, absorveu e ampliou o pensamento de Ratzel no

que diz respeito ao papel do meio natural sobre o curso da História: a natureza exerceria um controle sobre a vida humana e social. Lecionou na Universidade de Chicago.

A matriz econômica se concretizaria em uma Geografia dos transportes, industrial e comercial, a partir de Emory R. Johnson, que participara da comissão encarregada de localizar o canal navegável do istmo do Panamá, e que fora, também, um dos fundadores da AAG, e de G. Russell Smith, aluno de Johnson e de Ratzel.

As idéias do pragmatismo e do darwinismo social permeavam todas as três matrizes, gerando uma visão determinística e evolucionista marcada pela idéia de competição, dominação e sucessão. Foi neste ambiente intelectual que dominava a Universidade de Chicago, tanto na Geografia como na Sociologia de Robert E. Park, que se deu a formação de Sauer, e foi contra essa visão determinista que ele se insurgiu.

“THE MORPHOLOGY OF LANDSCAPE” E A RUPTURA COM O DETERMINISMO AMBIENTAL

A crítica ao determinismo ambiental ampliava-se em todo os Estados Unidos durante o período de 1915 a 1920. No melhor dos casos, o determinismo poderia ser considerado como um modelo para justificar externamente a proeminência dos países centrais sobre os periféricos, mas não mais como um modelo para uso interno.

A década de 20 veria o aparecimento de vetores que negariam o determinismo ambiental. De um lado, com Harlan H. Barrows⁽¹⁾, sucessor de Salisbury na chefia do Departamento de Geografia em Chicago, emerge um vetor onde a geografia é vista como ecologia humana, objetivando examinar as respostas humanas ao meio físico. Este vetor ganharia força com a criação, em 1925, do periódico *Economic Geography*.

Outros dois vetores emergem, de outro lado, a partir das proposições de Sauer em seu “*The Morphology of Landscape*”, derivando daí estudos corológicos e a Geografia Cultural.

O caminho percorrido por Sauer para criticar o determinismo ambiental e propor, primeiramente, a Corologia e, em breve, a Geografia Cultural, inicia-se com os trabalhos de campo que ele participou e organizou enquanto estudante em Chicago, professor em Ann Arbor e pesquisador no Michigan Land Economic Survey. Dos estudos publicados entre 1915 e 1924, resultantes desses trabalhos de campo e de reflexões sobre eles, merece menção o “The Survey Method in Geography and Its Objective”. Este estudo vem impregnado, de um lado, do pragmatismo vinculado ao ideal de racionalizar o uso do solo e, de outro, impregnado do possibilismo, no sentido de que os grupos humanos deparam-se com alternativas próprias a cada grupo, para gerar determinado uso da terra.

Sauer, em realidade, influenciado pelos geógrafos europeus possibilistas, já elabora uma crítica ao determinismo ambiental, afirmando que a geografia deveria passar por um período de organização de seus métodos antes de se engajar em qualquer teoria sobre a dinâmica da sociedade: o trabalho de campo constitui-se no método ideal e mais importante para a pesquisa geográfica.

O caminho percorrido por Sauer para romper com o determinismo ambiental finaliza com “The Morphology of Landscape”, publicado em 1925, o coroamento de sua fase no Meio-Oeste.

Naquele estudo Sauer não somente critica o determinismo ambiental, mas, também, apoiado em uma tradição que remonta à Antiguidade, passando por Varenus e alcançando geógrafos como Hettner e Vidal de la Blache, considera a Geografia como o estudo da diferenciação de áreas ou Corologia. Segundo Sauer, área, região e paisagem são palavras equivalentes, preferindo ele esta última por não ser ambígua como área, ou não ter fortes conotações com o determinismo ambiental como tinha, na época, a palavra região, associada à idéia de região natural e a um único tipo de resposta humana. Segundo Sauer a Geografia

"... é concebida como o estabelecimento de um sistema crítico que engloba a fenomenologia da paisagem, de modo a abarcar através de seu significado e cores, o variado cenário terrestre"^(13p.320).

E continua Sauer,

"Os objetos que existem na paisagem existem em inter-relação. Afirmamos que constituem uma realidade como um todo, que não se express pela separação de suas partes constituintes, que a área tem forma, estrutura e função, e daí posição em um sistema, e que é sujeita ao desenvolvimento, mudança e fim"^(13p.321).

A paisagem, um conjunto de formas físicas e culturais associadas em área, torna-se para Sauer o conceito fundamental da Geografia, tendo qualidade orgânica. Neste sentido, Sauer mantém muito da influência do darwinismo social contido no determinismo ambiental de sua formação. Entretanto, nega a utilização de qualquer teoria a priori para a interpretação da paisagem, bem como se recusa a uma postura idiográfica no trabalho geográfico. Sauer advoga o método indutivo, plenamente empiricista, à procura de generalizações.

Os estudos corológicos seriam mais tarde enfatizados por Richard Hartshorne em seu "The Nature of Geography"⁽⁶⁾, mas apenas como o estudo das inter-relações em área de fenômenos de natureza física e social, sem considerar o fato de que a paisagem geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura do homem sobre a natureza, modificando-a, transformando uma paisagem natural em paisagem cultural, sem privilegiar a cultura como fator fundamental da criação e modificação da paisagem, e sem dar ao tempo, à História, o papel que Sauer já lhes emprestara em 1925, e que acentuaria mais ainda ao longo de sua carreira.

O modo de se estudar a paisagem geográfica é através do "método morfológico", similar ao que Vidal de la Blache estabeleceu para suas monografias

regionais. Tal método consiste em considerar os fenômenos como formas que estão integradas entre si, admitindo-se os seguintes postulados:

- ☞ *“que há uma unidade de qualidade orgânica ou quase orgânica; isto é, uma estrutura para a qual certos componentes são necessários, estes elementos componentes sendo, neste trabalho, denominados ‘formas’;*
- ☞ *que a similaridade de formas em diferentes estruturas é reconhecida devido à equivalência funcional, as formas sendo então homólogas; e*
- ☞ *que os elementos estruturais possam ser colocados em séries, especialmente em sequência de desenvolvimento, indo do incipiente ao estágio completo ou final* ^(13p.326).

Em realidade, conforme apontam Speth⁽²³⁾ e Williams⁽²⁵⁾, a morfologia proposta por Sauer é inspirada no historicismo do Romantismo alemão que tem em Goethe, citado por Sauer no trabalho em questão, um de seus expoentes, sendo sua a expressão “mudança morfológica”. Como se sabe o Romantismo constitui-se em uma reação ao naturalismo do Iluminismo, e em Sauer tem a correspondência com sua reação ao determinismo ambiental. O conceito de morfologia foi introduzido na Geografia por Carl Ritter, e com Sauer poderia ser aplicada aos ramos da Geografia, a saber, GEOGRAFIA SISTEMÁTICA, onde se realiza o estudo do sistema de formas da paisagem; GEOGRAFIA REGIONAL que é morfologia comparativa; GEOGRAFIA HISTÓRICA que é o estudo da série de mudanças que as paisagens culturais atravessam; e GEOGRAFIA COMERCIAL que considera as formas de produção e as facilidades para distribuição dos produtos.

“The Morphology of Landscape” é, sem dúvida, um marco na história do pensamento geográfico, já contendo em si as sementes da Geografia Cultural que Sauer em breve iria definir.

BERKELEY E A GEOGRAFIA CULTURAL

A Geografia Cultural emerge em Berkeley onde Sauer ampliou seus conhecimentos a respeito dos trabalhos dos geógrafos alemães, franceses e ingleses, tendo sido influenciado pela leitura do segundo volume do “Anthropogeographie” de Ratzel, e pela obra de Eduard Hahn sobre o cultivo das plantas e a domesticação de animais. Ali estabeleceu sólidos contatos com os antropólogos Alfred Kroeber e Robert Lowie e o historiador Herber E. Bolton. Com o primeiro e o último fundou o período “Ibero-Americana” onde publicou muitos de seus estudos.

Com a Antropologia, Sauer aprofundou seu interesse e conhecimento sobre a diversidade da ação humana e, particularmente com Kroeber aprendeu que a cultura é um fenômeno que se origina, difunde-se e evolui no tempo e no espaço, sendo compreensível no tempo porém traçável no espaço onde se localiza. Com a História aprendeu a considerar o tempo, a poder entender “como as coisas se tornam”. Com a Antropologia e a História pode estabelecer a Geografia Cultural ou a História da Cultura no espaço. Pode também criticar o seu “The Morphology of Landscape” que fazia sucesso nos Estados Unidos, alegando tratar-se do produto de sua fase em Michigan, ainda não amadurecido e conhecendo muito pouco os trabalhos dos geógrafos europeus e dos antropólogos.

O seu artigo “Recent Developments in Cultural Geography”⁽¹⁴⁾, de 1927, constitui uma etapa na evolução de seu pensamento em direção à conceitualização da Geografia Cultural que, para ele, era sinônimo de Geografia Regional ou Geografia Histórica. Sugere que a Geografia deva constituir-se no estudo da: (a) reconstrução da paisagem física antes do homem; (b) reconstrução da paisagem durante a ocupação; (c) mudanças maiores que se verificaram na paisagem cultural.

A partir daí, Sauer abandona suas preocupações com os estudos da área, filiando-se à Geografia Cultural e Histórica. O artigo “Foreword to Historical Geography”⁽¹⁵⁾, publicado em 1941, constitui-se na visão acabada do pensamento de Sauer sobre a Geografia Cultural. Resulta de sua experiência, iniciada na segunda metade da década de

20, a partir de contatos com antropólogos e historiadores, e do trabalho de campo no Sudoeste norte-americano e no México. É o referido artigo uma profissão de fé a favor da Geografia Cultural, feita por Sauer, então presidente da Association of American Geographers, em um momento em que começam a aparecer os efeitos da monumental obra de Hartshorne, "The Nature of Geography", publicada em 1939, na qual a Geografia é vista como uma disciplina corológica e idiográfica, sendo o estudo da diferenciação de áreas a partir da integração, em uma dada área, de fenômenos de natureza física e social. Efeitos estes que se traduziriam, durante o período 1940-1955, no apogeu, no âmbito da Geografia norte-americana, da Geografia proposta por Hartshorne.

Naquele trabalho, Sauer defende a visão genética nos estudos geográficos, a necessidade de um sólido conhecimento de Geografia Física, e do forte apoio da Antropologia, a ciência irmã da Geografia. A Geografia proposta por Sauer é a do estudo comparativo de culturas localizadas em áreas, ou seja, o estudo de áreas culturais. Tendo em vista a natureza histórica da cultura - um conjunto de hábitos aprendido por um determinado grupo em um dado local e momento do tempo - no estudo das áreas culturais deve-se compreender, através da análise das origens e processos, como elas diferenciam-se entre si.

Houve em Sauer um forte interesse pelo estudo de áreas em estágios culturais menos avançados. Isto não implicava, contudo, em uma visão etnocêntrica, reconhecendo ele uma racionalidade própria de cada cultura. Sauer receava, em realidade, a difusão da cultura industrial destruindo a diversidade cultural existente nos países de cultura não-industrial.

Em "Foreword to Historical Geography" estão incluídos um conjunto de temas de pesquisa. Sugere que se considere, de um lado, os processos da Geografia Física, cujas mudanças seculares podem afetar o homem e, de outro, que se considere o homem como um agente da Geografia Física, cuja cultura tem afetado a natureza. Os estudos de ocupação da terra visando a reconstrução de mudanças e continuidades são para Sauer

de fundamental importância, indicando ele que em tais estudos se considere os padrões dos núcleos de povoamento, os tipos de casa, os sistemas agrícolas e a propriedade da terra.

Os temas climax cultural, onde se aceita a idéia de que as culturas têm estágios, e a receptividade cultural, que diz respeito à difusão, adoção e rejeição de inovações, são sugeridos também.

Da obra de Sauer, destaca-se, ainda, do ponto de vista de proposições sobre a natureza da Geografia, o seu "The Education of a Geographer"⁽¹⁸⁾, publicado em 1956, onde Sauer, ao lado de uma crítica à Geografia hartshoniana e à então emergente "new geography", define como deve ser a formação do geógrafo. Esta devia apoiar-se em poucos cursos e não em uma pulverização de cursos, dos quais vários em Geografia Regional, isto é, em Geografia Histórica de uma região. Os cursos de Geografia Física e Biogeografia são de fundamental importância. Também é importante que o geógrafo domine a história do pensamento geográfico. Mais importante, admite Sauer, são os trabalhos de campo que permitem treinar os olhos para ver e a mente para generalizações. Em suas palavras ^(18p.400):

"A importante questão aqui não é se ele ganha prática nas técnicas de mapeamento, mas se aprende a reconhecer formas que expressam funções e processos, ver problemas implícitos na localização e extensão em área, pensar a respeito de ocorrências simultâneas ou não. A classe de formas, seja a terra, vegetação ou cultura é opcional; a cena importante é ter a preocupação da origem da forma, reconhecer tipos de variações, posição e extensão, presença e ausência, função e derivação; em breve, cultivar o sentido da morfologia".

AS PESQUISAS DE SAUER: TEMAS E ÁREAS

As pesquisas de Sauer e de seus discípulos compreendem um conjunto de temas que podem ser definidos, de acordo com Wagner e Mikesell⁽²⁴⁾, como áreas culturais,

história da cultura, paisagens culturais e ecologia cultural ou o papel do homem como agente modificador da natureza. Tais temas estão entrelaçados entre si. Uma parcela considerável das pesquisas realizadas por Sauer privilegiou algumas áreas como a “fronteira agrícola do Meio-Oeste” e o Sudoeste dos Estados Unidos. A América Latina, e particularmente o México, constituiu-se em outra área onde Sauer desenvolveu boa parte de suas pesquisas.

O Meio-Oeste americano, região nativa de Sauer, e onde ele iniciou suas primeiras pesquisas, constituiu-se em área de particular interesse para ele. Ali realizou estudos durante a década de 10 e início dos anos 20, como também mais tarde, na década de 60, quando revisitou o Meio-Oeste.

Em 1963, ao comemorar o centenário do “Homestead Act” em 1962 - a legislação que orientou a colonização do Meio-Oeste - é publicado “Homestead and Community on the Middle Border”⁽¹⁹⁾ onde descreve o povoamento e suas características na área em questão. A natureza do habitat rural, planejado e disperso, e o caráter de auto-suficiência da família constituem temas que Sauer aborda. A partir da Primeira Guerra Mundial, iniciaram-se mudanças na agricultura e organização sócio-espacial do Meio-Oeste, as quais são advindas de demandas e estímulos extra-regionais. A natureza das mudanças que ocorreram no Meio-Oeste, entre elas a especialização agrícola e perda da auto-suficiência do agricultor, modernização agrícola via adoção de maquinários e fertilizantes químicos, imigração, abertura de estradas e difusão do automóvel, penetração citadina através do lazer, invasão de outras espécies vegetais e práticas conservacionistas, são percebidas e comentada por Sauer em seus “Status and Change in the Rural Midwest - A Retrospect”⁽²⁰⁾.

Entre os numerosos estudos sobre o México merece menção o “The Personality of Mexico”⁽¹⁶⁾ onde Sauer propôs ver, a partir do passado pré-colombiano e de sua Geografia no século XVI, os traços dominantes da terra e do povo mexicano. A “personalidade” do México resulta da fusão das culturas espanhola, dos povos

civilizados de sua porção meridional, e dos povos selvagens de sua parte setentrional, “personalidade”, esta, que foi estruturada durante o século XVI.

Uma parte muito importante da obra de Sauer, sobretudo aquela produzida a partir de 1950, quando então os longos trabalhos de campo se tornaram mais penosos, apoiaram-se em reflexões de leituras e de sua própria e rica experiência. Sauer desenvolveu então a temática da “Paleogeografia do Homem”, sito é, uma série de estudos sobre a História da Cultura.

Dentro dessa temática aparece, já em 1944, o seu “A Geographical Sketch of Early Man in America”⁽²¹⁾, onde se discute a penetração do homem e as condições ambientais do continente americano, sua dispersão, as rotas por onde ela se verificou, e a distribuição espacial dos principais traços culturais dos indígenas. Em outros trabalhos, Sauer mostra as mudanças ambientais após o último período glacial e os processos culturais que paralelamente emergiram, entre eles o de aprendizagem da utilização do fogo pelo homem, que se vincularia à presença de vulcões ativos nas proximidades de seu habitat original, localizado na África Oriental. Segundo Sauer, a partir do domínio do fogo, o homem pode dominar e modificar a natureza, criando o mundo da cultura.

Em outro estudo, Sauer discute o nicho ecológico necessário para o aparecimento do homem, tendo em vista suas características biológicas: o habitat ideal seria nas proximidades da água, seja ribeirinha, lacustre ou à beira do mar, sendo esta a alternativa mais viável. Neste habitat ideal, Sauer vê o homem primitivo, em seus primórdios, não como um caçador, mas como um pacífico coletor, vivendo sedentariamente à beira da praia, apresentando uma estrutura familiar marcada pela importância da mulher.

Na linha temática sobre a História da Cultura, aparece como extremamente significativo o estudo “Agricultural Origins and Dispersals”, de 1952, no qual Sauer discute as origens e dispersão da agricultura. Este estudo seria republicado mais tarde, em 1972, na coletânea “Seeds, Spades, Hearths and Herds”⁽²²⁾. Neste estudo é aceita a

tese de Ratzel da maior importância da difusão do que da invenção paralela em outra área, bem como a tese de Hahn da domesticação de animais com finalidade outra que a econômica. Incorpora, também a tese de Vavilov de que a agricultura ter-se-ia iniciado em terras colinosas e montanhosas e não em amplos vales. Seu início foi em áreas florestais, com enorme diversidade de plantas e animais, tendo sido inventada por povos sedentários que teriam, em grande parte através da pesca e atividades associadas, adquirido habilidade para os experimentos agrícolas como a seleção de plantas e domesticação de animais. O Sudeste Asiático seria, para Sauer, o berço da agricultura e que de lá teria se difundido.

O papel do homem como agente modificador da natureza primitiva constitui-se em um tema extremamente importante para Sauer e os geógrafos culturais. Trata-se, em realidade, de assunto considerado em 1864 por George Perkins Marsh, um pioneiro dos estudos sobre as relações entre o homem e a natureza, conforme indica Mikesell⁽⁹⁾. Esta linha temática seria conhecida como Ecologia Cultural, interessando-se pelos processos de mudança da natureza produzidos pela ação humana, tal como a degradação do solo. O próprio Sauer já se interessara pelo assunto no início de sua carreira, ao constatar, no Estado de Michigan, os efeitos destrutivos sobre o solo, resultantes da exploração da floresta de coníferas.

A maior contribuição de Sauer ao tema, aparece, porém, no Simpósio “Man’s Role in Changing the Face of the Earth” publicado em 1956, do qual ele foi um dos co-organizadores e autor do “The Agency of Man on the Earth”⁽¹⁷⁾. Neste estudo Sauer considera, de um lado, os efeitos da ação humana sobre a natureza a partir do emprego do fogo e da adoção de diversos sistemas agrícolas. De outro, considera o impacto da ação humana na superfície da terra ao longo do espaço e do tempo: na Antiguidade e Idade Média, através da colonização européia em geral e particularmente nos Estados Unidos. Finalmente, Sauer alerta para o contínuo e crescente processo de dilapidação dos recursos do meio ambiente a partir do século XX, dilapidação que envolve tudo. O homem necessita, afirma ele, de uma ética e estética que possibilite que as gerações do presente possam legar para as do futuro uma terra habitável.

AS CRÍTICAS À GEOGRAFIA CULTURAL

A Geografia Cultural suscitaria críticas oriundas das mais diversas direções, inclusive, e naturalmente, de seus próprios adeptos. A crítica que Hartshorne e os geógrafos regionais fizeram a ela refere-se ao fato desta apenas privilegiar um dos múltiplos elementos que se inter-relacionam em área.

Do ponto de vista da “new geography”, os geógrafos culturais são acusados de estarem voltados para o passado, de se interessarem por temas pouco relevantes para os problemas imediatos vinculados ao desenvolvimento, servindo mais aos interesses puramente acadêmicos de alguns deles. Em outras palavras, os geógrafos culturais estariam mais voltados para fenômenos de divergências do que convergência cultural, esta sendo associada a uma certa homogeneização de grupos sociais sob o impacto da expansão capitalista. Daí seus interesses voltarem-se para o estudo de áreas culturais “não-ocidentais”. Só recentemente, como lembra Mikesell⁽⁹⁾, desperta-se um maior interesse em estudos de Geografia Cultural dos Estados Unidos.

No âmbito da Geografia Cultural, Mikesell⁽⁹⁾ ao fazer uma avaliação da Geografia desenvolvida por Sauer, comenta que os geógrafos culturais tem sido seletivos e seus temas estudados. Assim, por exemplo, há mais estudos sobre religiões do que sobre línguas, bem como maior compreensão sobre os aspectos materiais da cultura do que sobre os aspectos não-materiais. Também é criticada a aceitação do conceito de cultura fundamentado na proposta de Kroeber, na crença de que já existiria uma concordância entre os antropólogos sobre esse conceito. Mikesell critica ainda a falta de interesse sobre os conflitos culturais, religiosos ou étnicos, entre os praticantes da Geografia Cultural.

Uma das críticas mais profundas, que atinge o âmago da Geografia Cultural norte-americana, diz respeito ao fato dos geógrafos terem aceito um conceito de cultura onde esta é entendida como uma entidade superorgânica conforme comenta Duncan⁽⁴⁾. O conceito de superorgânico foi cunhado por Herbert Spencer, o pai do darwinismo social,

e aceito por Kroeber e Lowie no primeiro quartel deste século, tendo sido elaborado mais tarde por Leslie White. A cultura passou a ser:

"... vista como uma entidade acima do homem, não redutível às ações pelos indivíduos que estão associados a ela, misteriosamente respondendo pelas suas próprias leis" (8p.182).

A cultura constitui-se em um nível independente da realidade, externa ao indivíduo, explica'vel por si própria, dentro de uma visão holística do mesmo modo que os conceitos de "consciência coletiva" de Emile Durkheim e "sociedade" de Talcott Parsons. Gerou na antropologia norte-americana um determinismo cultural que perduraria até a década de 50. Neste contexto o indivíduo é um "mero agente de forças culturais", conforme aponta Duncan^(4 p.184), movido por valores que possibilitem que o nível superorgânico funcione. Sauer e seus discípulos adotam esta visão de cultura, ignorando a existência de outras definições propostas pelos antropólogos, tal como já apontara Mikesell em 1978.

O conceito de cultura como uma entidade supraorgânica pressupõe uma série de premissas que foram aceitas e incorporadas pelos geógrafos culturais. Fundamentalmente, a crítica maior reside na existência dos níveis orgânico e superorgânico em que a realidade é dividida, correspondendo esta divisão a uma forma de idealismo. A cultura, entidade superorgânica, é, não apenas reificada, como, também, passa a fazer parte dos indivíduos de um grupo, sendo, portanto, internalizada pelos indivíduos. Essa internalização se traduz na personalidade e caráter de um grupo ou povo, tal como Sauer admite em seu "The Personality of Mexico", de 1941. Esta internalização da cultura pelos indivíduos tem, por sua vez, como pressuposto, a idéia de homogeneidade cultural de cada grupo, a qual, pela ausência de conflitos internos, implicaria em mudanças pouco frequentes e sempre originária do exterior, de fora do grupo. É assim que os estudos da difusão e adoção de inovações constitui-se em um tema importante para os antropólogos discípulos de Kroeber e para os geógrafos culturais.

Duncan⁽⁴⁾, que levanta o conjunto de críticas que ora se estabelece à Geografia Cultural, argumenta ainda que a internalização da cultura tem como mecanismo o condicionamento pavloviano que cria hábito, o qual é, para Sauer, sinônimo de cultura.

Dada esta concepção de cultura e seus pressupostos, verifica-se que, nos estudos de Geografia Cultural, uma série de críticas pode ser levantada. Assim, ao se ver a cultura como força determinante, outros possíveis aspectos explicativos deixam de ser considerados, bem como não se considera o modo como os indivíduos escolhem, interagem, negociam e impõem restrições entre si. Não se considera variáveis como estratificação social, interesses políticos e conflitos entre interesses opostos, nem o papel do Estado e das grandes empresas. Nas palavras de Duncan^(4 p.191):

“Em breve, o mundo descrito pelos geógrafos culturais é um mundo no qual o indivíduo está largamente ausente, o consenso prevalece, o desvio é ignorado; é um mundo não tocado pelo conflito intracultural”.

Em realidade, ao abandonar o determinismo ambiental, Sauer se vê engajado no determinismo cultural, uma outra versão do darwinismo social que afetou, via antropologia, a Geografia Cultural.

Do ponto de vista da Geografia Crítica que se exemplifica com o estudo de James Blaut⁽²⁾, a crítica que se aponta à Geografia Cultural Norte-Americana, quer em sua forma tradicional, quer suas formas modernas, é a de que ela está assentada em critérios de classes e étnicos, que influenciam os valores e crenças dos geógrafos culturais norte-americanos. Ao se admitir a existência de “culturas” como entidades genuínas da sociedade, esquece-se o papel do Estado e dos limites territoriais, bem como a das classes sociais poderosas. Em realidade, muitos dos grupos que se chamam de “culturas” são sociedades oprimidas, seja pelas elites internas, seja pelas elites externas, seja por ambas. Os estudos de Geografia Cultural não consideram estes aspectos, e neste sentido acabam servindo à dominação e às corporações multinacionais.

Neste aspecto, é conveniente lembrar com Mikesell⁽⁹⁾ que, após a Segunda Guerra Mundial e até o final da década de 60, os Aparelhos de Estado norte-americanos patrocinaram numerosas pesquisas em áreas culturais “não-ocidentais”, as quais acabavam servindo como fontes de informação para os órgãos de espionagem e ação anti-revolucionária. E isto sob o pretexto de se ganhar experiência “cross-cultural”, a partir de estudos comparativos entre grupos culturais “não-ocidentais”.

PERSPECTIVAS RECENTES NA GEOGRAFIA CULTURAL

De acordo com Mikesell⁽⁹⁾, a Geografia Cultural, após 1960, apresenta tres perspectivas recentes que são incorporadas à sua prática. Trata-se do aparecimento de uma nova Ecologia Cultural, dos estudos sobre percepção ambiental, e de maior ênfase em se estudar aspectos da Geografia Cultural Norte-Americana.

A década de 60 marcou a Geografia como um todo, bem como as ciências sociais de um modo geral, pela adoção de várias inovações. Uma delas é a aceitação, ainda que parcial, da teoria geral dos sistemas, oriunda da Biologia, e que, nos estudos de Geografia Cultural implicaria na adoção do conceito de ecossistema. Tais estudos seriam designados como a nova versão geográfica da ecologia cultural, tema este que seria compartilhado pela antropologia através dos trabalhos de A.P.Vayda e R.A.Rappaport, entre outros, conforme é comentado por Grossman⁽⁵⁾.

Na Ecologia Cultural, influenciada pela análise sistêmica, natureza e cultura passaram a ser vistas como componentes interligados de um sistema, sem nenhuma visão determinista, quer ambiental, quer cultural. Entre os geógrafos merecem destaque o estudo de D.R.Stoddart, no qual o conceito de ecossistema é visto como principio e método geográficos, o trabalho de W.B.Morgan e R.P.Moss, no qual se discute o conceito de comunidade, e a proposição de D.C.Foote e B.Greer-Wooten. Em termos empíricos, muito significativo é o estudo de Harold C.Brookfield e Paula Brown sobre

os conflitos de terra no planalto da Nova Guiné, área que funcionou como laboratório para as pesquisas de Ecologia Cultural, conforme Mikesell⁽⁹⁾ indica.

Implícito nos estudos tradicionais de Geografia Cultural está a percepção ambiental, a qual era vista como sendo influenciada pela cultura. Entretanto, como tema, apenas a partir da década de 60, os estudos sobre percepção ambiental emergem no âmbito da Geografia, conforme aponta Mikesell⁽⁹⁾. O seu precursor foi William Kirk com o seu “Historical Geography and the Concept of Behavioral Environment” publicado em 1951, como é indicado por Grossman⁽⁵⁾. Foi, no entanto, a partir do trabalho de David Lowenthal, que a questão da percepção ambiental ganha espaço entre os geógrafos, influenciados pela psicologia. Entre os estudos sobre percepção ambiental, sobressaem aqueles publicados na coletânea organizada por Lowenthal e os trabalhos de Harold C. Brookfield, Roger M. Downs e Yi-Fu-Tuan.

Dentro da temática em pauta, destacam-se os estudos que consideram a percepção e atitudes face às catástrofes naturais, os quais se iniciaram sob a direção de Gilbert F. White, já na década de 40, como James K. Mitchell⁽¹⁰⁾ comenta. Sobressaem os estudos de Ian Burton e Robert W. Kates, bem como o de Thomas F. Saarinen sobre a percepção da seca nos Grandes Planos Norte-Americanos.

O tema percepção ambiental originou também estudos de como determinados grupos sociais, étnicos ou etários, definem limites e preferências espaciais: provavelmente o melhor exemplo é o estudo de Peter Gould e Rodney White sobre mapas mentais, publicado em 1974.

Convém ressaltar que, como outros temas, os geógrafos repartem com os antropólogos uma preocupação similar com a questão da percepção ambiental, tema que, ainda que não seja central à Antropologia, mereceu considerações de antropólogos como Franz Boas, B. Malinowski e E. E. Evans-Pritchard, conforme assinala Grossman⁽⁵⁾.

A retomada de estudos sobre aspectos da Geografia Cultural norte-americana pode ser exemplificada através dos estudos de Wilbur Zelinky no qual se discute o tema da “unidade na diversidade (ou diversidade na unidade)”, de John Fraser Hart voltados para os estudos rurais no país, e os trabalhos de Donald W. Meinig sobre o Oeste norte-americano conforme aponta Mikesell⁽⁹⁾. Subjacente a estes estudos está a idéia de que verificar e compreender as variações espaciais dos diferentes aspectos da cultura norte-americana, entendida como invariável, estandardizada, constitui-se em um enorme desafio para uma Geografia Cultural que enfatizou estudos de áreas “não-ocidentais”, com maior diversidade cultural.

Na década de 80, a Geografia Cultural norte-americana, criada por Carl Ortwin Sauer, prossegue enriquecida, produzindo-se um amplo conhecimento sobre as relações entre o homem e a natureza, incluindo uma abordagem crítica, tal como aparece no artigo de Cosgrove⁽³⁾.

BIBLIOGRAFIA

- 1) BARROWS, Harlan. Geography as human ecology. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 13(1):1-14, 1923.
- 2) BLAUT, James. A radical critique of cultural geography. *Antipode*. Worcester, 12(2):25-24, 1980.
- 3) COSGROVE, Denis E. Towards a radical cultural geography; problems of theory. *Antipode*. Worcester, 15(1):1-11, 1983.
- 4) DUNCAN, James. The superorganic in American cultural geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 70(2):181-198, 1980.
- 5) GROSSMAN, Larry. Man-environmental relationship in anthropology and geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 67(1):126-44, 1977.

- 6) HARTSHORNE, Richard. The nature of geography; a critical survey of current thought in the light of the past. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 29(2-4):171-658, 1939.
- 7) LEIGHLY, John (org.) *Land and life; a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley. The University of California Press, 1963, 427p.
- 8) _____. Carl Ortwin Sauer, 1889-1975. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 66(3):337-48, 1976.
- 9) MIKESELL, Marvin. Tradition and innovation in cultural geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 68(1):1-16, 1978.
- 10) MITCHELL, James. Natural hazards research. J.R.Manners e M.Mikesell(orgs.) *Perspectives on Environment*. Washington, *Association of American Geographers*, Commission on College Geography, 13:311-41, 1974.
- 11) PARSONS, James. Carl Ortwin Sauer, 1889-1975. *The Geographical Review*. New York, 66(1):83-89, 1976.
- 12) _____. The later Sauer year. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 69(1):9-15, 1979.
- 13) SAUER, Carl. The Morphology of Landscape. In: J.Leighly(org.) *Land and life - A selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley. The University of California Press, 1963, p.315-50.
- 14) _____. Recent developments in cultural geography. In: E.C. Hayes (org.) *Recent developments in the social sciences*. new York, Lippincott, 1927, p.154-212.
- 15) _____. Foreword to historical geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 31(1):1-24.
- 16) _____. The personality of Mexico. *The Geographical Review*. New York, 31(3):353-64, 1941.
- 17) _____. The agency of men on the earth. In: W.L.Thomas Jr.(org.) *Man's role in changing the face of the earth*. Chicago, The University of Chicago Press, 1956, p.49-69.
- 18) _____. The education of a geographer. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 46(3):287-99, 1956.

- 19) _____. Homestead and community on the middle border. In: H.W. Ottoson(org.). Land use policy in the United States. Lincoln, University of Nebraska Press, p.65-85, 1963.
- 20) _____. Status and change in the rural Midwest. A retrospect. *Mitteilungen der Oesterreichischen Geographischen Gesellschaft*. Wien, 105:357-67, 1963.
- 21) _____. A geographical sketch of early man in America. *The Geographical Review*, New York, 34(3):329-73, 1944.
- 22) _____. Seeds, spades hearths and herds. The domestication of animals and foodstuffs. Cambridge, the MIT Press, 175p., 1969.
- 23) SPETH, Willian. Berkeley Geography, 1923--1933. In: B.Bionet(org.). The origins of Academic Geography in the V.S., Hamden, Archon Books, p.221, 1981.
- 24) WAGNER, Phillip.L; MIKESELL, Marvin(orgs.). Readings in cultural geography. Chicago, The University of Chicago Press, 389p., 1962.
- 25) WILLIAMS, Michael. the apple of my eye; Carl Sauer and historical geography. *Journal of Historical Geography*, London, 9(1):1-28, 1983.

ESPAÇO E CULTURA: UMA TRADIÇÃO GEOGRÁFICA

A partir da década de 1980 a geografia cultural reaparece entre os geógrafos com enorme vitalidade. A despeito da globalização em suas múltiplas facetas, não se verifica a uniformização do planeta. Ao contrário, diferenças de natureza cultural tem se acentuado, levando mesmo a se minimizar a idéia de que a organização espacial seja inteligível apenas com base nos processos de produção ⁽¹⁾.

A retomada da geografia cultural tem suscitado, por outro lado, um debate a respeito da geografia cultural “tradicional” e a “nova” geografia cultural, conforme indicam Price e Lewis ⁽²⁾.

As bases recentes da geografia cultural, reinventada ou revitalizada⁽³⁾, situam-se tanto na geografia alemã com Passarge e Schlüter, como na França com Vidal de la Blache, Brunhes e Max Sorre⁽⁴⁾. Foi nos Estados Unidos, com Sauer⁽⁵⁾, que a geografia cultural ganha maior expressão, originando a denominada Escola de Berkeley que se caracterizou no seu início, na segunda metade da década de 1920, por sua reação ao determinismo ambiental.

A geografia cultural produziu um enorme volume de livros, artigos e teses sobre uma ampla temática reunida em quatro temas maiores: a análise da paisagem cultural, a história da cultura no espaço, as áreas culturais e a ecologia cultural ou o estudo da ação do homem alterando a natureza levando, por exemplo, à degradação do solo. Outros temas foram também considerados, sobretudo a partir dos anos 60 e mais recentemente ainda, quando se inclui uma abordagem crítica à dimensão espacial da cultura⁽⁶⁾.

* Publicado originalmente em *Espaço e Cultura* – Ano I, nº 1 – outubro de 1995: 1-21.

O presente artigo procura, de um lado, resgatar alguns temas específicos abordados pelos geógrafos e, a seguir, propor aos geógrafos brasileiros um conjunto temático sobre a dimensão espacial da cultura, cuja natureza é indicada a seguir.

De acordo com o Editorial apresentando o primeiro número do periódico *Géographie et Cultures*⁽⁷⁾, consideramos a cultura como:

- “o conjunto daquilo que é transmitido e inventado”, implicando que se conheça a dinâmica da inovação e difusão das técnicas, atitudes, idéias, valores, bem como as condições de transmissão⁽⁸⁾;
- caracterizada por “componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos”⁽⁹⁾;
- não sendo constituída pela “justaposição de traços independentes. Seus componentes formam sistemas de relações mais ou menos coerente”⁽¹⁰⁾;
- jamais estando “presente da mesma maneira entre todos os representantes da sociedade”, distinguindo-se, de um lado, cultura popular e cultura da elite e, de outro, cultura dominante e contra-cultura⁽¹¹⁾;
- sendo “vívda individualmente”.⁽¹²⁾

Sauer, por outro lado, fornece-nos uma chave para se analisar a cultura; origina-se, difunde-se e evolui no tempo e no espaço, sendo compreensível no tempo, porém traçável no espaço onde se localiza.

A PAISAGEM CULTURAL

A paisagem constitui para a geografia um de seus conceitos-chaves, a ela sendo atribuída, por parte de numerosos geógrafos, o papel de integrar a geografia, articulando o saber sobre a natureza com o saber sobre o homem.⁽¹³⁾

Trata-se da paisagem cultural, um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço como os campos, as cercas vivas, os caminhos, a casa, a

igreja, entre outras, com seus estilos e cores, resultante da ação transformadora do homem sobre a natureza. Siegfried Passarge e Otto Schlüter⁽¹⁴⁾, na Alemanha, preocuparam-se em clarificar como os elementos constitutivos da paisagem se agrupam, originando uma hierarquia de paisagens e quais os mecanismos de transformação da paisagem natural em paisagem cultural. Na geografia norte-americana foi Carl Sauer⁽¹⁵⁾ quem discutiu a temática em tela. A geografia francesa, por outro lado, dedicou inúmeros estudos sobre as paisagens agrárias européias e não-européias⁽¹⁶⁾.

Em realidade a paisagem é, de um lado, o resultado de uma dada cultura que a modelou e, de outro, constitui-se em uma matriz cultural⁽¹⁷⁾. Como resultado a paisagem é “uma vitrine permanente de todo o saber”⁽¹⁸⁾, expressando a cultura em seus diversos aspectos, possuindo uma faceta funcional e outra simbólica.

A paisagem dos cemitérios das grandes cidades brasileiras é, a este respeito, exemplar. Na frente, junto à rua ou à praça, estão os túmulos das pessoas ricas e de prestígio, de mármore ou granito e ornamentados com imponentes símbolos. Em torno, como que formando um semi-círculo, estão os túmulos dos indivíduos de classe média, mais simples e baratos, porém duradouros. Na periferia do cemitério, de acessibilidade mais difícil, estão enterrados, sem nenhum jazigo, os indivíduos das camadas populares. Esta paisagem é simultaneamente funcional e simbólica, reproduzindo o status social que os indivíduos tiveram em vida, assim como a localização residencial no espaço urbano.

Como matriz cultural as paisagens através de muitos de seus elementos “servem como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos”, contribuindo para “transferir de uma geração a outra o saber, crenças, sonhos e atitudes sociais”⁽¹⁹⁾.

Cosgrove⁽²⁰⁾, por sua vez, admite que a paisagem geográfica “contém um significado simbólico, porque é produto da apropriação e transformação da natureza”, na qual foi impressa, através de uma linguagem, os símbolos, os traços culturais do grupo, ao geógrafo competindo decodificar a paisagem, aprendendo a ler o seu significado.

A partir de uma visão crítica Cosgrove⁽²¹⁾ identifica dois tipos gerais de paisagens. O primeiro é a “paisagem da cultura dominante”, um dos meios através dos quais o grupo dominante tem o seu poder

“sustentado e reproduzido, em grande medida, pela sua capacidade de projetar e comunicar(...) e para todos os outros grupos, uma imagem de seu mundo, consoante com sua própria experiência, e ter aquela imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de todos”.⁽²²⁾

A paisagem das “plantations” escravistas é, neste sentido, exemplar.

O segundo tipo é constituído pelas “paisagens alternativas”, criadas por grupos não-dominantes e que, por isso mesmo, apresentam menor visibilidade. Cosgrove distingue três sub-tipos. As “paisagens residuais”, cujo interesse está no fato de permitirem a reconstrução da geografia do passado, constituem o primeiro sub-tipo. O mundo rural e certas áreas da grande cidade exibem paisagens residuais.

As “paisagens emergentes”, oriundas de novos grupos podem ter caráter transitório. O interesse no seu estudo reside no caráter utópico expresso em uma nova organização social e espacial e impresso na paisagem. As paisagens dos acampamentos hippies dos anos 60 nos Estados Unidos, de um lado, e a dos acampamentos dos sem-terra no Sul do Brasil, de outro, são exemplos de paisagens emergentes, portadoras de uma nova mensagem social.

O terceiro sub-tipo, finalmente, constitui-se nas “paisagens excluídas”, associadas às minorias e grupos pouco integrados como os ciganos e minorias raciais e religiosas. Trata-se de paisagens próprias, muitas vezes imperceptíveis aos olhos da cultura dominante, mas rica de símbolos e significados para o grupo excluído.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E CULTURA

A natureza e o espaço socialmente produzido, do qual o homem é parte integrante, constituem o ambiente geográfico. Este, contudo, não é vivenciado nem percebido do mesmo modo pelos diversos grupos sociais diferenciados entre si segundo um amplo leque de atributos que se combinam entre si de modo complexo: renda, sexo, idade, as práticas espaciais associadas ao trabalho, crenças, mitos, valores e utopias. A percepção do ambiente tem uma base eminentemente cultural.

Gallais⁽²³⁾ ao estudar o delta interior do Níger na África Ocidental, reporta-nos sobre as diferenças com que a natureza é percebida. Assim, com base nas práticas vinculadas ao trabalho, os povos nativos distinguem nuances pedológicas mínimas ao longo de uma encosta ou de altura numa planície, o que gera uma rica terminologia relativa à natureza.

Há, contudo distinções entre os diferentes grupos étnicos com base nas atividades. Assim, no Mali, prossegue Gallais⁽²⁴⁾, os Bambaras que praticam a agricultura com enxada na savana, distinguem uma complexa variedade de solos, enquanto na mesma região os Peuls, criadores, distinguem e de forma menos precisa, apenas poucos tipos de solo segundo a cor.

O transbordamento, nas duas primeiras décadas do século XIX, da atividade pastoril dos Campos Gerais, uma área de campos no segundo planalto paranaense, para os Campos de Guarapuava, no terceiro planalto paranaense, foi também o resultado de uma percepção ambiental que levou os criadores a evitar as áreas florestais, consideradas impróprias para a pecuária, que se situavam entre os Campos Gerais e os Campos de Guarapuava. Atualmente, como se sabe, e graças à modernização das atividades agropecuárias, as áreas de campos são percebidas como áreas propícias à agricultura e à pecuária, o mesmo ocorrendo em relação às áreas florestais.

A percepção do ambiente tem fortes raízes culturais. Mas a relação entre ambas parece ser muito mais complexa. Assim, questiona-se como os imigrantes nordestinos, oriundos de áreas semi-áridas, percebem e avaliam as várzeas, tanto do Sertão do Nordeste como da Amazônia para onde eles emigraram. No âmbito de sua cultura, como um mesmo quadro genérico da natureza, a várzea é percebida em regiões naturais distintas?

A praia foi, até meados do século XIX, relegada a um plano secundário pelos habitantes das cidades, tratando-se do “território do vazio” conforme afirma Corbin⁽²⁵⁾. Sua valorização se deu com base na reavaliação dos atributos ambientais considerados a partir de então como saudáveis para o homem.

Nas cidades do mundo tropical a proximidade da praia ganha uma dimensão adicional associada ao micro-clima ameno, beneficiada que é pelas brisas marinhas. A mudança na avaliação ambiental foi, sem dúvida, um elemento que induziu a progressiva transferência das elites e classes médias abastadas para o setor litorâneo que, a partir do final do século XIX, como no caso da cidade do Rio de Janeiro, originou um padrão espacial de segregação residencial caracterizado, em parte, por apresentar setores seletivos à la Hoyt⁽²⁶⁾, como se exemplifica também com, entre outras cidades, Salvador, Recife e Fortaleza.

Percepção ambiental no caso associa-se à incorporação de áreas, até então desvalorizadas, ao espaço urbano, à possibilidade de se extrair renda fundiária de monopólio e à apropriação seletiva de espaços dotados de amenidades que têm um inequívoco caráter cultural.

ESPAÇO E SIMBOLISMO

Segundo Isnard⁽²⁷⁾ o espaço geográfico é também um campo de representações simbólicas, rico em signos que cumprem a função de expressarem as estruturas sociais em suas mais diversas dimensões. De acordo com o referido autor o espaço traduz

“em sinais visíveis não só o projeto vital de toda a sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura”.⁽²⁸⁾

As formas espaciais, através das quais o simbolismo ganha materialidade, constituem, por outro lado, meios através dos quais a cultura é modelada.

Em relação ao simbolismo que impregna o espaço, o estudo de Firey⁽²⁹⁾, publicado em 1945, constitui-se em uma rica e clássica contribuição. Ao estudar a Área Central de Boston, Firey argumenta que símbolos e sentimentos são variáveis que podem conformar o espaço e que este não se caracteriza apenas por atributos econômicos como, por exemplo, acessibilidade e amenidades. Caracteriza-se também por conter simbolismos que derivam de valores culturais que ali se acham enraizados. Deste modo Firey, sociólogo, estabelece uma crítica às interpretações economicistas comuns aos sociólogos da Escola de Chicago e aos economistas do espaço urbano.

Três são as áreas que Firey analisa no centro de Boston. A primeira, o bairro de Beacon Hill, estende-se por uma colina, estando distante cinco minutos a pé do distrito central de negócios de Boston. Diferentemente de outras áreas vizinhas, deterioradas e habitadas por população de baixo status socio-econômico, Beacon Hill constitui-se em bairro de status elevado.

Trata-se de bairro antigo, do início do século XIX, tendo sido no passado área residencial de alto status. A preservação do status do bairro se deve, segundo Firey, aos

impactos de sentimentos estéticos, históricos e familiares, que suscitaram práticas visando a manutenção do status do bairro.

A primeira é a da retenção, na qual os moradores do bairro compram as casas oferecidas à venda, modernizando-as por dentro sem, contudo, alterar a fachada. A segunda é a da atração que implica na venda seletiva das casas para pessoas de alto status, levando a que Beacon Hill se transformasse no único bairro central com crescimento da população de alto status, enquanto os demais decaíam socialmente. A terceira é a da resistência que se traduz na criação de associação para evitar e impedir a mudança do uso residencial para comercial, assim como a construção de prédios de apartamentos.

Firey argumenta que a força dos sentimentos é muito forte e se opõe à racionalidade econômica que levaria à venda das casas e à mudança do uso do solo.

A segunda área é o Boston Common e a dos cemitérios coloniais. O primeiro constitui área gramada com 22 hectares e que no passado foi área comum de pastagem e campo de treinamento militar. Os cemitérios coloniais, como o Boston Common, interrompem a continuidade do núcleo varejista do centro, área de preço da terra mais elevado; aí estão enterrados membros das famílias mais tradicionais da cidade. Em relação a ambos os casos Firey aponta que as referidas áreas constituem símbolos da cidade, contendo parcela importante de sua memória.

A terceira área é o bairro de North End, deteriorado e que constitui o gueto italiano de Boston. Seus habitantes mais antigos, naturais da Itália, ali permanecem porque o bairro representa uma série de valores, a despeito de muitos possuírem condições econômicas para se mudarem. Seus filhos, contudo, sob influências culturais distintas, mudam-se para outros bairros da cidade. Mas para os mais antigos North End contribui para a identidade individual e do grupo.

O estudo de Firey indica claramente como símbolos e sentimentos não vinculados à esfera do mercado, podem conferir outra racionalidade à organização espacial, racionalidade para a qual a cultura constitui-se em ingrediente fundamental.

CULTURA E LUGARES CENTRAIS

A teoria dos lugares centrais, formulada por Christaller na década de 1930⁽³⁰⁾, está primordialmente assentada numa visão econômica. Nestes termos a racionalidade dos agentes sociais envolvidos, os varejistas e prestadores de serviços, de um lado, e os consumidores finais, de outro, gera localizações otimizadas por parte de comerciantes e prestadores de serviços e deslocamentos racionais por parte dos consumidores, nos quais, para um dado bem ou serviço, o custo e o tempo gasto são minimizados.

Ainda que esta racionalidade pareça ser dominante, constituindo-se mesmo em um traço cultural, numerosos estudos indicaram outras racionalidades que definem padrões específicos de deslocamentos. Renda, religião e laços etno-linguísticos tem sido apontados como determinantes de padrões que, sem serem desviantes, tornam-se inteligíveis a partir de outras normas culturais.

Os mercados periódicos, para os quais as contribuições de Skinner⁽³¹⁾ e de Stine⁽³²⁾ são cruciais, são respostas ao baixo nível de renda e limitada capacidade de deslocamento de populações rurais de áreas sub-desenvolvidas. A este respeito a bibliografia sobre o assunto em tela é enorme, assim como o debate interno. Contudo, a sincronização espaço-temporal dos comerciantes e consumidores tem sido sistematicamente apontada como um traço cultural vinculado aos mercados periódicos.

A contribuição de Murdie⁽³³⁾ sobre os deslocamentos comerciais dos menonitas canadenses é, por sua vez, exemplar. Trata-se de grupo religioso originário do século XVIII, que mantém, como parte do modo de vida, um comportamento espacial próprio, semelhante àquele que tinham no século XVIII, no que diz respeito às compras de bens

que naquele século consumiam. Contudo, em relação aos bens modernos, introduzidos no mercado no século XX, os deslocamentos são similares ao dos agricultores não-menonitas, que adotam uma racionalidade presidida pelo mercado.

Razões etno-linguísticas estabelecem diferenças no comportamento espacial dos canadenses de origem francesa, conforme aponta Ray⁽³⁴⁾. Na procura de bens industrializados os deslocamentos assemelham-se ao dos canadenses de origem inglesa. Entretanto, quando se trata de serviços que envolvem contatos pessoais mais estreitos, como aqueles associados à advocacia e à medicina, a lógica é outra. Procuram-se aqueles centros, mesmo que sejam distantes, mais afastados que outros localizados próximos, nos quais os advogados e médicos falam a língua francesa. A distância tem assim, uma conotação eminentemente cultural.

As mesmas razões tornam compreensível o comportamento espacial na África, conforme comenta Gallais⁽³⁵⁾. Percorre-se uma distância muito maior, deixando-se de lado outros núcleos, para se realizar transações comerciais com comerciantes da mesma etnia. Olu-Abiodun⁽³⁶⁾ fornece outro exemplo de lógica espacial vinculada às relações de vizinhança e parentesco, interferindo no padrão de deslocamentos para fins comerciais dos produtores de cacau da Nigéria Ocidental. A população de um novo núcleo de povoamento procura a cidade de onde se originou o povoamento, podendo esta situar-se mais distante do que outra de nível hierárquico mais elevado, mas que com a qual não há vínculos historicamente estabelecidos.

Padrões culturais assentados em racionalidades religiosa, etno-linguística e de parentesco, são capazes de estruturarem padrões de comportamento espacial próprios, que obedecem a lógicas específicas, diferentes, essencialmente, daquelas do mercado.

TEMAS PARA INVESTIGAÇÃO

A geografia cultural não tem se constituído em área de interesse dos geógrafos brasileiros. Poucos são os estudos que, efetivamente, podem ser caracterizados como focalizados fundamentalmente em um aspecto da cultura em sua dimensão espacial.

Com base no fato de ser o Brasil um país culturalmente heterogêneo, indicam-se alguns temas para investigação, na crença de que é necessário aos geógrafos ampliarem a sua contribuição para a compreensão da sociedade brasileira através das diversas facetas da cultura em suas dimensões espaciais. Os temas são os seguintes:

- ❖ A paisagem rural brasileira como produto e, simultaneamente como matriz cultural, estabelecendo-se comparações entre paisagens pouco ou muito transformadas pela modernização do campo;
- ❖ A percepção e avaliação ambiental por parte dos diversos grupos sociais, incluindo os naturais e os imigrantes, da natureza e dos ambientes socialmente produzidos;
- ❖ O caráter simbólico dos prédios, monumentos, praças, ruas, bairros, cidades, regiões ou montanha, vale, rio ou área florestal, entre outros, para os diversos grupos sociais, étnicos, religiosos, etc.;
- ❖ As trocas comerciais através dos mercados periódicos (feiras) e do comércio itinerante, como o regatão na Amazônia, como prática cultural no espaço e seus significados;
- ❖ As diversas manifestações religiosas em sua dimensão espacial, como se exemplifica com as peregrinações às cidades santuários, definindo espaços sagrados e espaços profanos;
- ❖ A variação espacial dos diferentes modos de falar: gênese, dinâmica e significado;

- ☞ A cultura popular em suas múltiplas manifestações e variação espacial;
- ☞ Os contatos e conflitos culturais resultantes do processo migratório interregional;
- ☞ A caracterização e delimitação de áreas culturais, inclusive áreas residuais e enclaves, num contexto de difusão de uma cultura com características globais.

Estes são alguns dos temas para investigação. Os geógrafos saberão descobrir outros mais que merecerão, com certeza, a devida atenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Géographie et Cultures ou La Culture dans tous les Espaces. Editorial de Géographie et Cultures, 1, 1992.
- (2) PRICE, Marie e LEWIS, Martin. The Reinvention of Cultural Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 83(1), 1993.
- (3) _____. op.cit.
- (4) CLAVAL, Paul. *Evolución de la Geografía Humana*. Barcelona, Oikos-Tau, 1974.
- (5) _____. op.cit.
- (6) CORRÊA, Roberto L. Carl Sauer e a Geografia Cultural. *Revista Brasileira de Geografia*, 51(1), 1989.
- (7) Géographie et Cultures ou La Culture dans tous les Espaces. Editorial de Géographie et Cultures, 1, 1992.
- (8) Editorial, op.cit., p.4.
- (9) Editorial, op.cit., p.4.
- (10) Editorial, op.cit., p.4.

- (11) Editorial, op.cit., p.4
- (12) Editorial, op.cit., p.5.
- (13) CAPEL, Horacio. *Filosofia y Ciencia en la geografia Contemporánea*. Barcelona, Barcanova, 1981.
- (14) Veja-se CAPEL, Horacio. op.cit.
- (15) SAUER, Carl. *The Morphology of Landscape*. Original de 1925, republicado em *Land and Life - A Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer*, organizado por John Leighly, Berkeley, The University of California Press, 1963.
- (16) MEYNIER, Andre. *Les Paysagens Agraires*. Paris, Armand Colin, 1958.
- (17) CLAVAL, Paul. *Champs et Perspectives de la Géographie Culturelle*. *Géographie et Cultures*, 1, 1992.
- (18) _____. op.cit., p.14.
- (19) _____. op.cit., p.14.
- (20) COSGROVE, Denis. *Geography is Everywhere: Culture and Symbolism in Human Geography*. In: D.Gregory e R. Walford (orgs.), *Horizons in Human Geography*. London, MacMillan, 1989, p.126.
- (21) _____. op.cit.
- (22) _____. op.cit., p.128.
- (23) GALLAIS, Jean. *Alguns Aspectos do Espaço Vivido nas Civilizações do Mundo Tropical*. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 35(254), 1977.
- (24) _____. op. cit..
- (25) CORBIN, Alain. *O Território do Vazio: A Praia e o Imaginário Ocidental*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- (26) Veja-se o estudo de Homer Hoyt, publicado em 1939. *The Pattern of Movement of Residential Rental Neighborhoods*, e republicado em *Readings in Urban Geography*, organizado por Harold Mayer e Clyde Kohn, Chicago, The University of Chicago Press, 1958. Em relação à cidade do Rio de Janeiro consulte-se ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IPLAN-Rio/Zahar, 1987.
- (27) ISNARD, Hildebert. *O Espaço Geográfico*. Coimbra, Almedina, 1982.

- (28) _____. op. cit., p.71.
- (29) FIREY, Walter. Sentimiento y Simbolismo como Variables Ecologicas. In: Estudios de Ecologia Humana (org.), G.A. Theodorson. Barcelona, Editorial Labor S.A., 1974.
- (30) CHRISTALLER, Walter. Central Places in Southern Germany. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc., 1966 (original de 1933).
- (31) SKINNER, G.W. Marketing and Social Structure in Rural China. Part 1. Journal of Asian Studies, 24(1), 1964.
- (32) STINE, J.N. Temporal Aspects of Tertiary Production Elements in Korea. In: Urban Systems and Economic Development (org.) F.R.Pitts, Eugene, University of Oregon, 1962.
- (33) MURDIE, Robert. Cultural Differences in Consumer Travel. Economic Geography, 41(3), 1965.
- (34) RAY, D. Michael. Cultural Differences in Consumer Travel Behaviour in Eastern Ontario. The Canadian Geographer, 11(3), 1967.
- (35) GALLAIS, Jean. op.cit.
- (36) OLU-ABIODUN, Josephine. Service Centres and Consumer Behaviour within the Nigerian Cocoa Area. Geografiska Annaler, Serie B, 53(3), 1971.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma trajetória geográfica pode ser o resultado de e, ao mesmo tempo, conduzir a um compromisso com a geografia, isto é, com um saber específico que possibilita uma específica, porém complexa e totalizante inteligibilidade a respeito da ação do homem sobre a superfície terrestre.

O compromisso leva à adoção da pluralidade temática e de abordagens como meio pelo qual diferentes questionamentos a respeito da realidade sócio-espacial e a sua dinâmica podem ser adequadamente respondidos. A pluralidade, assim, não implica em descompromisso com a sociedade e num futuro melhor. Ao contrário, acreditamos, com Paul Feyerabend, que a pluralidade seja necessária para que aquele compromisso possa, de algum modo, ser efetivado. Os trajetos transformaram-se, assim, em meios e não em fins em si mesmo.

A pluralidade implica, como se procurou evidenciar, em múltiplas determinações, contingências e motivações que resultam de uma combinação desigual de demandas oficiais e de interesses desenvolvidos a partir do contacto com a realidade em seu movimento de transformação.

Implica em uma sincronia desigual com que os temas são tratados e as diferentes abordagens consideradas. Autores tão distintos podem ser assim cotejados, não visando ver as diferenças entre eles mas, adicionalmente, vendo em que medida podem, por meio de leituras distintas, contribuir para a inteligibilidade da dinâmica realidade sócio-espacial.

As redes geográficas, eternas e mutáveis ao longo da história humana, o espaço urbano, esta fragmentação articulada, simultaneamente reflexo e condição social e por isso mesmo campo simbólico e campo de lutas, a região, esta particularidade dinâmica, a

ação empresarial sobre o espaço, base da dinâmica organização espacial que nos chama a atenção, e a cultura, projetada e condutora do espaço, são alguns dos temas que compõem uma pluralidade temática que o geógrafo, pelas mais diversas abordagens, pode criar e desenvolver.

Os cinco temas conduziram-me, ao longo do percurso realizado, a algumas reflexões que, se não são definitivas nem absolutas, por outro lado viabilizaram novos questionamentos e conduziram-me a novos temas. Algumas das reflexões estão contidas nos 15 textos aqui apresentados. Outras estão em curso